



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CCE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

WASHINGTON JOSÉ DE SOUSA MOURA FILHO

**ASPECTOS DE REGIONALIZAÇÃO NA IMPRENSA
PIAUIENSE: OLHAR SOBRE O EDITORIAL DOS JORNAIS *O
DIA, MEIO NORTE E DIÁRIO DO POVO*, TERESINA, PIAUÍ**

Teresina – PI
2014

WASHINGTON JOSÉ DE SOUSA MOURA FILHO

**ASPECTOS DE REGIONALIZAÇÃO NA IMPRENSA
PIAUIENSE: OLHAR SOBRE O EDITORIAL DOS JORNAIS *O
DIA, MEIO NORTE E DIÁRIO DO POVO*, TERESINA, PIAUÍ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Processos e práticas em jornalismo

Orientadora: Professora Doutora em Comunicação Samantha Viana
Castelo Branco Rocha Carvalho

Teresina – PI
2014

M929 a Moura Filho, Washington José de Sousa

Aspectos de regionalização na imprensa piauiense: olhar sobre o editorial dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí / Washington José de Sousa Moura Filho / – Teresina, 2014.

131 f.

1. Regionalização. 2. Jornalismo impresso. 3. Piauí – Jornalismo. 4. Jornalismo piauiense. 5. Editoriais. I Carvalho, Samantha Viana Castelo Branco Rocha, Orientadora. II. Título.

CDD 079.812-2
CDU 070 (812.2) “18”

**ASPECTOS DE REGIONALIZAÇÃO NA IMPRENSA
PIAUIENSE: OLHAR SOBRE O EDITORIAL DOS JORNAIS *O
DIA, MEIO NORTE E DIÁRIO DO POVO*, TERESINA, PIAUÍ**

WASHINGTON JOSÉ DE SOUSA MOURA FILHO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Processos e Práticas em Jornalismo

Aprovado em: 11 de março de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho
Orientadora, Professora Doutora em Comunicação. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Paulo Fernando de Carvalho Lopes
Professor Doutor em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Maria Érica de Oliveira Lima
Professora Doutora em Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A Raimunda Barros e Washington Moura, meus pais, por sempre acreditarem que a educação liberta! Sempre me guiaram pelos melhores caminhos. Por vezes, me deixaram ser guiado só, para aprender, para crescer... Meus verdadeiros anjos da guarda!

AGRADECIMENTOS

Uma página é pequena para a quantidade de agradecimentos, sempre insuficientes, devido à representatividade de cada um que me cerca e apoia. Palavras são marcas, memórias e materializam sentimentos. Sem medo de errar, quero, aqui, neste momento, agradecer a todos que acompanharam mais um ciclo de minha vida acadêmica.

Não é fácil fazer pós-graduação no Brasil numa instituição de ensino superior pública. As bolsas são reduzidas e os alunos, quase sempre, precisam associar trabalho e estudos. São horas e horas de dedicação extrema! Cursar a pós-graduação é ter coragem de seguir o coração, ter alteridade, se colocar no lugar do outro e trabalhar num sistema de cooperação. No entanto, levar uma pós-graduação adiante é uma escolha solitária. Horas e horas de estudo, abdições, recusas e concentração em prol de um sonho e de uma meta cuidadosamente delineada. É ter coragem de não desistir no meio do caminho. É reconhecer, com humildade e serenidade, quando da concretização do título de MESTRE, o papel exercido por cada pessoa presente em diversos momentos: uns com lágrimas; muitos outros, com amplos e verdadeiros sorrisos.

Meus agradecimentos a **DEUS**, fonte permanente de inspiração, Ser maior, propulsor de ânimo expresso em coragem nos instantes de cansaço. Verdadeira e intensa luz!

À minha **FAMÍLIA**, aos meus irmãos, à minha sobrinha, aos meus tios e avós, pela sensibilidade e respeito durante minhas prolongadas ausências, motivadas pela necessidade de dedicação aos estudos.

Aos meus **AMIGOS**, poucos amigos, que me conhecem só pelo olhar. Aos amigos que encontrei, reencontrei e aos que deixei em meio do caminho. Não consigo enumerar um a um, mas destaco, em particular: Waldeck Pinho.

Aos **PROFESSORES** do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPGCOM / UFPI), a cada um, com seu estilo particular de ser e agir, seus ensinamentos e direcionamentos. Em especial, a Maria das Graças

Targino, professora pós-doutora, educadora, pessoa com quem mantenho contato desde 2004, à época da graduação. Agradecido por me ensinar que os títulos são importantes, mas, além disso, possuir sentimento, “ver” com o coração, manter a sensibilidade e aliá-la ao conhecimento são imprescindíveis.

À professora doutora **SAMANTHA** Viana Castelo Branco Rocha Carvalho, por ouvir, sugerir, orientar, ter disponibilidade de tempo e utilizar, com frequência, o recurso do abraço como conforto nos momentos mais tensos.

Ao Centro de Ensino Unificado de Teresina (**CEUT**), pelas palavras de incentivo da coordenadora Maria Helena, da professora Cristiane Ventura e da professora Neulza Bangoim. Ao **CEUT**, serei eternamente grato por ser espaço no qual estou tendo a oportunidade de vivenciar, a cada dia, meu interesse e minha paixão genuína pela docência.

Aos amigos da **1ª e 2ª TURMAS DO PPGCOM**, em especial, a Aparecida Calad, amiga que segurou minhas mãos nos momentos certos e cuja história de vida foi motivação para eu seguir adiante, sem fraquejar.

Aos **PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ**, aos amigos do mercado, que vivenciam o fazer jornalístico em suas mais diversas possibilidades.

Por fim, aos **PROFISSIONAIS** em geral que apoiaram e acreditaram nesse projeto,

MEU MUITO OBRIGADO!

Então começaremos a fazer nossas escolhas: nessa casa, que é a vida, que é um palco, onde, atrás de cada porta que abrimos, estaremos fundando a sociedade e os indivíduos que podemos ser.

Lya Luft, 2010, p. 17.

RESUMO

MOURA FILHO, Washington José de Sousa. **Aspectos de regionalização na imprensa piauiense**: olhar sobre o editorial dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí. Teresina, 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

Analisa-se aspectos de regionalização nos editoriais dos jornais impressos *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, editados em Teresina – Piauí. Em termos amplos, o intuito é observar se as questões regionais estão presentes nos editoriais dos três jornais impressos que circulam no Estado: *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*. A partir de então, são objetivos operacionais: ❶ analisar o conceito de regionalização na mídia, considerando-se como contrapontos o global, o nacional, o regional e o local; ❷ identificar a existência (ou não) de projeto de regionalização dos veículos, expresso nos respectivos editoriais, canais de expressão opinativa oficial das empresas de comunicação; ❸ verificar como os editoriais concebem a regionalização, identificando os critérios de abrangência; ❹ detectar as temáticas dos editoriais e o tratamento jornalístico a elas dedicado. Para a consecução dos objetivos, recorre-se a referencial teórico que incorpora, a princípio, aspectos subjacentes à regionalização em geral, tais como o avanço das tecnologias de informação e de comunicação, além da globalização, e, como inevitável, a concepção que cerca as expressões global, nacional, regional e local. Após discussão sobre a regionalização midiática, o seguinte momento destina-se aos gêneros jornalísticos, com destaque para as características centrais do editorial. No que concerne à definição dos procedimentos metodológicos, a pesquisa configura-se como descritiva e quali-quantitativa, devido ao uso de técnicas e instrumentos que possibilitem análise tanto interpretativa / subjetiva / qualitativa quanto objetiva / quantitativa dos dados coletados. Para concretização do estudo, como técnica de análise de dados, opta-se pela análise de conteúdo. Dentre os resultados centrais, percebe-se que há aspectos de regionalização nos editoriais dos impressos, embora sejam eles explorados de maneira desordenada e sem continuidade, talvez, por carência de projeto específico de regionalização, talvez face à inexistência de uma política editorial explícita para este fim. Como decorrência, em geral, as questões de regionalização são tratadas sem aprofundamento e subvalorizadas quando contrapostas a outras dimensões espaciais, sem articulação de complementaridade entre global, nacional e local, por exemplo. Além do mais, há nítida tendência para uma abordagem generalista. Se a territorialização dos conteúdos identificados nos editoriais reconhece a região, elemento inquestionável de regionalização, leva em conta somente o enfoque territorial, sob o enfoque de relações políticas e administrativas, ou seja, acaba por relegar outras possibilidades de regionalização, como questões de identidade e a verificação de símbolos capazes de enriquecer a proposta de se retratar determinada região.

Palavras-chave: Regionalização. Jornalismo impresso. Piauí – jornalismo. Jornalismo piauiense. Editoriais.

ABSTRACT

MOURA FILHO, Washington José de Sousa. **Aspectos de regionalização na imprensa piauiense**: olhar sobre o editorial dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí. Teresina, 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

This research analyses regionalization on editorials of *O Dia*, *Meio Norte* and *Diário do Povo* newspapers released in Teresina – Piauí – Brazil. In general, the aim is to observe whether or not regional issues are set on those newspapers articles that are issued all over the state. The research main objectives are: ❶ analyse the concept of regionalization on media in a comparison among global, national, regional and local meanings; ❷ identify the existence or a lack of local newspapers regionalization project, shown on their editorials once they represent the official opinion of that media companies; ❸ verify how the editorials frame regionalization, identify their scope criteria; ❹ point out the editorial themes and how journalism handle them. The research sources embodies some highly important aspects and concepts to regionalization understanding like the information and communication technologies evolution, globalization and the conceiving of global, national, regional and local as a media expression. The next topic addresses the journalistic genres, highlighting the editorial main features. The methodological procedures that have been chosen are the descriptive and qualitative-quantitative research. These patterns use the techniques and tools that allow the data interpretative, subjective, qualitative objective-quantitative analyses. This research uses the content analyses as a way to promote the data technical analyses. One of the main outcomes is the detection of the aspects of regionalization on newspapers editorials, though they are randomly observed in the articles – perhaps the cause of the lack of a regionalization project or policy. As a result, the regionalization issues are underestimated when opposed to other spatial dimensions like global, national and local, for instance. Furthermore, there is a clear bias towards a generalist approach. The content territorialization that have been identified on the local newspapers' editorials recognize the region, an unquestionable regionalization element, but it considers only the territorial focus, under political and managerial approach, in other words, that promotes a relegation of other possibilities of regionalization like identity questions and the verification of symbols which can enrich the way newspaper show some regions.

Keywords: Regionalization. Print journalism. Piauí – journalism. Piauiense journalism. Editorials.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
QUADRO 1	Propósitos comunicativos e gêneros..... 51
QUADRO 2	Classificação de gêneros jornalísticos, José Marques de Melo, ano 2003..... 55
QUADRO 3	Classificação de gêneros jornalísticos, José Marques de Melo, ano 2009..... 57
QUADRO 4	Classificação de gêneros jornalísticos, Luiz Beltrão, ano 1980..... 58
QUADRO 5	Classificação de gêneros jornalísticos, Manuel Carlos Chaparro, ano 1998..... 61
QUADRO 6	Aspectos regionais..... 71
QUADRO 7	Estado do Piauí – mesorregiões e microrregiões..... 73
QUADRO 8	Editoriais analisados em <i>O Dia</i> , <i>Meio Norte</i> e <i>Diário do Povo</i> , ano 2013..... 78
TABELA 1	Presença e frequência dos temas contemplados nos editoriais de <i>O Dia</i> , <i>Meio Norte</i> e <i>Diário do Povo</i> , ano 2013..... 82
QUADRO 9	Editoriais de <i>O Dia</i> , <i>Meio Norte</i> e <i>Diário do Povo</i> : temáticas / categorias de análise / palavras-chave, ano 2013..... 102
TABELA 2	Palavras-chave com maior frequência nos editoriais de <i>O Dia</i> , <i>Meio Norte</i> e <i>Diário do Povo</i> , ano 2013..... 109
TABELA 3	Editoriais de <i>O Dia</i> , <i>Meio Norte</i> e <i>Diário do Povo</i> : dimensões espaciais, ano 2013..... 111

LISTA DE ABREVIATURAS E / OU SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABTA	Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura
AC	análise de conteúdo
AGESPISA	Companhia de Águas e Esgotos do Piauí
ANA	Agência Nacional de Águas
CE	Ceará
CEE	Comunidade Econômica Europeia
C&T	ciência e tecnologia
Ciptran	Companhia Independente de Trânsito
CO	Centro-Oeste e / ou monóxido de carbono
DETRAN / PI	Departamento Estadual de Trânsito do Piauí
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras
<i>e-mail</i>	<i>electronic mail</i>
EUA	Estados Unidos da América
FM	<i>frequency modulation</i>
FRIPISA	Frigorífico do Piauí S/A
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LATIN	Agência Latino-Americana de Informação
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
N	Norte
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio [<i>North American Free Trade Agreement</i>]
NE	Nordeste
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação
ONG	organização não governamental
PC	<i>personal computer</i>
PI	Piauí

PIB	Produto Interno Bruto
RBS	Rede Brasil Sul
Reab-PI	Rede Ambiental do Piauí
RS	Rio Grande do Sul
S	Sul
SE	Sudeste
SI	sociedade da informação
SINPOLPI	Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Piauí
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TC	Tribunal de Contas
TIC	tecnologias de informação e de comunicação
TV	televisão
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
vs.	<i>Versus</i>

SUMÁRIO

	p.
1	INTRODUÇÃO..... 15
2	REGIONALIZAÇÃO NA MÍDIA..... 20
2.1	Tecnologias de informação e de comunicação <i>versus</i> globalização / mundialização / regionalização..... 21
2.2	Global, nacional, regional e local: fronteiras frágeis e tênues..... 28
2.3	Regionalização midiática: preceitos e facetas..... 40
3	GÊNEROS JORNALÍSTICOS..... 48
3.1	Propósitos comunicativos e gêneros jornalísticos: considerações genéricas..... 48
3.2	Gêneros jornalísticos e categorização: semelhanças e dessemelhanças..... 53
3.3	Editoriais como gêneros jornalísticos: reflexões e características..... 62
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 68
4.1	Concepção de regional para fins da pesquisa..... 68
4.2	Área geográfica de execução da pesquisa..... 72
4.2.1	Divisão territorial do Estado do Piauí: mesorregiões e microrregiões..... 72
4.3	Descrição da população da pesquisa..... 73
4.4	Amostragem e amostra: critérios de seleção e caracterização..... 74
4.5	Métodos e técnicas de coleta da pesquisa..... 75
4.5.1	Técnica de análise de conteúdo..... 75
4.6	Amostra e identificação..... 77
5	EDITORIAIS DOS JORNAIS <i>O DIA, MEIO NORTE E DIÁRIO DO POVO</i> 81
5.1	Temáticas dos editoriais: presença e frequência..... 81
5.2	Temáticas dos editoriais: análise qualitativa..... 82
5.2.1	Política..... 82
5.2.2	Violência..... 87
5.2.3	Meio ambiente..... 89
5.2.4	Desenvolvimento..... 92

5.2.5	Trânsito.....	94
5.2.6	Economia.....	96
5.2.7	Segurança pública.....	98
5.2.8	Outras temáticas.....	100
5.3	Editoriais: temáticas / categorias de análise / palavras-chave.....	101
5.4	Editoriais: dimensões espaciais e palavras-chave.....	110
5.4.1	Editoriais: dimensão global.....	110
5.4.2	Editoriais: dimensão nacional.....	112
5.4.3	Editoriais: dimensão regional.....	115
5.4.4	Editoriais: dimensão local.....	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS.....	127

1 INTRODUÇÃO

Tematizar sobre a regionalização na mídia abre caminhos para outras questões, cuja discussão envolve a aproximação da indústria midiática com seu público graças à utilização de estratégias diversas no momento pós-fenômeno da globalização. No século XX, especialmente na década de 90, as tecnologias de informação e de comunicação permitem significativa transformação do mundo. Consolida-se, assim, a chamada sociedade da informação (SI) ou sociedade do conhecimento ou sociedade da aprendizagem ou sociedade da educação, assim denominada por conta da ênfase que imprime ao fluxo informacional advindo de meios os mais variados possíveis, e, em especial, das TIC, o que requer a educação continuada como condição essencial de sobrevivência individual e profissional.

Como decorrência, emergem, com força total, reflexões no campo da mídia sobre a premente valorização das questões regionais. Para Tellarolli e Ijuim (2008), a globalização acentuada pelas inovações tecnológicas faz com que as regiões / os locais passem a participar ativamente dos fenômenos globais, sejam eles de consumo, sejam eles midiáticos. A atuação dos grupos midiáticos com o intuito de se tornarem protagonistas nesse novo contexto, com a conquista de maior espaço no mercado, leva em conta, agora, o binômio global e regional, suas aproximações e seus distanciamentos. Em outras palavras, nesse cenário de mudanças, as inovações tecnológicas, o incremento substancial de informações, o desejo de proximidade com o público e o dever de conquista de novos mercados acabam por redefinir, no âmbito midiático, a noção espaço-tempo. Tudo fica bem mais rápido.

A Grande Rede aproxima espaços distantes territorialmente. O território não mais se atém ao limite geográfico específico de uma região. Pode ser demarcado por aspectos culturais, vínculos de proximidade e familiaridade movidos e promovidos por relacionamentos políticos, econômicos, de vizinhança ou mesmo de caráter identitário, no qual, segundo a comunicóloga brasileira Cicilia M. Krohling Peruzzo (2002) afirma, se vê a presença de costumes e elementos simbólicos.

Para compreensão mais acurada da relação entre global e regional na esfera midiática, relembra-se que a discussão sobre globalização emerge no ciclo das navegações, ainda entre os

séculos XI e XVI, quando as nações intentam se expandir por meio da conquista de novos mercados, na lógica do capitalismo mercantil. Adiante, no decorrer do século XIX, à globalização é agregado mais um elemento: a presença das TIC, responsáveis por aproximar países, relações e economias, dando amplitude a um mercado que se descentraliza mais e mais. Na visão de Castells (1999), ao tempo em que há significativa transformação de mercados e de processos de trabalho, a globalização provoca sérias consequências. Vivencia-se um tempo de agonia e incertezas, aqui sintetizada:

[...] o tipo de economia, cultura e sociedade em que vivemos é intensificada pelas crises e conflitos que caracterizaram a primeira década do século XIX. A crise financeira global; as mudanças drásticas nos mercados de negócios e mão de obra; o crescimento irrefreável da economia criminosa global; a exclusão social e cultural de grandes segmentos da população do planeta das redes globais que acumulam conhecimento, riqueza e poder; a reação dos descontentes sob a forma do fundamentalismo religioso; o recrudescimento de divisões nacionais, éticas e territoriais, prenunciando a negação do outro e, portanto, o recurso à violência em ampla escala como forma de protesto e dominação; a crise ambiental simbolizada pela mudança climática; a crescente incapacidade das instituições políticas baseadas no Estado-nação [...] (CASTELLS, 1999, p. II).

A globalização suscita mudanças intensificadas em dois momentos. O primeiro diz respeito à chegada de Mikhail Sergeyevich Gorbachev ao poder na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1985. O segundo refere-se à queda do Muro de Berlim, em 1989, declinando o socialismo no leste da Europa e representando a ascensão do capitalismo. A dicotomia de forças representadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e URSS, após a Segunda Guerra Mundial, também consta como marco importante. O fim da Guerra Fria, ou seja, o final dos conflitos acirrados de ordem política-ideológica, militar, tecnológica, econômica, social entre os dois países, conforme Castelo Branco (2001), faz emergir nova etapa da economia mundial rumo à globalização econômica, com estreitamento de laços entre as nações.

No panorama global, é visível o interesse dos meios de comunicação em se incorporarem a uma comunicação em nível internacional. No Brasil, nos anos 90 (século XX), empresas e profissionais da comunicação voltam seu olhar para as tendências globais, relegando as influências do jornalismo norte-americano, antes vivenciadas tanto em aspectos ligados à forma quanto aos conteúdos. Tal interferência externa está estampada num dos primeiros periódicos do Brasil, o *Correio Braziliense*, conhecido também como *Armazém Literário*. Trata-se de mensário publicado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça [Hipólito da Costa], em Londres (Inglaterra), e mesmo assim considerado como o primeiro jornal brasileiro. Sua

circulação, surpreendentemente regular, vai de 1 de junho de 1808 até 1 de dezembro de 1822, somando 175 edições / fascículos, reunidos em 29 volumes (MARQUES DE MELO, 2003).

Reitera-se, pois, que a distância das barreiras geográficas entre países, na área econômica ou política, se reduz, pouco a pouco, com reflexos no processo de comunicação. Conglomerados comunicacionais ávidos pela fatia mais rentável do mercado se consolidam graças ao *boom* dos artefatos tecnológicos. Quer dizer, ao tempo em que se encurta a distância, estreitam-se os laços. E é na própria tendência à globalização que o interesse pelo regional e local se redimensiona. Não no sentido de valorização de localismos restritos e fechados, no sentido de defesa sistemática e veemente dos interesses locais. A abrangência do regional aparece como força de resistência ou aglutinadora ao global. A internet passa a ser considerada a principal força motriz que permite a vinculação entre global e regional e vice-versa, em curto espaço de tempo. O fluxo de informações transita entre as dimensões do global, regional e local.

Em se tratando de comunicação, o público em geral, incluindo leitores de impressos, telespectadores, amantes do rádio, internautas e adeptos fervorosos das manifestações emergentes no ciberespaço também se interessam por acontecimentos que entoam relações de proximidade em nível micro, relacionados com determinada região ou, ainda, com local mais restrito, a exemplo de uma cidade, um bairro, uma rua, etc. Às ideias defendidas por teóricos de diferentes estipes, como Haesbaert (2010); Lima (2007, 2008, 2010); e Peruzzo (2002), acrescenta-se que as grandes organizações empresariais (em número reduzido), que lutam para dominar expressiva parte do mercado, são movidas pela descoberta do potencial inerente ao regional como fonte de informação e, sobretudo, como estratégia para aumentar os lucros, segmentando o mercado como recurso atrativo de mais investimentos.

Destacadas empresas de comunicação no Brasil, tal como as Organizações Globo (ou, mais especificamente, a Rede Globo de Televisão / Rede Globo / TV Globo ou Globo) passam a investir maciçamente em emissoras filiadas e afiliadas. Na visão de Bazi (2001), a Globo aposta, com vigor, na produção de conteúdos regionais balizados pela esfera global, isto é, pelas diretrizes da emissora controladora. A este respeito, Peruzzo (2002) expressa preocupação quanto à utilização do regional para fins de receita mais elevada. Ao tempo em que a autora reconhece a legitimidade do proveito como meta empresarial, ratifica a necessidade de se priorizar o jornalismo de qualidade e ético, com foco no interesse do grande público, haja vista que pequenas empresas regionais quase sempre mantêm vínculos com setores políticos e econômicos. Afinal, há sempre o risco de as empresas de comunicação que visam tão somente rendimentos elevados ao final do mês, mediante uma vocação regional “imposta” e não genuína, ao priorizarem programações específicas ditas regionais com o intuito único de mais vendas,

relegarem o jornalismo de interesse público. Dizendo de outra forma, o jornalismo capaz de apontar matizes possíveis para a formação de opinião ampla, contextual e, sobretudo, cidadã.

Diante do exposto até então, a presente dissertação prioriza a temática da regionalização na mídia, preocupando-se em observar se as questões regionais estão presentes nos editoriais dos três jornais impressos que circulam no Piauí: *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*. A partir de então, são objetivos operacionais: ❶ analisar o conceito de regionalização na mídia, considerando-se como contrapontos o global, o nacional, o regional e o local; ❷ identificar a existência (ou não) de projeto de regionalização dos veículos, expresso nos respectivos editoriais, textos que expõem a opinião das empresas de comunicação; ❸ verificar como os editoriais concebem a regionalização, identificando os critérios de abrangência; ❹ detectar as temáticas dos editoriais e o tratamento jornalístico a elas dedicado.

Considerando que o editorial, em sua essência, expressa a visão da empresa de comunicação, questiona-se se há aspectos de regionalização nos editoriais dos jornais piauienses *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, com sedes na capital Teresina – Piauí. Embora o editorial apareça em outras mídias, a justificativa dos diários impressos citados apoia-se na premissa sustentada por Marques de Melo (2003) de que os primeiros indícios de utilização do jornalismo opinativo surge no campo do jornalismo impresso. Desde então, surgem alguns questionamentos. Como os editoriais dos três veículos concebem a regionalização? Está ela presente nos editoriais? Os jornais destacam sua abrangência em nível regional, mas será que produzem conteúdos voltados prioritariamente para as informações regionais, na esfera do PI ou continuam a destacar as questões globais? O regional, se presente nos editoriais, envolve questões relativas às regiões do Piauí em sua totalidade ou dá prioridade e ênfase excessiva aos temas de interesse da capital?

Tomando como referência os objetivos enunciados e as questões de pesquisa formuladas, é possível elencar os seguintes pressupostos: ❶ a expressão opinativa dos jornais, refletida nos editoriais, valoriza questões vinculadas à capital Teresina, não abrangendo em seu gênero opinativo conceito regional mais amplo; ❷ os jornais impressos de Teresina não mantêm projeto específico de regionalização; ❸ os editoriais dos diários impressos piauienses, apesar de formalmente se direcionarem aos leitores – à opinião pública –, mantêm diálogo com o Estado, visando a interesses comerciais, financeiros e políticos, o que influencia diretamente na forma como concebem a regionalização e no tratamento dado às temáticas dos editoriais; ❹ a temática prevalente privilegia os temas políticos. Neste momento inicial, acrescenta-se que o termo – tema – está sendo utilizado como tópico ou item de estudo, enquanto temática tem maior abrangência, sugerindo um conjunto de temas. No entanto, tal como se dá no cotidiano

jornalístico, e com base em Bardin (1977), as duas expressões – tema e temática – são empregadas como sinônimos, no sentido de que, em alguns momentos, assumem a mesma ou quase a mesma significação que a outra.

Em termos estruturais, além desta etapa introdutória, em que tema, objetivos, justificativas e pressupostos são enunciados, o capítulo dois trata do referencial teórico que incorpora, a princípio, aspectos subjacentes à regionalização em geral, tais como o avanço das tecnologias de informação e de comunicação, além da globalização, e, como inevitável, a concepção que cerca as expressões global, nacional, regional e local.

Após discussão sobre a regionalização midiática, o seguinte momento (capítulo três) destina-se aos gêneros jornalísticos, com destaque para as características centrais do editorial. É o momento de imprimir a devida ressonância ao editorial, espécie do gênero opinativo cuja análise se dá por meio de autores pioneiros do estudo dos gêneros no Brasil, à semelhança de Luiz Beltrão, precursor da pesquisa científica em torno dos fenômenos comunicacionais no Brasil, além de primeiro doutor brasileiro em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, ano 1967. Lança-se mão, ainda, da obra de José Marques de Melo, um dos comunicólogos brasileiros mais produtivos e um estudioso voraz dos gêneros jornalísticos, além de Manuel Carlos Chaparro, cuja carreira jornalística se inicia em Lisboa e prossegue em território brasileiro, desde 1961. Decerto, a classificação dos gêneros jornalísticos não se configura como unívoca e indiscutível, face à dinâmica e à mutabilidade que os gêneros, ênfase para o opinativo, sofrem ao longo dos anos.

No que concerne à definição dos procedimentos metodológicos, capítulo quatro, a pesquisa configura-se como descritiva e quali-quantitativa, devido ao uso de técnicas e instrumentos que possibilitem análise tanto interpretativa / subjetiva / qualitativa quanto objetiva / quantitativa dos dados coletados. E mais, utiliza-se a análise de conteúdo (AC) como técnica de análise de dados para estudar a presença (ou não) dos elementos de regionalização. A seguinte grande seção (capítulo cinco) destina-se à análise e à discussão de dados. As considerações finais fundamentadas nos resultados obtidos configuram o capítulo seis. Por fim, segue a listagem das fontes bibliográficas e eletrônicas utilizadas.

2 REGIONALIZAÇÃO NA MÍDIA

Antes de iniciar a discussão sobre regionalização e, posteriormente, de maneira mais específica, acerca da regionalização na mídia, evidencia-se, *a priori*, a abrangência desta expressão. Isto porque, ela pode ocorrer de maneira física ou relacionada com o conteúdo produzido pela mídia. Na concepção de regionalização física, corresponde à expansão dos meios de comunicação às áreas mais longínquas e / ou interioranas de determinada região, mediante investimentos estratégicos visando concretizar o alcance midiático na referida área geográfica.

Na segunda perspectiva – regionalização relacionada com os conteúdos produzidos pela mídia – como se percebe desde o enunciado, trata-se da abordagem de questões regionais no dia a dia da rotina produtiva dos meios de comunicação, valorizando aspectos culturais, costumes, hábitos e problemas vinculados à população pelo viés de proximidade. Temas regionais tornam-se o eixo balizador do produzido e veiculado pelas organizações empresariais de comunicação, qualquer que seja seu porte. Na verdade, quase sempre, os veículos nem escolhem de forma racional nem conscientes das decorrências a opção de expansão física. Passam a enfatizar itens regionalistas por circunstâncias impostas, tais como a carência de financiamentos e pecúnia suficiente para investir numa ampliação devidamente planejada.

Em síntese: um veículo de comunicação pode manter a sede da empresa na capital de uma região e fomentar a ampliação para algumas microrregiões de forma estratégica, devido à diversidade sociocultural, política e econômica existente em diferentes espaços geográficos de cada região. A regionalização se efetiva por meio da extensão da atuação da empresa para uma área que retrate o regional (seja o Piauí em sua totalidade; o Piauí mais Estados vizinhos; a região Nordeste, NE) ou por meio de programações levadas a cabo, sem fazer jus às limitações territoriais. No caso dos jornais impressos, a tendência à regionalização aparece de formas diversificadas. Exemplificando: por meio da escrita – temas selecionados; linguajar regional adotado; por meio de símbolos iconográficos, tais como charges, caricaturas e fotos, etc.

Em suma, o presente capítulo se preocupa em demarcar distinções entre as dimensões do global / nacional / regional / local, com foco na regionalização na mídia, tópico essencial ao objeto de estudo de “Aspectos de regionalização na imprensa piauiense: olhar sobre o editorial

dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí”. Somado aos itens iniciais, destacam-se as principais características e desafios existentes para uma eficiente funcionalidade da vocação a ser mantida pelos veículos de comunicação regionais.

2.1 Tecnologias de informação e de comunicação *versus* globalização / mundialização / regionalização

Para acompanhar as mudanças advindas do fenômeno da globalização, Castelo Branco (2001) chama atenção, por meio de marcos históricos, para as mutações ocorridas no mundo após a intensificação da globalização, seja no tocante a acontecimentos políticos, econômicos e culturais, em três contextos específicos, quais sejam, internacional, latino-americano e brasileiro. Trata-se do uso do termo – globalização – em sua acepção mais ampla. Eis o processo que se acentua ao longo da segunda metade do século XX e que conduz à crescente integração das economias e das sociedades dos vários países e continentes, no que diz respeito à produção de mercadorias e à prestação de serviços, aos mercados financeiros, e, sobretudo, à difusão de informações, na configuração da citada SI.

No plano internacional, como mencionado na etapa introdutória, há dois acontecimentos marcantes no processo de globalização. O primeiro remete ao ciclo das navegações marítimas entre os séculos XI e XVI, quando prevalece a globalização capitalista assinalada pelo capitalismo mercantil. É a ascensão de Gorbachev ao poder na URSS e a derrubada do famoso Muro de Berlim, fatores que conjugados contribuem para o fim da chamada Guerra Fria, em que coexistem, com força total, duas potências – EUA, capitalista; e URSS, comunista. Registra-se, então, importante momento de nova etapa da economia, motivada pela:

[...] globalização da economia, pelas relações internacionais entre os países e pela integração dos mercados regionais, que resultou na criação de blocos como a Associação de Livre Comércio da América do Norte [Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, *North American Free Trade Agreement*] (Nafta) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), e no fortalecimento da antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE), que se tornou [posteriormente a polêmica] União Europeia (UE) (CASTELO BRANCO, 2001, p. 19).

É importante pontuar a atuação das empresas de comunicação. Segundo essa autora, quando tais organizações passam a funcionar em escala global ganham acelerado impulso com o incremento e a expansão das TIC. Há nítida mudança no panorama midiático. Os grupos se fortificam mais e mais e passam a exercer papel significativo tanto na formulação, difusão e alteração dos conteúdos veiculados quanto na legitimação de novos padrões e valores inovadores das coletividades contemporâneas. Em linha similar de pensamento, Fadul (2012) também faz

menção à Guerra Fria, momento em que mídia impressa e mídia audiovisual conquistam posição de destaque e agem em diferentes e variadas frentes. A edição crescente de jornais e revistas, os insumos direcionados às emissoras de rádio e a penetração da televisão (TV) se assimilam a fortes estratégias com o objetivo implícito ou explícito de convencer os adversários da possibilidade de adequação ao modelo político e econômico então adotado.

No que tange à América Latina, Castelo Branco (2001) destaca a crise econômica vivenciada pelos países de continente, crise esta impulsionada pela dívida externa e por elevada taxa de inflação. É quando a ideia de integração regional maximizada pelo Mercosul atinge seu auge. A vinculação possível ou já existente entre as nações latino-americanas favorece a emergência e a consolidação de grupos midiáticos da região, representados, na ocasião, pela Televisa (México), Cisneros (Venezuela), Clarín (Argentina) e as Organizações Globo (Brasil).

No Brasil, tal internacionalização se intensifica na década de 90, século XX, panorama que pode explicar a interveniência do jornalismo norte-americano no Brasil, concepção apontada por Marques de Melo (2006). É Castelo Branco (2001) quem sintetiza, didaticamente, os motivos rumo à internacionalização. Por um lado, estão as mudanças decorrentes da economia e política, responsáveis diretas pela abertura do mercado brasileiro rumo à economia internacional. Do outro lado, estão o surgimento da TV por assinatura e a desregulamentação da mídia das áreas de informática e telecomunicações. Há, portanto, tendência cada vez mais acentuada de rompimento pela mídia brasileira das barreiras entre nações em busca de conteúdos e modelos internacionais. E, decerto, as redes eletrônicas de informação e de comunicação, ênfase para a internet, potencializam o processo, como Fadul (2012, p. 49) descreve, com propriedade: “[...] todas essas mudanças na década de 90 têm uma série de causas: as mudanças na economia mundial, nas relações internacionais e nas tecnologias de informação, radiodifusão e telecomunicação”.

Quando a globalização se intensifica, por conseguinte, a relação entre os países também se ativa. Quando o mercado da mídia internacional passa a influir na rotina das empresas comunicacionais do mundo e do Brasil, em particular, surge, de forma gradual e contínua, o interesse pelo local, concomitante ao global, como previsto por Peruzzo (2002), em consonância com as palavras literais de Castelo Branco (2001, p. 21):

Este novo rumo que a indústria de mídia trilha desde o final dos anos 80, quando os oligopólios de comunicação se delineiam com maior expressão, não têm término previsto. Nesse novo cenário, boa parte das estratégias de comunicação passa a ser local e, ao mesmo tempo, global. Os meios de comunicação passam a conquistar novos mercados, novos públicos.

Na medida em que o fluxo informacional assume proporções gigantescas mundo afora, configurando nova forma de comunicação internacional, cujas diretrizes principais são sempre predeterminadas pelas nações desenvolvidas, cresce também em ritmo veloz a preocupação com a posição periférica dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos em meio ao fluxo informacional internacional. Há movimentos que tentam alertar para a urgência desses países consumidores das informações por outros produzidas possam dispor de canais próprios de informação com o intuito de corrigir ou amenizar injustiças e distorções vivenciadas. Na percepção de Castelo Branco (2001), uma das proposições ganha força e forma com os 12 princípios da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), definidos na XXI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorrida em Belgrado, ano 1980.

Uma das diretrizes da NOMIC é dispor a sociedade de seus próprios canais de informação como forma de assegurar seus direitos legítimos e genuínos, o que pressupõe o fluxo livre e equilibrado de informações, além de ativa participação popular. No entanto, ao que parece, o principal motivo do insucesso da Nova Ordem está na reação dos proprietários da imprensa. Na condição de detentores do poder, interpretam a proposta de socialização dos meios de comunicação como forma de dominação do Estado (estatização) e, também, de desapropriação velada.

De qualquer forma, em termos históricos, a NOMIC reflete a imposição de conteúdos internacionais por parte das nações poderosas, a exemplo dos EUA. O relatório final da Comissão, conhecido como Informe MacBride, em homenagem ao nome do presidente da Comissão Internacional que o redigiu (Sean MacBride), descreve a nova ordem mundial no âmbito das comunicações e da informação, porém, numa perspectiva contrária à do domínio dos países de Primeiro Mundo. Afinal, dentre as preocupações presentes no Informe intitulado *Un sólo mundo, voces múltiples: comunicación e información e información en nuestro tiempo*, está a quebra do monopólio das agências internacionais de notícias, o que motiva a instituição de outras agências em locais distintos, à semelhança da Agência Latino-Americana de Informação (LATIN), ano 1970:

[...] criada por 13 dos grandes jornais impressos do continente, incluindo os seguintes veículos brasileiros: *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Diário Popular*. O objetivo básico da LATIN era permitir a integração latino-americana pela difusão de notícias sobre a região, produzidas sempre sob uma ótica latino-americana. O primeiro presidente da Agência, que começou a funcionar no dia 1º de julho de 1971, com sede em Buenos Aires, foi o brasileiro Júlio de Mesquita Neto, de *O Estado de S. Paulo* (CASTELO BRANCO, 2001 p. 59).

Nesse ínterim, se começa a pensar de maneira mais precisa no interesse das pessoas em manter acesso a conteúdos tanto globais quanto regionais, haja vista que os fluxos informacionais conquistam maior multiplicidade e dinamismo. Destaca-se, mais uma vez, a difusão da internet após os anos 90, evidenciando-se, porém, que a informação é ainda distribuída de forma desequilibrada entre as diversas partes do mundo, a depender do avanço científico e tecnológico dos países. Tudo leva à consolidação de grandes conglomerados comunicacionais, os quais começam a despontar, ainda, por volta do século XIX, “quando a mudança na base econômica dos jornais, gerada pela introdução de novos métodos de produção, dá início aos processos de acumulação e concentração nas indústrias da mídia”, como Castelo Branco (2001, p. 72) complementa.

É óbvio que o incremento dos grupos midiáticos se dá por uma conjunção de motivos. Dentre eles, tal como Moraes (1997), a autora antes mencionada, arrola alguns itens: uso sofisticado de cabo, assegurando maior precisão à transmissão de informações em circulação; incremento da utilização de satélites, que proporcionam comunicação a longa distância; utilização de tecnologia digital, facilitando as etapas do processamento, do armazenamento e da recuperação de informação. É a confirmação de fato incontestável resumido por Vilches (1997): a globalização, qualquer que seja sua natureza (econômica ou política), consegue reduzir as barreiras geográficas entre continentes e nações. Esses efeitos são visíveis quando se aborda a importância da informação na SI ou quando se refere à comunicação em sua magnitude. É a imposição de grandes grupos comunicacionais internacionais, difusores da informação. É a potencialização das TIC, irreversivelmente atrelada à ciência e tecnologia (C&T).

A este respeito, ao se referir à formação crescente dos grandes grupos comunicacionais, Fadul (2012) afirma que a desregulamentação suscita tanto a concentração quanto a diversificação dentro da lógica midiática. É a desregulamentação que favorece a emergência de sólidos conglomerados multimídias, os quais passam a investir maciçamente na produção e na distribuição de seus produtos, agora, em esfera planetária com abrangência totalmente inesperada para a história da humanidade. Isto porque, como Vilches (1997, p. 79), proclama “os modernos meios da comunicação reordenam o espaço e o tempo de nosso mundo”. Os impactos das inovações tecnológicas, no contexto global ou na virtualização de uma sociedade fundamentalmente globalizada, provocam profundas alterações na produção das informações postas em circulação, e, portanto nos conhecimentos recém-gerados.

A estrutura hierárquica tende a ser horizontal face à verticalização antes existente. A internet impõe-se, agora, como “meio global-virtual”. O internauta, diante do emaranhado de opções proporcionado por seu *personal computer* (PC) conectado à Rede, motivado pela quase

infinita liberdade de escolha temática, navega entre o global e o local em frações de segundos, ou melhor, “penetra em um aparato hiperespacial que o faz desaparecer de seu contexto local” (VILCHES, 1997, p. 107). A globalização amplia o universo de possibilidades aos usuários, permitidas, principalmente, pela rapidez da Rede e das potencialidades do espaço virtual,

[...] o qual permite a incorporação de múltiplos meios, o que justifica a denominação de hipermediático. A hipermídia propicia a interatividade e a hipertextualidade dos elementos essenciais à demanda de informações do homem moderno que pode, agora, suprir suas demandas informacionais de forma particularizada. A interatividade prevê oportunidades de participação do público com os meios. A hipertextualidade consiste em organização não linear de informações, favorecendo a cada cidadão selecionar o material que lhe interessa para seu uso como e quando assim o deseje (GOMES, 2014, p. 64).

Ainda sobre o cenário transformador da globalização, Vilches (1997, p. 108) assegura:

A atual situação da globalização está caracterizada pela destruição do serviço público, pela concentração às vezes abusiva das mídias e das empresas, o lucro como único fator de decisão no mundo da comunicação e a influência crescente do poder econômico sobre o poder político. Isto ocorre tanto nos Estados Unidos como na Europa ou na América Latina. Em todos os países capitalistas, a cultura, a educação, a política e a comunicação passaram a fazer parte da mundialização e da globalização.

Levando em conta o raciocínio da globalização, vem à tona o fato de a globalização da comunicação suscitar permanente debate sobre a postura adotada pelas empresas jornalísticas acerca da produção de conteúdos no contexto de uma sociedade cada vez mais conectada pelas redes infocomunicacionais. Para Moraes (1997), tudo isso se reflete no trânsito de informações produzidas pelos *mass media* na chamada era das infossociedades, cenário que reflete a realidade de uma coletividade cada vez mais afeita e dependente das inovações tecnológicas, de tal forma que as TIC passam a atuar como agentes de disseminação de discursos ideológicos de um universo sem fronteiras. Ao fazer alusão à composição do que define como “bloco hegemônico na sociedade capitalista mundial”, o autor coloca a grande mídia como partícipe de tal bloco, ao lado do “Estado e de [...] megacorporações financeiras e industriais” (p. 12). Inserido nesse amplo processo, está a informação utilizada pelas empresas de comunicação visando lucrar com o fluxo informacional, em sua condição de moeda de troca e de verdadeira mercadoria.

A mídia de referência, na esfera global e tendo a informação como fonte de lucro, tira proveito da rapidez com que dados, informações e conhecimentos circulam. Segundo os argumentos utilizados por Moraes (1997, p. 14), as redes assumem o caráter de “circuitos informacionais que interligam atividades administrativas e financeiras; dilatam vasos

comunicantes entre gigantes empresariais, governos e segmentos da sociedade”. Indo além, complementa que as redes eletrônicas de informação e de comunicação, tendo a internet como representante mor, “pluga [...] milhões de usuários, num tráfego impressionante de raças, credos, idiomas e ideologias” (p. 14-15). Atrela usuários e internautas em geral às tendências implementadas pela globalização, num prazo recorde de tempo e de maneira precisa. Porém, e eis um dado bastante interessante, ao tempo em que aproxima povos e nações, permite aos indivíduos fortalecerem os traços característicos de suas respectivas localidades, dentro de um espaço físico e temporal de quem utiliza a tecnologia com propriedade e racionalidade.

Em outras palavras, as empresas de comunicação de qualquer natureza, incluindo as que enfatizam os impressos, se mostram cada vez mais fortalecidas graças à constituição de oligopólios transnacionais da mídia. Pequena parcela do “bolo” empresarial com controle sobre significativa parcela do mercado percebe a internet como meio eficaz para alcançar potenciais consumidores de informação, até porque é ela aparentemente mais rentável para obtenção de lucros efetivos. Por suas próprias características de meio virtual, reduz os elevados custos e as muitas horas improdutivas dos deslocamentos entre continentes, nações, Estados e municípios, dando lugar, com frequência, às auditorias virtuais (MORAES, 1997).

A oligopolização das mídias insere-se no painel geral de forte concentração de comandos estratégicos de megamercados e de mundialização de conteúdos, bens, serviços, facilitada pela desregulamentação, pela supressão de barreiras fiscais, pela brutal acumulação de capital nos países altamente industrializados, pela supressão de barreiras fiscais, pela brutal acumulação de capital nos países altamente industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes integradas de múltiplos usos (MORAES, 1997, p. 25).

Evidentemente, na nova ordem comunicacional, há registro de mudanças significativas no dia a dia dos cidadãos, reiterando Moraes (1997), quando alerta para a constatação de que o cotidiano, as mentalidades, a sociabilidade e o trabalho atravessam mutações radicais acarretadas pela convergência de circuitos digitais, satélites e fibras óticas. Impossível negar ou negligenciar: os artefatos tecnológicos tornam o campo da comunicação mais dinâmico, ativo e, portanto, mais empreendedor, frente ao contexto de uma economia globalizada e de uma cultura mundializada.

Nada disso se dá de uma hora para outra. Vivencia-se um longo processo, diante do qual as organizações comunicacionais precisam se realinhar e se readequar à lógica do aparecimento e da consolidação de conglomerados midiáticos, atentos constantemente à revisão de suas ações para conquistar público mais abrangente via segmentação de interesses. Como decorrência, a informação e seu circuito sofrem alterações de forma e de conteúdo.

[...] a própria noção de informação não se cinge mais à ideia de notícia. Abrange concepções distintas: informação de base (bancos de dados, acervos digitais), informação cultural (filmes, jornais, programas televisivos, livros, etc.) e *know-how* (invenções, patentes, etc.). Estes segmentos conseguem efetivar uma convergência flexível de forma (o suporte técnico), de conteúdo (*softwares*, programas televisivos, filmes) e de difusão (satélites, fibras óticas, etc.). A integração é essencial à geração de um volume de serviços que alimentam as indústrias midiáticas e globais (MORAES, 1997, p. 21).

Logo, na globalização, a comunicação movida pelas TIC rompe barreiras, sejam elas internacionais, continentais, nacionais, regionais e locais. Como antes referenciado, as mídias “fabricam” informações de circunscrição ilimitada. Por exemplo, aproximam e presentificam acontecimentos dos mais distintos e distantes recantos do mundo, incluindo os fragmentos do Brasil, reconhecidamente, um país-continente e, mais, um brasil que comporta mil brasis.

Por outro lado, é sempre útil retomar a ideia de que qualquer avanço tecnológico, em qualquer campo do conhecimento humano ou em qualquer recorte geográfico ou temporal, não pode ser dimensionado fora do contexto social, conforme Miège (2009) reforça. Para tanto, não se fala mais em novas tecnologias da informação e de comunicação, mas sim, em sua maturação. Cada TIC vivencia uma fase diferente com duração variável e imprevisível. Assim, desde os séculos XIX e XX, as então novas tecnologias são aprimoradas, seguindo o próprio devir social:

É o preceito de que os recursos tecnológicos não constituem um fim em si mesmo. Ao contrário. Existem a partir de realidade social definida, de forma que sua adequação é determinada pela possibilidade de imprimir melhor qualidade de vida às comunidades que integram contextos socioculturais, históricos, econômicos e políticos. Trata-se de uma perspectiva de multiculturalidade, que permite a coexistência de códigos sociais distintos e singulares [...] numa dinâmica de mediação, em que os discursos se impõem como práticas sociais [...]

[...] É insensato atribuir à ciência e tecnologia [...] o comando da história, vez que essa atitude despreza a visão crítica e analítica da tecnologia num contexto macro social. As TIC estão irremediavelmente vinculadas às práticas sociais. Nenhuma tecnologia existe de forma autônoma. C&T emergem da sociedade e refletem a sua realidade. C&T advêm de demandas sociais e suprem essas demandas, assimilando o dinamismo próprio dos processos sociais, que são *per se* mutáveis e ininterruptos. Nada é mais dinâmico do que sociedade e cultura. Nada é mais instável do que as tendências sociais e culturais (TARGINO, 2010, 109-110, tradução nossa).

Na mesma linha, Miège (2009) continua em busca de estabelecer caminhos para facilitar a apreensão acerca das TIC e sua influência na tessitura social. Para entendê-las, é preciso observar continuidades e rupturas, ou seja, mudanças e mutações, e sempre levando em conta a inter-relação técnica e sociedade ou C&T e sociedade.

O papel do motor do setor das indústrias da área da comunicação (inclusive após as esperanças decepcionadas da “nova economia”), a diversificação das ofertas de produtos (ferramentas, mas também serviços imateriais), os interesses constantemente manifestados pelos usuários-consumidores, e isso em um contexto mundializado e não somente nos países dominantes. A esses elementos, acrescentaremos outros que nos parecem mais decisivos: o fato de as mídias estabelecidas se organizarem e se adaptarem às TIC; a manutenção em um lugar (muito) bem colocado das questões das TIC na pauta dos debates na sociedade [...] (MIÈGE, 2009, p. 12).

Portanto, vale insistir na ideia de que pensar as tecnologias em quaisquer de suas variáveis fora do meio social é negar o processo desenvolvimentista dos povos, assim como, as intervenções da mídia em âmbito social e vice-versa. As TIC associam-se à evolução dos valores políticos, econômicos, culturais e éticos, favorecendo a articulação entre elementos técnicos e sociais, rompendo com a ótica segundo a qual “tudo provém de uma, ou de uma série de inovações técnicas principais [...] O social, o cultural, o simbólico etc., delas depende e tem de a elas se adaptar” (MIÈGE, 2009, p. 18).

Ora, se, em menos de duas décadas, as inovações de cunho tecnológico têm provocado mutações profundas no espaço informacional, é vital entendê-las na conjuntura da globalização e mundialização. Para isso, Miège (2009) traça diferenças entre os termos, considerando-os polissêmicos. Ainda que não se trate de concepção universal, para ele, a globalização privilegia fenômenos financeiros e relações de produção. A mundialização, por sua vez, abrange aspectos culturais e ideológicos no tocante às trocas. Reconhece-se, pois, quão imprescindível é buscar entender e dar atenção ao meio sociodiscursivo das tecnologias, tarefa envolta de complexidade, uma vez que elas estão sempre enquadradas no universo da globalização e mundialização.

Seguramente, esta nova ordem de informação, é bem diferente da proposta de 30 anos atrás, quando da XXI Conferência Geral da UNESCO visando pôr em prática a mencionada Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. De qualquer forma, são esforços e iniciativas que mostram a relevância do ambiente sociodiscursivo subjacente ao incremento tecnológico presente na SI ou sociedade do conhecimento ou sociedade da aprendizagem ou sociedade da educação.

2.2 Global, nacional, regional e local: fronteiras frágeis e tênues

Diante das expressões – global, nacional, regional e local – o antropólogo e filósofo colombiano, nascido na Espanha, Jesús Martín-Barbero (2003, p. 58) intenta compreender o regional na América Latina, sob a lógica da globalização ao inserir termos que permitem melhor entendimento sobre o olhar para o geral (nacional / global) e específico (regional / local). São

terminologias que surgem e se fortalecem no rastro do fenômeno da globalização, percebida, em sua ótica, como uma “[...] grande utopia possível, a de um mundo só compartilhado” ou como “[...] o mais aterrorizante dos pesadelos, o da substituição dos homens por técnicas e máquinas”. Tais concepções, na atualidade, integram qualquer discussão ou ponderação acerca das dimensões da globalização.

O primeiro aspecto de tal dimensão é a ideia de espaço modificado pela globalização. Trata-se de espaço não apenas territorial, mas sim, aquele espaço, cuja nova significação é diferenciada pela presença expressiva das tecnologias de informação e de comunicação. A globalização permite aproximação e melhor comunicação entre as nações, ainda que sejam elas demarcadas territorialmente. A nova dinâmica de espaço, defendida por Martín-Barbero (2003), reforça a transformação do sentido de lugar no mundo. Agora, tecnologias satélites, informática, telemática, TV e muitos outros recursos e instrumentos concorrem para a concretização de um mundo tão intensamente ligado pelas comunicações, que, paradoxalmente, se transforma, a cada dia, mais opaco, complexo e intricado.

Para Martín-Barbero (2003, p. 58), uma das dimensões dessa opacidade propicia tanto distanciamento do nacional quanto maior aproximação do local. Remete ao fluxo informacional, que introduz a “[...] virtualidade e velocidade em um espaço-mundo feito de redes e fluxos e não de elementos materiais”. Embora possa debilitar as fronteiras existentes entre o global e o local, esse procedimento enseja que o nacional e o local passem a ser “territórios em pontos de acesso de transmissão, de ativação e transformação do sentido do comunicar”. Frente à tendência sobrevinda da globalização de impor o risco de descaracterização do regional e / ou do local, o autor é enfático ao sinalizar a premência de uma “ancoragem territorial” legitimadora da existência de ambas as dimensões. Esta ancoragem diz respeito à:

[...] inserção no local, já que é no lugar, no território, que se desenrola a corporeidade da vida cotidiana e a temporalidade – a história – da ação coletiva, base da heterogeneidade humana e da reciprocidade, características fundadoras da comunicação humana, pois, mesmo atravessado pelas redes do global, o lugar segue feito do tecido das proximidades e das solidariedades (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 58-59).

Indo além, Jesús Martín-Barbero (2003, p. 59) insere duas concepções de local. A primeira traz consigo a ideia de fragmentação proporcionada pela globalização em si mesma. Refere-se à deslocalização que o global provoca. A segunda diz respeito à revalorização do local “como âmbito onde se resiste (e se complementa) a globalização, sua autorrevalorização como direito à autogestão e à memória própria [...]” Portanto, é essencial não confundir a trajetória local como tentativa de intensificação de “particularismos e [...] fundamentalismos racistas e

xenófobos”. Mais adiante e ainda levando em conta a fragmentação, esse estudioso destaca que o mundo vivencia este movimento “em todos os níveis e em todos os planos, desde o desmoronamento das nações até a proliferação das seitas, desde a revalorização do local à decomposição do social” (p. 72, grifo nosso).

Ainda no viés da globalização, outro aspecto interessante destacado pelo colombiano Martín-Barbero é a noção de solidariedade vista a partir da comunicação, sob a égide de dois aspectos pontuais: (1) participação; (2) expressão. Em se tratando da participação, privilegia o direito de conhecimento, isto é, a possibilidade de as comunidades se informarem sobre o que diz respeito à sua vida mediante envolvimento efetivo em todas as decisões intervenientes em seu cotidiano. No caso da expressão, o teórico a visualiza como recurso primordial inerente aos meios de comunicação tradicionais e comunitários ao alcance das coletividades, com a finalidade de disseminar culturas majoritárias ou minoritárias, de modo a acatar a diversidade.

Quer dizer, a solidariedade inserida na globalização, acentua a propensão de proximidades entre os povos. Entretanto, podem ocorrer, como Martín-Barbero (2003, p. 75) alerta, efeitos contrários. Por exemplo, na América Latina, a integração econômica alinhada à competitividade do novo mercado mundial “[...] está fraturando a solidariedade regional [...]”, por mais que haja aproximações referentes à língua, às tradições e a outros itens de cunho cultural. Tal rachadura é mais bem visualizada quando grupos regionais, a exemplo do Mercosul, tentam se inserir em macrogrupos do Norte, do Pacífico e da Europa, numa prova incontestada de que a competitividade entre os coligações prevalece em detrimento das noções básicas de cooperação e de complementaridade regional.

O exposto até então demonstra quão difícil é a demarcação a respeito das diferenças entre os termos – global, nacional, regional e local. São elementos que se inter-relacionam tanto de forma estrutural (quando se atém apenas aos limites territoriais) quanto do ponto de vista dos atributos gerais e singulares de determinado povo em determinado lugar, em meio a uma quase infinidade de relações que envolvem elementos culturais, como idioma, hábitos, tabus e rituais. Esse lugar, como Stuart Hall (2005, p. 72), teórico cultural jamaicano, com atuação no Reino Unido bem evidencia, é algo mais “[...] específico, concreto, conhecido, familiar e delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”.

Na perspectiva de antever e delinear semelhanças e dessemelhanças entre global, regional e local, Haesbaert (2010, p. 2) determina algumas diferenças estabelecidas entre região, regionalização e regionalidade. A região, como entidade geográfica; a regionalização, como processo de diferenciação e / ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou articuladas; a

regionalidade, “enquanto propriedade de ‘ser’ regional, especialmente levando em consideração a dimensão simbólica e vivida”. Importante perceber, neste momento, o fato de tanto a região, a regionalização ou a ideia de regionalidade serem vislumbradas à luz da globalização, por conceber tendência homogeneizante e unificadora, mesmo no momento em que se presencia constante fragmentação das regiões, não apenas de caráter material e territorial, mas também de cunho simbólico e subjetivo. O autor reforça a dificuldade de traçar entendimentos limítrofes entre global, nacional, regional e local, ao acreditar que:

[...] falar de região numa época de tão pouco consenso sobre a relação entre as partes (o “regional”, em seu sentido mais geral) e o todo (o “global”) – e sobre a própria definição do que seriam estas partes e do que seria este todo, num sentido geográfico – pode parecer desafio infrutífero. Se vivemos o tempo de fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, “regiões” minimamente coerentes deste todo espacial pretensamente globalizado? (HAESBAERT, 2010, p. 3).

Nesse ínterim, o autor ora referido apresenta elementos para se visualizar a regionalização. Para tanto, é imprescindível assumir a natureza do regional, como elemento condicionado e condicionante em relação aos denominados “[...] processos globalizadores – ou melhor, como seu constituinte indissociável – a ponto de, muitas vezes, regionalização e globalização se tornarem dinâmicas, imbricadas e complementares” (HAESBAERT, 2010, p. 4). Consequentemente, é preciso sempre analisar a regionalização e todos os procedimentos a ela envolvidos sob dois parâmetros. O primeiro grupo está relacionado à demarcação geográfica / territorial, onde os limites próprios de cada região estão devidamente delineados. Os demais parâmetros estão no plano simbólico, uma vez que a concepção de região pode partir de uma construção simbólica, com chance de edificação e reconstrução, como Albuquerque Júnior (2006) aponta.

Acerca do constructo simbólico, elaborado e sintetizado com base em dados simples, é compatível retomar, aqui, de forma concisa, a noção de campo explicitada pelo francês Pierre Félix Bourdieu. Em sua opinião, as representações simbólicas podem determinar e definir uma região e seus respectivos aspectos. O campo, sob a ótica bourdiana, consiste em:

[...] universo intermediário que [ele chama] [...] de campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p. 20).

No campo, existem os agentes que mantêm relações de forças determinadas pela posição que ocupam. Seguem e preservam uma lógica interna, mesmo, às vezes, com base em elemento externo. Ou seja, os agentes elaboram reconhecimento entre si quanto a temas que não desvalorizam algo exterior.

O mundo global, por conseguinte, o mundo externo, exerce forças sobre o campo, as quais são recebidas, mediadas e analisadas pelos agentes. Bourdieu (2004) destaca que determinado campo desenvolve autonomia quando é capaz de refratar o que advém das forças exteriores. Ao refratar, o campo retraduz, de forma específica e singular, pressões e demandas vindas de fora. Dizendo de outra forma, ao aproximar as ideias de atuação dos *media*, seja do prisma global, nacional, regional ou local, é possível inserir as noções de campo propostas por Bourdieu, principalmente, quando há percepção de que a mídia regional e local retraduz informações vindas do global, interferindo, de alguma forma, em sua atuação no âmago de uma região específica. Sugestões de temas e programas e de alterações na grade de programação, em decorrência da intervenção do global, a valorização de características de certa região, valores socioculturais e não apenas de cunho territorial, fazem parte da inter-relação entre global, regional e local.

Ressalta-se como ponto relevante a manipulação possível, sempre que o agente mantenha poder significativo de interveniência sobre os demais agentes do campo. E mais, é preciso possuir capital de crédito e posição de destaque na distribuição do capital, assim descrito:

[...] reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também as regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema [...] (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Uma região representa um espaço. Este, por conseguinte, pode representar um campo. Dentro do tal espaço, existem aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, como mencionado, os quais, de alguma forma, se tocam ou se distanciam, a depender da instância e das circunstâncias. Na verdade, a região pode ser vista sob o prisma de reprodução e de acumulação de capital, quando matrizes políticas e econômicas ganham mais força. Exemplificando: a formação dos blocos econômicos Mercosul e Nafta se configuram como instâncias regionalizadoras, no sentido de que aproximam regiões com interesses políticos e econômicos afins, como Ianni (1999) descreve.

Em momento algum, é possível negar a existência de fatores políticos e econômicos subjacentes às regiões, os quais atuam como uma “moldura” para elas. Assim sendo, tomando

como referência o pressuposto de que região é o núcleo para elucidar pontos relacionados ao princípio da regionalização, segue-se a proposta de ver a região:

[...] não simplesmente como um “fato” (em sua existência efetiva) nem como um mero “artifício” (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando à intervenção política via planejamento). Propomos então tratar a região como um “arte-fato” (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política (HAESBAERT, 2010, p. 7).

A noção de arte-fato implica perceber que a região envolve questões de dupla natureza, como Haesbaert (2010, p. 7) menciona: ideal-simbólica; e material-funcional. A ideal-simbólica traz questões “seja no sentido de construção teórica, enquanto representação ‘analítica’ do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido”. A segunda, por sua vez, remete às práticas econômicas e políticas mediante as quais os estratos sociais edificam seu espaço de forma desigual, ou, no mínimo, de maneira singular ou diferenciada. Em suma, ainda de acordo com o mesmo teórico, as duas vertentes que marcam presença na construção de região remetem ao conceito de regionalidade ou à noção do “ser” regional. Trata-se de aspecto que envolve a concepção da realidade e de representações regionais, sem dissociações. Isto é, o imaginário e a construção simbólica, ao moldarem a vivência e a produção concreta da região, alimentam as configurações simbólicas.

A este respeito, Peruzzo (2002) compreende o local como o espaço no qual há vínculos de proximidade e familiaridade, materializados por meio de relacionamentos econômicos, políticos, de cercania física e de outros elementos, como também por laços de identidade bastante variáveis. Pode ser uma história em comum. Pode ser o compartilhamento de costumes. Pode ser a partilha de condições similares de vida. Pode abrigar conteúdos simbólicos. Enfim, os laços identitários não se limitam às demarcações geográficas.

Sobre os laços de identidade referidos pela autora brasileira acima referenciada, Hall (2005) destaca que eles lidam com impactos causados pela globalização, de modo a explicitar três possíveis decorrências daí advindas. Uma delas é a desintegração das identidades nacionais devido à homogeneização cultural, tendência globalizante acima da nacional. Outra consequência diz respeito ao fortalecimento e à resistência de identidades locais ou particularistas, que reforçam a resistência à globalização. Em lugar de pensar a relação global, nacional, regional e local como excludentes, Stuart Hall reitera ser possível, frente ao declínio das identidades nacionais, o surgimento de novas identidades, fundamentalmente híbridas. Reafirma, ainda, a não permanência do indivíduo formado por uma identificação unificada, pois:

Ao invés disso, à medida que os sistemas de significações e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

Autores, como José Marques de Melo (1998), em estudo para mapear as imagens midiáticas sobre as festas natalinas nas cinco regiões brasileiras, também faz alusão às mudanças que a globalização causa na constituição das identidades, sejam nacionais, regionais ou mesmo locais. A respeito das mutações no mundo contemporâneo, evidencia que, a princípio, a sociedade passa por uma fase agrária (até final do século XIX), e, posteriormente, por uma etapa industrial, caminhando para a dita sociedade da informação. Nesse momento, contingentes expressivos da vida nacional experimentam situações representativas da pós-modernidade, o que conduz ao consumo de informações provenientes de qualquer parte do mundo, seguindo, então, parâmetros da sociedade global ou globalizada.

Aspectos da globalização passam a ser transformados e o global não mais se impõe como força propulsora e formadora de identidades. Na visão de Lima (2008), a relação que existe é de complementaridade e não de exclusão. A partir do regional e do local, busca-se reconfigurar o global, conforme Marques de Melo (1998, p. 30) corrobora, ao pontuar que a busca por novos significados não deve relegar “[...] o fato de que o cidadão global continua atado a raízes familiares e comunitárias (locais), elas próprias articuladas a teias microrregionais”. Com base no parâmetro das identidades nacionais, desestruturadas pela presença do global, Hall (2005) acresce que as identidades locais, regionais e comunitárias estão se tornando bem mais importantes. O enfraquecimento do nacional se dá por conta da exposição às influências externas. Decerto, é bastante difícil conservar as identidades culturais intactas ou “puras”, livres da infiltração cultural e de procedimentos nitidamente aculturados. A aculturação decorre, inevitavelmente, do contato mais ou menos direto e contínuo entre dois ou mais grupos sociais, pelo qual cada um dos estratos assimila, adota ou rejeita elementos da cultura do outro, seja de modo recíproco ou unilateral, o que pode acarretar subordinação de natureza diversificada.

O impacto do global acarreta novos direcionamentos e olhares em torno do local, como os estudos de Ianni (1999); Lima (2007, 2008, 2010); e Peruzzo (2002, 2005) acordam. É vital analisar o termo articulação entre global e local e não visualizar o global “substituindo” o local ou vice-versa. Desta forma, o local

[...] não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá

produzir, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais (HALL, 2005, p. 78).

Pode-se até adotar a expressão glocal (global + local), termo híbrido cunhado originalmente por Hall (2005) para explicar que, nessa articulação, há a presença de elementos tanto do global quanto do local. De acordo com Marques de Melo (1998, p. 33), é possível pensar a existência de um cidadão global capaz de vivenciar a dinamização das identidades culturais, permitindo “preservar / transformando, num processo dialético de consumo / produção, suas raízes comunitárias (locais / regionais), articulando e recriando as singularidades nacionais e ao mesmo tempo sintonizando / participando dos simbolismos globais [...]”.

Peruzzo (2002) recorre a características pontuais que auxiliam na definição do que é regional e local. Para se compreender melhor o local e o regional, é necessário traçar referenciais, de um com o outro, ou mesmo com base em outras dimensões espaciais, como o global e nacional. Por exemplo, quando se diz região sudoeste do Piauí e região NE do Brasil, percebe-se que o entendimento de regional muda de ângulo. A utilização de limites territoriais auxilia a assimilar esta lógica do regional, por ser mais ampla e extensa.

Por sua vez, em se tratando do local, a amplitude em termos territoriais é menor, porém a abrangência não é restrita. Ainda no entendimento de Peruzzo (2002), o local pode ser um município, uma determinada zona dessa cidade, um grande ou pequeno bairro, um rincão do meio rural. O que importa é a certeza de que é, sempre, elemento de uma espacialidade extensa, mas que conserva traços característicos similares e específicos. Apesar de, em termos de amplitude, o local ser invariavelmente menor do que o regional, este também reúne propriedades de proximidade e de identificação entre os agentes, na expressão usada por Pierre Bourdieu (2004).

Ainda no que concerne à discussão sobre demarcações em torno do global, nacional, regional e local, Ianni (1999) suscita novo questionamento, desta vez, em torno dos termos globalismo, nacionalismo e regionalismo. É evidente que o globalismo não rompe com o nacionalismo nem o nacionalismo confronta o regional. As mudanças oriundas dessas três instâncias unificam-se e confundem-se, de tal forma que é praticamente inviável determinar com precisão até onde vão os limites do globalismo, nacionalismo e regionalismo “puros”.

O nacionalismo continua a ser uma força social, econômica, política e cultural decisiva. Em diferentes gradações, os diversos grupos sociais e as distintas classes sociais participam do jogo das forças que se expressam em termos de nacionalismo. Alguns são exacerbados, patriotas, autoritários ou até mesmo fundamentalistas. Outros desenvolvem atividades e ideias flexíveis, tolerantes, democráticas.

.....
 O globalismo está desatado pelo mundo afora. O jogo de forças sociais, as controvérsias políticas, as opções econômicas e os movimentos da história estão lançados em âmbito global.

.....
 O regionalismo situa-se precisamente no contraponto nacionalismo e globalismo. Em um mundo ainda povoado de nacionalismos de todos os tipos, impregnando realizações, heranças e mitos presentes na vida sociocultural de povos e coletividades, ou nações e nacionalidades, bem como grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, esse mundo não suporta facilmente a força mais ou menos inexorável da globalização do capitalismo (IANNI, 1999, p. 44-47).

Vê-se que a postura do autor transcrito reforça o pensamento de Hall (2005), quando insiste que a tendência globalizadora de homogeneização e universalização não enfraquece os movimentos regionais. Em sentido contrário, os fortalece. Núcleos regionais de determinada nação começam a delinear atributos próprios, não necessariamente interligados à nação e / ou ao nacional. Podem estar atrelados, por exemplo, a aspectos globais e mundiais, reiterando Ianni (1999, p. 29), para quem o “[...] globalismo tanto incomoda o nacionalismo como estimula o regionalismo”.

Para esclarecer melhor como acontece a imbricação entre global, nacional e regional, é válido destacar duas expressões utilizadas por Ianni (1999, p. 39, grifo nosso), ao pontuar novas conformações do nacional: “[...] a sociedade nacional como um todo, e em suas partes, passa a ser influenciada pelas injunções e tendências que se manifestam com a regionalização e globalização”. Guardadas as devidas proporções, esta lógica pode ser aplicada diante do trinômio global / regional / local.

Indo além, acresce-se que também Lima (2008) traça concepções referentes ao global / regional / local, quando da execução de pesquisa alusiva à produção da Rede SomZoom Sat, ou, simplesmente, SomZoom Sat, rede de rádio sediada em Fortaleza (Ceará, CE), cujas atividades foram retomadas em abril de 2013 em substituição à Canaã FM [*Frequency modulation*]. À época, a autora registra o contrafluxo da produção local e regional para o espaço global.

Tomando como pontos de partida estudos empreendidos por José López García, Maria Érica de Oliveira Lima corrobora conceitos e opiniões de Hall (2005) e Ianni (1999). Afirma que quando se estuda o global, regional e local, é importante manter a concepção de que os três espaços podem atuar como focos de tensão, embora nunca de forma excludente um do outro e, sim, de forma equânime.

[...] apesar da tendência do local ser complementar ao global, não há um enfrentamento e sim tensões que buscam o equilíbrio entre as questões mais imediatas e a que se produzem arraigadamente à realidade da vida dos cidadãos

de uma comunidade. E mais, que as empresas locais tenham uma estrutura adequada para competir no mercado atual (LIMA, 2008, p. 45).

Para analisar mais acuradamente tanto o regional quanto o local, é essencial lançar mão do recurso do contraponto. Assim, o local, à luz do nacional, pode ser visto como lugar capaz de oportunizar a formação de identidades, interligações políticas, sociais e econômicas que fortalecem as relações do espaço. Este, porém, não é necessariamente referente às delimitações territoriais, conforme Peruzzo (2002) argumenta. Indo mais adiante, Lima (2008) reforça as principais peculiaridades do local, tendência vinculada com tradições e identidades repassadas para a esfera nacional, com o adendo de que o objetivo é quase sempre tão somente comercial, embora tal tendência permita conservar alguns traços culturais significativos.

O conceito de regional também está imbricado nesse modo de pensar o local, principalmente quando se remete à essência da região na condição de representação de unidades territoriais. A partir da região, é possível tratar de outras questões de cunho cultural, de identidade, de formação e manutenção de vínculos entre os indivíduos. Portanto, em consonância com o marco teórico defendido pelos autores ora mencionados, o termo região pode incluir tanto um local quanto uma microrregião, uma mesorregião, uma macrorregião, uma nação e, quiçá, até mesmo um bloco transnacional. Cada espaço e suas devidas peculiaridades servem, pois, de parâmetro para a percepção mais cuidadosa frente aos outros espaços.

Com base em estudos de Mercadé, Lima (2008) destaca a relação de complementaridade existente entre o regional e o local, uma vez que os conceitos se inter-relacionam, se mesclam, se confundem e se completam. Decerto, o regional mantém área privilegiada pela difusão da região em si mesma. Os aspectos regionais ou locais podem estar presentes por meio da força de penetração dos *mass media*, a depender da vocação das empresas comunicacionais – se é regional ou não –, da intencionalidade, da linha editorial definida, dos conteúdos e por meio da percepção sobre o receptor. Estes elementos

[...] são determinados pelo contexto local ou regional, sendo também as relações com as instituições e organismos locais e regionais mais diretas, de caráter permanente e num grau maior de intensidade, comparativamente, aos órgãos que se encontram, administrativamente e politicamente, a um nível hierárquico superior (LIMA, 2008, p. 59).

A atuação dos meios de comunicação regional ou local se efetiva, portanto, sempre sob a ótica vocacional, partindo da vertente do localismo ou regionalismo, para se usar os termos de Ianni (1999) e Lima (2008, 2010). Assim, a localização territorial é elemento definidor do que é produzido em determinado espaço, global, nacional, regional ou local. Ocorre o que se chama de

territorialização de conteúdo, com o adendo de que ao final dos anos 80 (século XX) se começa a observar atitude inovadora em relação à importância da Comunicação Social local e regional.

Mota e Callou (2011) acreditam que o interesse pelo local emerge da necessidade latente que as pessoas vivenciam de verem seu cotidiano retratado na mídia, haja vista que é, em especial, naquele local, onde estão seus interesses centrais, de ordem política, econômica, social e cultural. Tal como Cicilia Peruzzo (2002), as autoras concebem o termo – local – não apenas como mero demarcador de limites geográficos, tomando como fundamento a dimensão territorial, mas, sim, o local que incorpora diferentes tipos de territórios, de cunho ideológico, cultural, idiomático, com ênfase para a circulação de informações, além de outros elementos.

Como antes discutido, um fator preponderante que colabora para que a nova reconfiguração do regional e local transcenda os limites territoriais é o avanço tecnológico. Para Mota e Callou (2011), a noção do local extrapolando o território mantém nítida vinculação com o fato incontestável de que, no contexto contemporâneo, as relações de familiaridade podem, sim, ser partilhadas quase infinitamente, sem dependência restrita ao ambiente territorial. E mais, na tentativa de apartar os eixos norteadores do regional e local é coerente concebê-los sob o prisma da proximidade. Esta deve ser incluída sempre que se pretende compreender o regional e o local. A globalização possibilita elos de aproximação das nações, de modo a incentivar sua interconectividade, embora com propensão (acentuada ou não) à generalização, sem aproximação de vínculos. A este respeito, as mesmas autoras acentuam o fato de que, no auge da globalização, é quando ocorre a revalorização da mídia local, isto é, a necessidade de retorno às raízes. Logo, a lógica da proximidade representa que:

O crescente interesse das pessoas pelas informações que têm relação com o seu cotidiano seria justificado por essa relação de proximidade com o local. Quanto mais os veículos de comunicação abordam temas que tratam sobre assuntos ligados diretamente à vida dos cidadãos, mais interessados eles estariam por consumi-los, por partilharem um sentimento de familiaridade e inserção com esses conteúdos informacionais (MOTA; CALLOU, 2011, p. 5).

Em sua versão, as autoras acreditam que algumas mídias, principalmente, rádio e TV, levando em conta o cenário que inspira o retorno às origens, tendem a instituir filiais em zonas do interior brasileiro. Tal movimento se impõe como estratégico, na medida em que as empresas encontram no mercado regional e local uma expressiva fonte de mercado em potencial. Sobre este item, Camponez (2012, p. 35-36) assegura que a proximidade, no jornalismo, pode ser visualizada numa dimensão acentuadamente “[...] estratégica, quer como valor-notícia orientador dos critérios noticiosos do jornalista, quer ainda como um produto comercial”. A proximidade,

portanto, pode ser analisada não apenas sob o ângulo da dimensão territorial, mas, também, considerando outras dimensões, como as temporais e psicoafetivas.

Quer dizer, as dimensões podem ser diferenciadas tendo como parâmetro central a proximidade. Na dimensão geográfica, a proximidade é vista conforme a lógica de interesses e fragmentação de públicos, enquanto a temporal privilegia a percepção de atualidade, além de estruturar o ciclo comercial das notícias. Na sequência, ainda em consonância com os dados de Camponez (2012), dimensão psicoafetiva traz consigo a presença de conteúdos e diretrizes comunicacionais que apelam para o emocional, com o intuito de conseguir maior aproximação com o público.

Sousa (2002), por sua vez, ao analisar a mídia regional e local europeia, traz subsídios valiosos para quem se propõe a estudar a regionalização. Um dos problemas por ele apontados na esfera comunicacional regional e local do continente europeu é a volatilidade paisagística, ou seja, o surgimento e o desaparecimento muito rápido de periódicos (diários e / ou revistas) categorizados como regionais e / ou locais. Tantas variações impedem, como dito por autores anteriores, a precisão, exatidão e qualquer resquício de perfeição, quando o tema é o conceito de comunicação regional e de comunicação local, apesar de as leis tentarem fazê-lo recorrendo à variável – geografia. Repete-se, pois: com base na noção de território, é viável identificar a presença da mídia regional e local, conforme Marques de Melo (1998, p. 47) assinala, quando se refere à territorialidade. Esta “[...] corresponde a um mosaico espacial, onde distintos marcos territoriais coexistem contraditoriamente”. De fato, a territorialização consiste em conceito primordial capaz de explicitar o que se entende por Comunicação Social regional e local:

O conceito de Comunicação Social regional e local não abarca as comunidades fisicamente desterritorializadas, como aquelas que se formam no ciberespaço ou no mundo global. Pelo contrário, a Comunicação Social regional e local tem sempre por referente um território, um espaço físico, uma área geográfica. É aquela que se vincula à realidade regional e local, à vida quotidiana da comunidade onde se insere, à vida comercial dessa comunidade, à dinamização sócio-cultural (*sic*) comunitária [...] (SOUSA, 2002, p. 4).

Como decorrência “natural”, o território comunitário é menos abrangente no espaço local e mais amplo quando se tem por referência o espaço regional, o qual abrange várias comunidades locais interligadas. A comunidade local, por seu turno, possui como campo de ação ela mesma, sendo a família o eixo central. Ainda dando prosseguimento às noções conceituais sobre regional e local, o que traz à tona sua fragilidade e as controvérsias subjacentes, Sousa (2002) discute outros dois conceitos: vizinhança e proximidade. Vizinhança refere-se à aproximação entre os membros de uma comunidade. As pessoas ficam bem achegadas umas às

outras. A proximidade, antes destacada por Camponez (2012) como o valor-notícia mais adotado no jornalismo, é vista por Sousa (2002, p. 5) com destaque, porquanto a comunicação regional e a comunicação local ocorrem por meio da interação entre as pessoas que estão mais perto. Tal proximidade, em geral, é física e mental. “A segunda assume mais importância do que a primeira quando ocorrem fenômenos de migração e emigração, mas normalmente caminham a par”.

Prosseguindo, Sousa (2012) estuda e discute o poder de resistência da comunicação regional e comunicação local e, por extensão, da mídia regional e local. Figura como oposição à globalização, à desterritorialização e ao distanciamento das raízes. Assim sendo, é possível vislumbrar a presença do regional e do local projetados no global, como verdadeiro veículo de glocalidade, um dos destaques também dos estudos de Lima (2007, 2008; 2010).

2.3 Regionalização midiática: preceitos e facetas

Após explorar concepções e dificuldades em torno da expressão – regionalização – em se tratando especificamente de seu registro na mídia, e, em particular, no âmbito dos *mass media* brasileiros, observam-se, ainda na década de 90 do século passado, as primeiras evidências de experiências desse teor. Pode-se afirmar, por exemplo, que o fenômeno da regionalização está contemplado desde a Constituição Federal de 1988, que orienta a veiculação de conteúdo regional nos meios de comunicação no Artigo 221, em especial, nos incisos II e III:

Art. 221 – A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Mais adiante, exatamente em 1963, a emissora Rede Brasil Sul (RBS) instala afiliadas no interior do Rio Grande do Sul (RS). As mudanças demandam investimentos na infraestrutura dos departamentos comercial e de jornalismo. De forma similar, no ano de 1995, a Rede Globo de Televisão passa a investir de maneira intensa em programações regionais (CABRAL, 2006).

Como Peruzzo (2005) reforça, essa é uma fase histórica em que a mídia visualiza o regional como fonte de rendimento e de amplas chances de ampliação de sua esfera de atuação.

Conseqüentemente, as empresas de comunicação incrementam as redes regionais, com a nítida preocupação de cobrir jornalisticamente cidades vizinhas, indo além do território de sua sede, ou seja, de sua emissora-referência. Assim sendo, a regionalização, vista a partir da globalização da comunicação, favorece maior flexibilidade das barreiras físicas e espaciais dos territórios, e, ao mesmo tempo, desperta o apego dos cidadãos às suas origens. A busca pelo regional e local acontece, pois, por meio do elemento global, como já discutido. E segundo a visão de Cabral (2006), particularmente no Brasil, a regionalização conquista lugar de destaque nos meios de comunicação de alcance globalizado.

Portanto, apreender a dimensão da globalização da comunicação pressupõe estar ciente e alerta de demais procedimentos, cujo desencadeamento só pode ser devidamente compreendido de maneira agregada. Ora, se a globalização, em sua essência, envolve a integração de mercados entre nações, é mister percebê-la também como globalização econômica, acelerada com o mencionado fim da Guerra Fria e com o avanço desmedido das tecnologias de informação e de comunicação. Em consonância com Fadul (2012), na contemporaneidade, globalização e regionalização revelam-se, a cada dia e a cada passo, como dimensões atreladas às sérias transformações vivenciadas pelas economias nacionais.

O sociólogo norte-americano John Brookshire Thompson, especialista na influência da mídia e da ideologia na constituição das sociedades modernas, tal como o fazem os autores até então referenciados, enfatiza que a globalização da comunicação, marcante em pleno século XX, tem como responsável mor tanto o advento das tecnologias quanto, sobretudo, seu desenvolvimento e o avanço da C&T em geral. Quando se remete ao regional, Thompson (2008, p. 155) assinala a apropriação dos produtos da mídia sempre como fenômeno localizado “[...] no sentido de que ela sempre envolve indivíduos específicos que estão situados em contextos sociais e históricos particulares, que contam com os recursos que lhes são disponíveis para dar sentido às mensagens da mídia e as incorporar às suas vidas”. De forma análoga, ao discutir o tema, Oliveira (2012, p. 1-2), considera o processo de regionalizar como:

[...] um movimento que propõe inserção e demanda arranjos produtivos que reflitam a necessidade de, no caso da mídia, representar identidades regionais mas também desenhar a geografia do mercado, atendendo, a um só tempo, produtores e consumidores – de bens materiais aos simbólicos, da informação jornalística ao entretenimento.

Na realidade, a regionalização na mídia consiste em incumbência bastante rica e intensa em meio aos estudos comunicacionais, uma vez que ao verificar configurações da mídia autodenominada regional, constata-se que a regionalização marca presença indelével no

panorama midiático inserido na sociedade do conhecimento ou sociedade da aprendizagem. Complementando a ideia, Bazi (2001) cita que, em São Paulo (SP), 1997, a regionalização constitui tema central de seminário promovido pelas revistas Tela Viva e Pay TV, com apoio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA). Como um dos resultados mais consistentes do evento está o reconhecimento da regionalização da programação televisiva como um dos fatores básicos de sobrevivência das emissoras do país.

No caso específico da TV Regional, foco de estudo do autor, o investimento em TV regional não é baixo, quando se preza uma programação de alta qualidade. Associar a programação local aos altos custos ou aos custos justos deve se transformar em missão constante e sistemática, aliado ao fato por ele defendido de que o jornalismo representa caminho para essa conquista. E ao definir as aproximações existentes entre global e local, Bazi (2001) recorre ao exemplo de qualquer telespectador. Ao zapear entre a programação regional veiculada por uma emissora afiliada, o indivíduo pode ter acesso a outra programação nacional concebida pela emissora geradora. Tal exemplificação deixa evidente a necessidade de se pensar o binômio global / local. A globalização das informações permite ir bem além dos limites geográficos e territoriais, graças às potencialidades quase infinitas das TIC:

Qualquer pessoa, hoje em dia, pode, por cabo, satélite, fax, telefone ou internet, visitar os quatro lados do planeta, sem ter a necessidade de viajar. E é exatamente por isso que o sistema de telecomunicações, o fluxo de informação e os veículos de comunicação de massa, em especial a televisão, assumem um papel de extrema importância no desenvolvimento da globalização da informação, pois são estes veículos que trazem o mundo para dentro de nossas casas (BAZI, 2001, p. 17).

Ainda sobre a TV regional, há incentivo para a valorização das culturas regionais por meio do Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967. Este complementa e modifica a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962 e versa sobre a não formação de monopólios: “[...] uma rede nacional pode ter 10 estações de TV de sua propriedade, sendo que as demais seriam emissoras afiliadas [...]” (BAZI, 2001, p. 26).

Ademais, ao revisitar a concepção do regional e do local aplicada à mídia, vale lembrar a assertiva da comunicóloga brasileira Maria Érica de Oliveira Lima, para quem falar do local e do regional exige intensa e profunda reflexão acerca da regionalização, do regionalismo e do localismo. Frisa-se, mais uma vez, que o interesse em torno do regional e do local não é recente. Surge ainda na segunda metade do século XX, no momento em que se inicia e “toma fôlego” uma economia fundamentada, sobretudo, na produção de bens industriais e na relevância do

fluxo informacional, cerne da SI. No setor da imprensa escrita, os grandes periódicos sempre mantiveram interesse pelo local. E mais, é imprescindível que o profissional jornalista tenha consciência de que, ao tratar do regionalismo, a permanência do interesse político na comunicação persiste. Tal como sustentado por Hall (2005) e qualquer teórico da área, a mídia regional segue impregnada de tendências políticas, econômicas, culturais e sociais de qualquer região e / ou local. E a autora acrescenta:

No Brasil, em se tratando de regionalização, esta já ocupa um lugar de destaque na mídia globalizada. Como as regiões brasileiras estão se desenvolvendo economicamente, evoluindo o perfil de consumidores, investindo em grupos de mídia e atraindo diversos setores da produção com oportunidade de negócios, empregos, etc., portanto, despertam para o consumo regional (LIMA, 2007, p. 75).

Na lógica da regionalização utilizada como estratégia de segmentação de mercado para incremento do lucro das organizações empresariais de comunicação, Lima (2007, p. 76) põe em relevo que o emprego da publicidade tem saldo positivo. Mesmo assim, é imperativo fazer maiores investimentos no que é regional e local, ou seja, “[...] apesar do seu potencial econômico, do dinamismo da sua condição empresarial e de seu contributo perante a economia nacional, [as empresas] podem valorizar o social e o comunitário”. Se a demarcação geográfica não é determinante, como visto em momentos anteriores, figura como elemento vital. Isto porque pode ser “fonte de significados em comum para um determinado contingente de pessoas, expressos nas línguas e dialetos, nas raízes históricas, nos valores culturais [...]”

Ao estudar a mídia local no contexto da globalização, Peruzzo (2002, p. 81) revisita a (s) definição (ões) da regionalização. Apresenta o território de modo a destacar que “extrapola os limites geográficos e administrativos, agregando outros elementos: identidades culturais [...] e condições de relacionamento na sociedade”. A globalização não destrói as regionalidades. Ao contrário, pode fortalecê-las, porquanto as comunidades tendem a valorizar mais os aspectos de proximidade, sejam eles geográficos e culturais ou identitários. O exposto até então permite inferir que, gradativamente, a mídia de referência tende a inserir em sua grade de programação conteúdos que contemplem a regionalização:

As evidências estão no aumento dos cadernos ou editoriais, segmentados por localidade, instituídos por jornais de grandes cidades; na ampliação de programas produzidos regionalmente por afiliadas das grandes redes de TV [...] (PERUZZO, 2002, p. 70).

No momento em que, frente a uma mídia global se passa a olhar o regional e o local, isto significa que os meios brasileiros de comunicação estão, conforme a autora supracitada, abordando temas referentes às realidades locais, envolvendo grupos sociais específicos, bairros, equipes esportivas e assim por diante. Há claro redirecionamento do âmbito global / nacional para o regional / local. Ao tempo em que os cidadãos começam a se interessar, ainda que timidamente, por temas nacionais sobre questões políticas e econômicas, por exemplo, também passam a vislumbrar os

[...] acontecimentos que ocorrem ao seu redor e que afetam diretamente suas vidas ou a dos vizinhos. Os atores sociais no mundo contemporâneo rejeitam o anonimato, procuram valorizar suas raízes, sua cultura, seu patrimônio histórico e os acontecimentos que envolvem os grupos sociais a que se vinculam (PERUZZO, 2002, p. 73).

No que tange, em especial, à consolidação da regionalização, as empresas comunicacionais, ao longo dos últimos anos, têm tirado proveito dessa regionalização como estratégia de segmentação de mercado. Isto é, o regional e o local são agora concebidos, de acordo com Peruzzo (2002, p. 74), como verdadeiro “nicho de mercado, um segmento com potencial, com rentabilidade alta”, ou melhor, representa a chance de “[...] captação de receitas provenientes da verba publicitária e de outras formas de matéria paga nas pequenas (e às vezes grandes) cidades do interior ou regiões do país”. Aliás, não se pode esquecer que a crise financeira vivenciada pela mídia, nos últimos tempos, mormente nos veículos de pequeno porte, estimula a divisão em segmentos de mercado, como estímulo para maior regionalização dos conteúdos produzidos, com flagrante ou tímida redução do enfoque reservado para o eixo Rio / São Paulo.

No entanto, é sempre bom repetir que a mídia local é heterogênea. Há variação de estratégias editoriais, que ditam conteúdos, enfoques e tipos de inserção nos meios de comunicação das diferentes regiões e cidades. Além de tudo isso, Peruzzo (2002) insiste que um dos critérios fundamentais da imprensa regional, como antes destacado neste estudo, é certa vocação regional genuína e legítima, expressa naturalmente nas notícias produzidas e veiculadas.

A respeito da valorização da regionalização da produção tanto pela grande mídia, ao conceder espaço na programação das emissoras de TV ou em espaços nos jornais de circulação nacional, quanto pela exploração mais forte de conteúdos regionais via conglomerados de comunicação regionais / locais, Peruzzo (2002) é enfática. Em sua opinião, olha-se para o global; mas também, e agora, com bastante força, olha-se para o regional, mesmo que atrelado à segmentação de mercado que acaba sustentando as empresas do ponto de vista mercadológico.

No Brasil, a mídia local e regional por força de uma conjuntura expressa a partir da globalização e pela crise econômica sofrida pelos grandes meios de comunicação, parece expressar a redescoberta do local (por extensão do regional) como [...] outro território, [...] outro mercado, que quer ser respeitado nas suas especificidades. Ou seja, apesar do interesse maior ser a disseminação da produção midiática produzida nos grandes centros para todos os cantos do país, hoje se agrega a tendência de valorizar a regionalização da produção (PERUZZO, 2002, p. 80).

Por conseguinte, vê-se que a autora exorta intensa preocupação alusiva à revalorização do regional. Em algumas cidades brasileiras do interior, o jornal que se diz adepto e defensor do regional, acaba por ser subserviente às imposições de segmentos políticos e econômicos. O poder sobressai em oposição a um jornalismo cidadão e de qualidade, o qual deve priorizar a realidade das coletividades, o que exige a veiculação permanente e ditada por um comportamento ético de informações de real interesse público. É Peruzzo (2002, p. 84) quem ainda sobrepõe nova preocupação: as mídias regionais / locais, “ao insistirem em reproduzir os esquemas e vícios da grande mídia deixam de inovar e aproveitar a vitalidade do local”.

Por fim, a regionalização adota determinadas funções elencadas por Mathien (1993, *apud* LIMA, 2008) assim enumeradas:

1. Servir de elo da comunicação a que se dirige.
2. Atuar como complemento à experiência cotidiana dos leitores, acrescentando informações disponíveis, quer sobre a realidade mais próxima, quer sobre os acontecimentos mais distantes.
3. Reduzir o nível de incerteza do ambiente onde o leitor, o ouvinte, o telespectador está inserido, tentando responder a questões aparentemente banais acerca das novidades e da atualidade.
4. Funcionar como “enciclopédia de conhecimentos vulgarizados”, a partir do qual o leitor, o ouvinte, o telespectador, de uma forma ou de outra, ainda que sem profundidade, consegue alargar seu repertório cognitivo com informações acerca de saberes diversificados.
5. Servir como importante banco de dados sobre a região de influência, tarefa ora facilitada graças à melhoria constante e sem fim dos sistemas informáticos e das redes eletrônicas de informação e de comunicação. É só lembrar e relembrar,

sistematicamente, que a dita mídia regional e / ou local detém a vantagem de mobilizar arquivos e organizar tais serviços de forma polivalente, centralizada e com chance de atualização permanente.

6. Desempenhar, ainda, a função de entretenimento e de psicoterapia social – eis outra missão possível à mídia regional e / ou local.

Em suma, a regionalização midiática pode ser concebida como uma reação aos impactos e às mutações do global, não de maneira excludente, mas sim agregando valores e equilibrando-os aos interesses e às realidades de cada região. Conceitualmente, como Hall (2005); Ianni (1999); Lima (2007, 2008) argumentam, há relação de conectividade entre as partes. Revendo a introspecção da vocação regional na atuação dos veículos de comunicação, Moroni e Ruas (2006) chamam atenção para a importância da imprensa regional. Enfatizam que a comunicação lida com contrastes motivados e advindos da globalização, com a observação de que tais mudanças são de fácil percepção. Para esses estudiosos, há permanente “[...] convivência entre sua tendência à internacionalização e a tendência à regionalização, ou entre sua nacionalização / estadualização e sua regionalização” (p. 26).

E mais, Moroni e Ruas (2006, p. 30) também estabelecem distinção entre imprensa regional e imprensa comunitária. Esta última favorece e estimula o envolvimento dos grupos sociais na produção do material veiculado. O veículo regional, no entanto, além de ser comercializado, mantém proposta de enfatizar as realidades regionais e locais, mas sem que ocorra necessariamente inserção direta de membros das coletividades na produção noticiosa. Mesmo assim, os jornais e demais meios categorizados como regionais não perdem “o inegável valor de promoverem a cobertura jornalística a partir de temas locais, gerando participação comunitária”. Aliás, é comum os meios regionais aproveitarem o enfoque de certas informações em nível nacional ou internacional, amoldando a abordagem temática ao contexto regional.

Sobre a regionalização na mídia, também é interessante proposta de exercício de jornalismo regionalizado apresentada por Camponez (2012, p. 36, grifo nosso). A proximidade mantém significado próprio, específico e com identidade singular. O jornalismo regional, no entanto, parte do “pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar”. Acerca do entendimento de comunidade de lugar, ele diz:

[...] comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada – e onde intervêm critérios como o espaço geográfico de implantação do

projeto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informações disponibilizada; enfim, a definição dos públicos (CAMPONEZ, 2012, p. 36-37).

Na prática dessa modalidade de jornalismo, que expõe a vocação regional e que valoriza a proximidade, existem riscos iminentes de cunho ético, os quais podem ser perceptíveis no jornalismo distanciado – termo utilizado por Camponez (2012, p. 38) para se referir à mídia de referência. Os problemas éticos podem incluir, na conjuntura regional, a pressão a jornalistas por partes de fontes e elites locais, assim como “[...] sanções econômicas e políticas, os desafios para fazer respeitar princípios de equidade no tratamento da informação e o problema do envolvimento dos jornalistas em causas locais e regionais [...]”

3 GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Diante dos objetivos enunciados de “Aspectos de regionalização na imprensa piauiense: olhar sobre o editorial dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí”, priorizam-se, aqui, os gêneros jornalísticos, e de maneira mais enfática a espécie do gênero jornalístico, editorial, enquadrado na categoria opinativa. É o momento de refletir sobre a forma e conteúdo dos editoriais e problematizar se, no dia a dia, eles assumem funções intrínsecas ao perfil detalhado pelos teóricos referendados. Dentre elas, o de servir como elo entre a empresa de comunicação e a opinião pública, de modo a orientá-la, de maneira cuidadosa sobre os fatos noticiados, mesmo com base na linha editorial da empresa.

3.1 Propósitos comunicativos e gêneros jornalísticos: considerações genéricas

O jornalismo integra nosso cotidiano. A cada minuto, informações são emitidas pelos mais diversos canais. A Grande Rede, nas últimas décadas, tem contribuído com a prática jornalística, tornando-a mais dinâmica e ágil. Os relatos dos profissionais do jornalismo mudam, e com constância. É simples e perceptível, mesmo para quem não tem o hábito, por exemplo, de ler jornais diários, observar a diversidade de textos, a diferença entre as páginas, a divisão crescente em editoriais – política, economia, cultura, esportes, etc. Há aparente reordenamento textual com aprimoramento de recursos gráficos, sempre com vistas a atrair o grande público e facilitar a compreensão dos conteúdos.

José Marques de Melo considera o jornalismo como fenômeno universal, cujas raízes estão fincadas na origem europeia. Destaca quão importante é conhecer a miscigenação inerente ao jornalismo brasileiro mediante a influência de colonizadores portugueses. Para ele, “nutre-se de um modelo português determinado por influências francesas e britânicas”, de forma que, “compreender os gêneros jornalísticos significa [...] estabelecer comparações, identidades, indagar procedências” (2006, p. 68). No entanto, em que pese tal ascendência, o maior impacto recebido pelo jornalismo brasileiro advém do modelo norte-americano. Dos EUA, importam-se tecnologias, técnicas de codificação, sistemas gerenciais e estruturas simbólicas. Isso ocorre com

tal intensidade que, nos dias de hoje, no Brasil, prevalece um “jornalismo morfológicamente distante dos padrões portugueses, mas que também constitui uma cópia dos modelos franceses e norte-americanos (sem dúvida, nossas maiores fontes de inspiração)” (MARQUES DE MELO, 2006, p. 69), embora seja flagrante o nível e a intensidade de adaptações com tons de brasilidade.

Na verdade, o teórico supracitado dedica parte significativa de sua produção intelectual visando estudar a identidade do jornalismo no país, o que conduz à investigação minuciosa de formas e conteúdos dos relatos e da tipologia de gêneros específicos do jornalismo nacional. Para tanto, recorre à literatura internacional e a diferentes tipos de classificação no que concerne aos gêneros jornalísticos. Em suas análises, sempre alerta para o fato de que tal tipificação é processo ativo em consonância com as mudanças advindas da prática jornalística, as quais, por sua vez, decorrem da dinamicidade do tecido social. Para Marques de Melo (2006, p. 69), a zona limítrofe entre opinião e informação “metodicamente implantada pelo jornalismo inglês e levada às últimas consequências pelo jornalismo norte-americano, nunca existiu entre nós”.

É evidente que há estudos continuados sobre gêneros jornalísticos. No caso de Lia Seixas (2009), ela justifica sua preferência pelo tema, exatamente por conta de a temática, em termos de Brasil, ter sofrido drástica estagnação na década de 80, salvo um ou outro artigo publicado aqui e acolá nos anos 90. Em sua versão, pesquisas acerca dos gêneros jornalísticos quase que se esgotam *per se* com a edição do livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, de autoria de José Marques de Melo, em 1985, e reedição em 1994. Outro motivo elencado pela autora é o fato de as novas mídias inovarem os formatos, chegando a “embaralhar” os gêneros, motivo que explica a necessidade de olhares constantes rumo à temática e à sua categorização. Afinal, os novos formatos podem conceber novos gêneros jornalísticos.

Francisco Alves Filho (2011) ressalta a importância de problematizar o entendimento dos gêneros por meio da forma e do conteúdo, elementos que devem ser vistos de maneira conjugada. Enfatiza o caráter holístico dos gêneros, os quais, em sua opinião, além dos dois elementos básicos – forma e conteúdo –, incluem outros itens, tais como: valores, inspirações, situações, carga ideológica implícita e / ou explícita, além de alusão às funções sociais representadas por sujeitos que interagem por meio da adoção deste ou daquele gênero. O conhecimento dos gêneros, e, em particular, dos gêneros jornalísticos permite determinar qual o conteúdo mais “apropriado, adequado e em qual forma textual ele pode ser expresso de modo a se obter sucesso desejado na ação comunicativa” (p. 29). Logo, “[...] aprender gêneros pode ser uma forma de aprender a fazer escolhas responsáveis e deliberadas entre possibilidades existentes de combinação entre forma, conteúdo e valores neles expressos” (p. 31).

A fim de frisar a essência do entendimento dos gêneros, insere-se o propósito comunicativo, que corresponde à finalidade e / ou ao intuito que motiva o emprego de textos de determinados gêneros, levando em consideração a recorrência e as situações de tal utilização. No jornal, o propósito comunicativo está presente em diferentes textos e gêneros que o compõem, haja vista que “um mesmo gênero pode servir para atender a vários propósitos comunicativos e não para um único apenas” (ALVES FILHO, 2011, p.34).

Esse mesmo autor acrescenta que, quando ocorre mudança de gênero, isso não se dá tão somente por conta de alterações na forma, no conteúdo e no estilo dos textos, mas também, por mutações dos próprios propósitos comunicativos com suas respectivas funções sociais. O intento decorre do ponto de vista de quem escreve ou fala e, ainda, de quem lê ou escuta. Como decorrência do exposto, o **Quadro 1** relaciona propósitos comunicativos e gêneros em que são mais usados, com base no teórico ora referenciado.

Ao analisar os relatos jornalísticos, em especial, o gênero opinativo, Marques de Melo (2003) chama atenção para o jornalismo como processo social, e, portanto, contínuo, ágil, veloz e movido pela noção de atualidade. Para a tipificação dos gêneros, os sistematiza conforme as principais características dos textos, seguindo os passos precedentes dos primeiros teóricos voltados ao tema. À informação, eixo indiscutível do jornalismo, no decorrer dos séculos, se agregam valores, por vezes de troca, face à disseminação das relações de mercado numa sociedade capitalista, cujas iniciativas visam essencialmente ao lucro. E, de fato, Marques de Melo contextualiza a informação sempre em meio às transmutações sociais, uma vez que a expansão, a intensificação e o requinte gradativo e crescente das relações de troca inerentes ao capitalismo elevam a informação ao *status* de bem social, além de indicador econômico e elemento político, nas expectativas antes mencionadas acerca da sociedade da informação.

Em seu percurso rumo à classificação dos gêneros, o autor estuda as manifestações pioneiras do jornalismo, séculos XV e XVI, através de avisos e gazetas que circulam visando atender às demandas informacionais dos habitantes das cidades. Na Europa, antes mesmo do século XVII, os impressos não mantêm periodicidade, pois questões políticas então vigentes impõem orientações forçadas ditadas por censuras prévias. Dentro da investigação dos primeiros periódicos, Marques de Melo (2003, p. 21) destaca “a natureza eminentemente política que o jornalismo assume desde seu nascimento como processo social”. Decerto, as publicações, antes e após o século XVIII, evidenciam diferentes formas de uma imprensa que enfrenta os ditames dos censores, seja na França ou na Inglaterra, onde se fixa o imposto do timbre a fim de gerar dificuldades financeiras para os editores de jornais. Por tudo isso, o fenecimento da censura constitui marco importante para o exercício do jornalismo.

Quadro 1 – Propósitos comunicativos e gêneros

PROPÓSITOS COMUNICATIVOS	GÊNEROS EM QUE SÃO MAIS UTILIZADOS
Relatar fatos reais ocorridos recentemente na vida social.	Notícias, reportagens, entrevistas, relatos pessoais, <i>blogs</i> de viagem.
Divulgar produtos e serviços de modo positivo.	Propagandas, novelas, notícias, redes sociais de relacionamentos, prefácios de livros, classificados, entrevistas, resenhas, guias de turismo.
Autopromover-se mediante a apresentação de uma imagem positiva de si mesmo.	Redes sociais de relacionamento, palestras, conferências, entrevistas, debates, <i>blogs</i> , <i>tweets</i> , relatos pessoais.
Criticar e avaliar atores sociais e instituições da vida pública.	Editoriais, cartas de leitor, tirinhas, charges, artigos de opinião, colunas de opinião, entrevistas, debates televisivos, histórias em quadrinhos.
Avaliar conhecimentos de atores sociais.	Provas, exercícios, redações escolares, entrevistas de emprego, entrevistas de seleção de alunos, pré-projetos, seminários orais, provas orais, testes psicotécnicos.
Interagir, mantendo contato social e reforçando vínculos de amizade com os outros.	Conversações cotidianas, “causos”, relatos de experiência pessoal, cumprimentos diários, piadas, redes sociais de relacionamento, telefonemas, cartas, <i>e-mails</i> [<i>electronic mails</i>], <i>blogs</i> .
Refletir sobre a condição humana.	Poesias, romances, contos, crônicas, cartuns, tirinhas, sermões, palestras.
Confortar pessoas.	Livros de autoajuda, sermões, poesias, pêsames, depoimentos pessoais, orações, preces, cartas.
Regrar e orientar o comportamento das pessoas.	Fábulas, leis, normas, regimentos, regulamentos, propagandas.
Enaltecer pessoas.	Prefácios, discursos orais públicos, cumprimentos, resenhas e depoimentos.

Adaptação da fonte: Alves Filho (2011, p. 37).

Ainda para Marques de Melo (2003, p. 23), o fim da censura prévia figura como fator relevante para que o jornalismo assumisse

[...] fisionomia peculiar – a de uma atividade comprometida com o exercício do poder político, difundindo ideias, combatendo princípios e defendendo pontos

de vista. Nesses primeiros momentos da sua afirmação, o jornalismo caracteriza-se pela expressão de opiniões. Na medida em que a liberdade de pensamento ou os distintos grupos sociais se confrontavam através das páginas dos jornais que editavam.

A pseudoliberalidade também parece sofrer cerceamento, reduzindo-se a expressão opinativa. Surgem taxas, impostos e controles fiscais em demasia. Decretam-se limitações à liberdade de imprensa. O jornalismo de opinião passa a dar espaço ao jornalismo de informação. Segundo Marques de Melo (2003), o jornalismo informativo emerge como estratégia para burlar os abusos do poder vigente e manter a sobrevivência dos jornais. São visíveis as diferenças entre o jornalismo inglês e o francês. O primeiro segue tendência mais informativa, com destaque para a atuação de Samuel Buckley, segundo editor do diário *The Daily Courant*, cujo primeiro fascículo data de 11 de março de 1702. A preocupação de Buckley centra-se em retratar os fatos, modificando a forma das notícias antes elaboradas. Agora, são elas veiculadas sem comentários e atreladas muito mais ao relato “puro e simples” dos acontecimentos. Abandona-se a prática de noticiar com opinião a favor de uma prática direcionada à descrição dos fatos:

Enquanto o jornalismo francês apresentava-se com todo vigor opinativo, promovendo debates, levantando problemas, participando ativamente do cenário político, o jornalismo inglês assume uma tendência informativa, retraindo-se do combate, preferindo distanciar-se do confronto direto com o centro do poder (MARQUES DE MELO, 2003, p. 24).

Surge, então, a distinção entre *news* e *comments*, cuja compreensão é relevante por nortear a classificação dos gêneros jornalísticos, em âmbito internacional e brasileiro. Trata-se de dicotomia do jornalismo britânico, a qual assume a função de eixo norteador da “bipolarização do espaço ocupado pela informação da atualidade nos veículos de difusão coletiva”, de acordo com palavras textuais de Marques de Melo (2003, p. 24). O equilíbrio e / ou a predominância de uma categoria sobre a outra interferem no exercício do jornalismo. Tal dicotomia, ao envolver informação e opinião, atua como estratégia profissional e política.

No primeiro caso, a estratégia profissional remete à atuação contemporânea do jornalista, ávido por informações para maior completude da narração em torno do que observa, sendo capaz de emitir opiniões, medida permitida ou não pelo veículo de comunicação no qual trabalha. A estratégia política advém das primeiras práticas da imprensa, em que o editor consegue ludibriar a vigilância do Estado: assume a autoria das matérias (*comments*) ou traveste de informação conteúdos com opiniões, ideias e julgamentos (*news*). Tais observações reforçam o papel de Buckley. Ao segmentar *news* e *comments* em *The Daily Courant*, dá início à

classificação dos gêneros jornalísticos, em pleno século XVIII, delimitando dois gêneros basilares do jornalismo – o informativo e o opinativo.

A distinção dos relatos através de categorias que compõem o espaço jornalístico não implica a consideração do jornalismo na condição de processo social influenciável por mudanças políticas, “onde a expressão ideológica assume caráter dominante. Cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 25).

3.2 Gêneros jornalísticos e categorização: semelhanças e dessemelhanças

Retoma-se a consideração anterior de que a classificação dos gêneros jornalísticos, no Brasil, recorre a três autores-chave, o primeiro dos quais, o mencionado José Marques de Melo, cuja tese de doutoramento sobre jornalismo opinativo é considerada um marco na temática, devido à amplitude e ao aprofundamento, além de que proporciona tipificação específica dos relatos. Outro autor é Luiz Beltrão (1980), pioneiro no tema sobre gêneros no país, ou seja, o precursor da categorização de relatos jornalísticos. Um de seus estudos fundamentais gira em torno do jornalismo opinativo, com a ressalva de que, apesar de se reconhecer como seu discípulo e por quem nutre respeito e consideração, Marques de Melo mantém algumas visões díspares em relação ao seu mentor, em particular, no que se refere à formulação – os porquês – de categorias, gêneros e espécies opinativos.

No centro da discussão sobre os gêneros, também participa Manuel Chaparro (1998). Por meio de estudo comparativo entre jornais brasileiros e portugueses, institui nova categorização dos gêneros. Ao discordar do binômio informação x opinião como principal direcionamento empregado por Marques de Melo, Chaparro argumenta que temporalidade e angulação não podem ser consideradas como critérios para definir categorias, no caso dos gêneros opinativos. Levando em conta o relato informativo e opinativo, propõe a inserção do relato interpretativo como intermediário. Mais adiante, frente ao extenso processo de análise de jornais das duas nações, cujo idioma comum serve de elemento de aproximação, Manuel Chaparro termina, também, por apresentar uma classificação, mas acrescentando que apesar da língua, os jornais de Portugal e do Brasil ostentam diferenças acentuadas quanto ao relato da imprensa..

Aliás, Alves Filho (2011, p. 2) é bastante racional, quando alerta para o fato de que o dia a dia do jornalismo traz consigo, irreversivelmente, discussão acerca dos gêneros e os torna motivação para ressalva aprofundada de teóricos. Pesquisas empíricas diante de conteúdos jornalísticos sempre percebem “avanços processuais e identificam novas tendências no material

divulgado pela imprensa, inclusive (ou principalmente) no que tange aos gêneros e formatos jornalísticos”. Sobre tal concepção e no tocante à abrangência do campo comunicacional, Marques de Melo (2009, p. 35) acrescenta:

O campo da comunicação é constituído por conjuntos processuais, entre eles a comunicação massiva, organizada em modalidades significativas, inclusive a comunicação periodística (jornal / revista). Esta é estruturada, por sua vez, em categorias funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidades de mensagem se agrupam em classes, mais conhecidas como gêneros, extensão que se divide em outras, denominadas formatos, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas tipos.

No jornalismo, a veiculação de informações é condição *sine qua non* para sua permanência na sociedade, principalmente em tempo de tecnologias de informação e de comunicação, que aceleram o ritmo do fluxo informacional. Nos jornais impressos, os gêneros são mais bem visíveis e observáveis, uma vez que:

[...] as variações ocorrem com mais frequência, pela própria oportunidade que esse suporte oferece a repórteres e editores, para renovar a linguagem ou os procedimentos de redação jornalística, sem que isso signifique transformar determinada publicação em material sem identidade ou não identificável pelo público-leitor (ALVES FILHO, 2011, p. 3).

Tal como o autor anterior, Seixas (2009, p. 1-2), em proposta de análise dos gêneros jornalísticos, tendo como ambiente de estudo a plataforma *on-line*, reafirma a relevância de conhecer os gêneros jornalísticos como recurso para adquirir conhecimento mais aprofundado em relação à prática jornalística: isso “[...] significa conhecimento sobre as competências empregadas para realização da atividade, desde a produção à publicação do produto”. Nessa perspectiva, os gêneros jornalísticos estão diretamente atrelados ao cotidiano do profissional jornalista, pois envolve o processo de comunicação.

Marques de Melo (2003) traça tipologias específicas ao jornalismo brasileiro. Segundo seu ponto de vista, trata-se de preocupação quase que exclusiva de teóricos europeus e, em tempos mais recentes, de alguns latino-americanos. Como mencionado, revisita, então, classificações dos gêneros europeias, norte-americanas e hispano-americanas. Isto pressupõe se debruçar sobre a obra de diferentes autores de diferentes nacionalidades, como francesa, inglesa, espanhola, italiana, venezuelana e alemã, entre outras, sem contar os brasileiros Walter Sampaio (1971) e Zita de Andrade Lima (1970). Exemplificando: Folliet (1961); Frank Fraser Bond (1962); Emil Dovifat (1966); Domenico de Gregório (1966); Eugenio Castelli (1968); William Wood (1969); Martín Vivaldi (1973); Jacques Kayser (1974); Martínez Albertos (1974); Raúl

Rivadeneira Prada (1977); Julio Cabello (1978); Rosalba Benitez (1981); e Juan Gargurevich (1982). Dentre eles, o francês Kayser merece destaque especial. Seu trabalho ganha notoriedade tanto na Europa quanto em países latino-americanos, por conter uma metodologia de análise voltada à identidade dos diários impressos, além de ter sido ele o precursor no tratamento dos gêneros no universo acadêmico.

Por outro lado, apesar da abrangência empreendida por Marques de Melo, esta dissertação se limita à classificação dos gêneros, em âmbito nacional, até porque as mudanças são correntes. Notas, notícias, reportagens e entrevistas pertencem ao gênero informativo. No gênero interpretativo, estão dossiês, perfis, análises, enquetes e cronologias. O gênero opinativo incorpora editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Classificação de gêneros jornalísticos, José Marques de Melo, ano 2003

Jornalismo informativo	Jornalismo interpretativo	Jornalismo opinativo
Notas.	Dossiês.	Editoriais.
Notícias.	Perfis.	Comentários.
Reportagens.	Análises.	Artigos.
Entrevistas.	Enquetes.	Resenhas.
	Cronologias.	Colunas.
		Crônicas.
		Caricaturas.
		Cartas.

Adaptação da fonte: Marques de Melo (2003, p. 65).

Antes da delimitação da classificação ora sintetizada, Marques de Melo (2003) considera a existência das categorias jornalismo informativo (notas, notícias, reportagens e entrevistas) e jornalismo opinativo (editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas). Como já destacado, é a constatação de que os gêneros acompanham as mudanças do jornalismo ao longo da história dos povos e das nações.

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus

protagonistas (personalidades ou organizações) Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MARQUES DE MELO, 2003, p. 65).

Sobre a diferenciação entre os gêneros, na categoria informativa, as notas são concebidas como relato dos acontecimentos em processo de configuração, enquanto as notícias consistem em relatos completos, que já conquistaram espaço no meio social. Quanto às reportagens, referem-se à narração de acontecimentos, mas de maneira ampla, de modo a retratar mudanças percebidas pelas empresas jornalísticas. As entrevistas, por conseguinte, são relatos que envolvem duas ou mais pessoas relacionadas ao fato, cujo contato pode acontecer diretamente com a coletividade.

No que concerne à categoria opinativa, reitera-se que Marques de Melo (2003) adota critérios como autoria e angulação para qualificar os gêneros, em linha contrária à concepção de Chaparro (1998), que não considera os dois fatores como capazes de definir algo. Adiante, estão os comentários e os artigos, que pressupõem autoria definida e explicitada, pois este é o indicador que orienta a identificação do receptor. Diante dos comentários e dos editoriais, percebe-se que ambos se estruturam segundo uma angulação temporal que requer tanto continuidade quanto imediatismo, o que não acontece nem com a resenha nem com o artigo. Neste caso, a primeira “descobre os valores de bens culturais diferenciados, e o segundo, embora também contemple fenômenos diferentes [...] aparece aleatoriamente” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66).

Outros formatos são as colunas, crônicas, caricaturas e cartas, que mantêm um ponto em comum: autoria, ou seja, textos e ilustrações são devidamente identificados. Para Marques de Melo (2003, p. 66), colunas e caricaturas “[...] emitem opiniões temporalmente contínuas”, convergentes ao desenrolar dos acontecimentos. Crônicas e cartas se defasam com maior rapidez, pelo fato de se relacionarem a fatos ora acontecendo, sem que necessariamente a notícia coincida com seu momento de apogeu. Ao tempo em que as cartas externam o juízo de valores de leitores e da coletividade, as caricaturas absorvem e reproduzem traços inerentes à linha editorial das organizações empresariais jornalísticas (**Quadro 2**).

Os estudos dos gêneros jornalísticos têm origem na própria práxis profissional, tendo-se como referência os gêneros literários e estes ancorados nos gêneros retóricos de Aristóteles. A classificação dos produtos jornalísticos normalmente é feita em formatos, ou espécies, que são agrupados em categorias superiores, os gêneros [...] No processo de classificação dos gêneros jornalísticos brasileiros, José Marques de Melo explica que as mensagens jornalísticas se

agrupam em classes, mais conhecidas como gêneros, que são divididos por tipos, chamados de espécies (CASTELO BRANCO, 2013, p. 215).

Mais adiante, em publicação de 2009, José Marques de Melo apresenta nova categorização de gêneros subdivididos em espécies, mas que, em geral, conserva as tendências anteriores, como o **Quadro 3** sumariza. Aos conteúdos de entretenimento e de serviços presentes no material jornalístico, denomina de gênero diversional (histórias de interesse humano e histórias coloridas) e de gênero utilitário – indicadores, cotações, roteiros e serviços –, respectivamente.

Quadro 3 – Classificação de gêneros jornalísticos, José Marques de Melo, ano 2009

Jornalismo informativo	Jornalismo interpretativo	Jornalismo opinativo	Diversional	Utilitário
Notas.	Dossiês.	Editoriais.	Histórias de interesse humano.	Indicadores.
Notícias.	Perfis.	Comentários.	Histórias coloridas.	Cotações.
Reportagens.	Análises.	Artigos.		Roteiros.
Entrevistas.	Enquetes.	Resenhas.		Serviços.
	Cronologias.	Colunas.		
		Crônicas.		
		Caricaturas.		
		Cartas.		

Adaptação da fonte: Marques de Melo (2009, p. 27-28).

É indiscutível que José Marques de Melo acredita que a valorização – maior ou menor – dos acontecimentos toma forma mediante a adoção de gêneros opinativos provenientes de quatro núcleos: empresa, profissional jornalista, colaborador e leitor. Em sua caminhada rumo à demarcação de uma tipologia essencialmente brasileira, apesar de eventuais controvérsias com seu mentor, como antes comentado, ele lança mão de pesquisas executadas por Beltrão (1998), até então, considerado por ele, como o único que se preocupa profundamente com as questões que rondam os gêneros jornalísticos.

[...] quase todos os estudos feitos recentemente reforçam a tese básica de que, no Brasil, praticamos dois gêneros jornalísticos fundamentais – o informativo e o opinativo [...]

.....
 Esse conjunto de observações empíricas realizadas durante os anos 90 reafirmou a tese de que o jornalismo brasileiro permanece polarizado entre os gêneros informativo e opinativo. Mas suas tendências residuais evidenciaram o aparecimento de outros gêneros, seja de forma episódica, como o gênero diversional ou de entretenimento, seja de modo intermitente, como o gênero interpretativo ou explicativo, seja ainda em ritmo crescente, como o gênero utilitário ou de serviço (MARQUES DE MELO, 2012, p. 235-238).

Quanto a Luiz Beltrão, sua categorização (**Quadro 4**) inclui três grupos: jornalismo informativo (notícias, reportagens, histórias de interesse humano, informações pela imagem); jornalismo interpretativo (reportagens em profundidade) e jornalismo opinativo, alusivo a editoriais, artigos, crônicas, opiniões ilustradas e opiniões do leitor. Para seu discípulo, a tipologia sugerida não dá a devida atenção à natureza de cada gênero, “[...] seja no estilo / estrutura, narrativa / técnica de codificação”, privilegiando os ditames movidos pela prática profissional, e, assim sendo, estabelecendo limites e distinções entre as matérias (MARQUES DE MELO, 2003, p. 60).

Quadro 4 – Classificação de gêneros jornalísticos, Luiz Beltrão, ano 1980

Jornalismo informativo	Jornalismo interpretativo	Jornalismo opinativo
Notícias.	Reportagens em profundidade.	Editoriais.
Reportagens.		Artigos.
Histórias de interesse humano.		Crônicas.
Informações pela imagem.		Opiniões ilustradas.
		Opiniões do leitor

Adaptação da fonte: Beltrão (1980, *passim*).

Quanto ao citado Manuel Carlos Chaparro (1998), que também alcança notoriedade no campo de gêneros jornalísticos, este efetiva pesquisa comparativa entre os jornais brasileiros e portugueses. A princípio, faz levantamento detalhado dos primeiros periódicos que circulam tanto no Brasil quanto em Portugal, além de ressaltar a origem opinativa na imprensa brasileira, fase que se intensifica com o lançamento do mencionado *Correio Braziliense*. Acredita que a argumentação em consonância com o relato jornalístico se torna mais evidente, até porque representa uma fase que favorece a consolidação nos jornais da forma discursiva do *comment*, o artigo. E mais, em Portugal, as mudanças na forma e no conteúdo de escrever lidam com drásticas interferências, sobretudo, quando do regresso dos jornalistas do exílio, após o ano de

1820, período da Revolução Liberal. São esses profissionais que renovam e modernizam processos técnicos e conteúdos, fazendo com que a denominada imprensa de opinião alcance Portugal, indo além da França e da Inglaterra, onde já prevalece.

No Brasil, como esperado, o desenvolvimento da imprensa se inter-relaciona com o contexto político do país, elemento decisivo para a emergência, a fusão ou o desaparecimento dos diários impressos. Ainda para Chaparro (1998, p. 43), há outros fatores intervenientes:

Em 1837 chegou a litografia ao Brasil, e com ela o lançamento das primeiras caricaturas avulsas. A primeira publicação com desenhos humorísticos sairia em 1844. Em 1846, surgiu a revista *O Progresso*, para fazer a denúncia dos males sociais da Província. Lançada e escrita pelo mulato Antônio Pedro Figueiredo, durou dois anos.

Corroborando observações precedentes, Chaparro (1998) admite que a imprensa brasileira recebe contribuições diretas do modelo jornalístico norte-americano, a exemplo da profissionalização implementada nas redações ao longo dos anos, o que acontece *pari passu* com a atualização empresarial na definição de modelo gerencial das organizações. O autor pontua que a principal diferença entre imprensa portuguesa e imprensa brasileira, no século XXI, está na modernização. Se, no Brasil, há crescente visão empreendedora de mercado e que instiga o consumo, percebendo o jornal como fonte de lucro, em Portugal, tal concepção é pouco exercida pelos proprietários de impressos portugueses. Isso acaba por contribuir com diferenças mais fortes na forma e no conteúdo do material produzido pela imprensa dos dois países e na fundamentação do jornalismo brasileiro e português. O primeiro está mais conectado com a lógica mercadológica. O segundo, mais preocupado em manter a hegemonia de estatutos editoriais, conselhos de redação e códigos deontológicos.

De qualquer forma, para delimitar suas vertentes classificatórias para os textos jornalísticos dos impressos, Manuel Chaparro recorre ao brasileiro José Marques de Melo. De forma geral, o português discorda e critica a categorização de vários autores, incluindo brasileiros e espanhóis, argumentando que não legitimam a dicotomia opinião *versus* informação enfatizada nos estudos precursores dos gêneros. Paradoxalmente, nas categorias por ele fixadas, não cabe a dualidade opinião *vs.* informação, pois acredita haver opinião e informação em qualquer gênero jornalístico: há opinião na informação; há informação na opinião. Isto é, ao contrário de Marques de Melo (2003, 2009), que categoriza os relatos jornalísticos separando informação de opinião, Chaparro (1998), considera tal concepção como linha divisória artificial.

Sua tipologia é construída com base na ideia da “inevitabilidade da valoração jornalística [...] influenciada pela interferência interessada e legítima de vários sujeitos do processo, tanto no

relato quanto no comentário da atualidade”, segundo palavras *ipsis litteris* de Chaparro (1998, p. 110). Os gêneros são enquadrados em esquemas narrativos (relatos de acontecimentos); esquemas argumentativos (comentários dos acontecimentos); e informações de serviços, que incluem cotações da bolsa ou movimento de navios. As demais formas de expressão estão incluídas numa dessas categorias-base. Indo além, ao propor o arranjo de gêneros dos relatos jornalísticos, o autor levanta pressupostos, segundo os quais, o jornalismo, como relato da atualidade, só pode ser realizado por meio de técnicas advindas da prática e do fazer. As categorizações são sempre contextuais e mutáveis em conformidade com épocas e circunstâncias, com processos sociais, políticos, culturais e tecnológicos. Em outras palavras, nenhuma forma de classificação permanece imune diante do surgimento e da expansão das TIC. Dentre elas, destacam-se: disseminação da linotipia; modernização de sistemas rotativos de impressão; aperfeiçoamento da policromia; e acesso, agora, bem mais fácil aos artefatos tecnológicos produzidos para a informatização, em particular, na esfera da edição eletrônica e da transmissão de textos e imagens.

No decorrer de sua pesquisa, para Chaparro (1998, p. 96), é claro que “o relato jornalístico consistente acolhe cada vez mais a elucidação opinativa e que o comentário da atualidade exige cada vez mais a sustentação de informações qualificadas”. Para tanto, no levantamento histórico acerca dos jornais impressos, ele cita, mais uma vez, a contribuição de Samuel Buckley, cuja contribuição conduz à prática do jornalismo noções de objetividade e de precisão no momento de relatar os fatos.

A definição da classificação de Marques de Melo (2003) finca raízes na divisão primária dos relatos estabelecida pelo editor de *The Daily Courant*, o qual, conforme Chaparro (1998), aparta as notícias dos artigos: de um lado, estão as *news*; do outro lado, os *comments*, pondo em relevo a capacidade de reflexão do grande público.

Depois de *The Daily Courant* e de Samuel Buckley, várias revoluções culturais, políticas e tecnológicas mudaram a sociedade e as interações humanas, impondo adequações aos saberes e fazeres jornalísticos. Nessa evolução, há mais de um século que o jornalismo deixou de se expressar apenas por notícias e artigos. Nos últimos 100 anos, a reportagem, por exemplo, tornou-se a forma discursiva predominante em jornais e revistas (CHAPARRO, 1998, p. 100).

Ainda a respeito da discussão sobre textos opinativos conter informações ou textos informativos conter opinião, ao analisar a proposta brasileira, Chaparro (1998) traz à tona o estudo de Marques de Melo (2003), cujo eixo central está balizado no trabalho de Beltrão (1980). Reitera sua discordância no tocante aos critérios utilizados por Marques para definir, diferenciar e caracterizar os gêneros opinativos, a saber: temporalidade, angulação e autoria, em que a

temporalidade dos acontecimentos vincula-se a ações estratégicas de instituições e grupos sociais, dos quais relatos e difusão jornalística fazem parte integrante.

Sobre os ângulos de abordagem, “em relação à evolução temporal dos acontecimentos, o que muda é a estratégia narrativa, não o ângulo”, pois o “texto jornalístico resulta de múltiplas interações entre jornalistas e fontes”, diz Chaparro (1998, p. 109). E em se tratando da tipificação dos gêneros, ele diferencia informação e opinião em relação ao formato, quando a distinção entre relato e argumento é visualizada. Porém, quando a dicotomia opinião vs. informação é vista sob o prisma do conteúdo, o autor acredita que há bastante interação entre as duas vertentes.

E é assim que Chaparro (1998, 123) define os gêneros comentário e relato. Ressaltando o fato de que os caminhos para traçar tal tipologia são caracterizados por reflexão teórica e profunda análise estrutural de textos em jornais brasileiros e portugueses, acrescenta que os dois gêneros ora mencionados são desmembrados em espécies (**Quadro 5**).

Quadro 5 – Classificação de gêneros jornalísticos, Manuel Carlos Chaparro, ano 1998

GÊNERO COMENTÁRIO		GÊNERO RELATO	
Espécies argumentativas	Espécies gráfico- artísticas	Espécies narrativas	Espécies práticas
Artigos.	Caricaturas.	Reportagens.	Roteiros.
Crônicas.	Charges.	Notícias.	Indicadores.
Cartas.		Entrevistas.	Agendamentos
Colunas.		Colunas.	Previsão do tempo.
			Cartas-consulta.
			Orientações úteis.

Adaptação da fonte: Chaparro (1998, p. 123).

Como o **Quadro 5** mostra, no gênero comentário, estão as espécies argumentativas (artigos, crônicas, cartas, colunas) e as espécies gráfico-artísticas (caricaturas e charges). No relato, estão as espécies narrativas (reportagens, notícias, entrevistas e colunas) e as espécies práticas, quais sejam, roteiros, indicadores, agendamentos, previsão do tempo, cartas-consulta, orientações úteis. Sobre toda esta polêmica, Castelo Branco (2013, p. 219) sintetiza:

Com base nessa visão, a separação entre gênero informativo e gênero opinativo teria mais sentido para fins didáticos, facilitando a compreensão do fazer jornalístico, não sendo possível, na prática profissional, uma rígida divisão. Isso porque o processo produtivo executado pelo jornalista acaba por abarcar seus

valores, suas escolhas em relação às pautas, às fontes, além de agregar, no texto informativo, a opinião em si, por meio da inclusão de declarações de entrevistados. Em igual sentido, a produção de espécies do gênero opinativo exige do jornalista a prévia coleta de informações que o permitam opinar com base em fundamentos convincentes e pertinentes, não se podendo falar em opinião confiável sem informação de qualidade.

3.3 Editoriais como gêneros jornalísticos: reflexões e características

Como integrante do gênero opinativo, o editorial, segundo Marques de Melo (2003), é praticamente exclusivo da imprensa, de forma mais precisa, dos jornais, trazendo a expressão opinativa da empresa. Na última metade do século XX, passa por modificações estruturais e o espaço a ele destinado é reavaliado pela maioria dos órgãos de imprensa. Acrescenta-se, porém, que o formato editorial também está presente em revistas semanais e em publicações de caráter técnico-científico. Se, tanto nos jornais como nas revistas, os editoriais têm presença garantida, a localização onde aparecem varia de título para título.

Sobre este detalhe, o historiador brasileiro Benedito Juarez Bahia (1990) esclarece que os jornais matutinos tendem a fixar os editoriais em páginas certas e utilizam diversos recursos para destacá-los: uso de caracteres maiores, capitulares (primeira letra do início da frase com maior destaque), colocação de charges ou mesmo carta aos leitores. A página editorial, na qual o editorial aparece, como emissor da opinião oficial do veículo, em geral, não consta com assinatura. Em linha complementar, a página de opinião, vista por alguns teóricos e profissionais, como extensão da página editorial, contém sempre matérias devidamente assinadas. Afinal, nem sempre exprimem o ponto de visto do meio de comunicação. Os colaboradores, salvo raríssimas exceções, são livres para discordarem da linha editorial daquele determinado título.

O editorial possui, por conseguinte, peculiaridades específicas enumeradas em quatro, de acordo com Beltrão (1980): impessoalidade (não é considerado matéria assinada, por isso, vem na primeira pessoa do plural ou terceira do singular); topicalidade (o tema é delimitado); condensalidade (ideias pontuais e afirmativas); e plasticidade, informação flexível, não dogmática e maleável.

É ainda esse autor quem classifica as espécies dos editoriais segundo cinco variáveis: morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza. Em relação à morfologia, destacam-se: artigo de fundo, editorial principal que, quase sempre, vem na página de opinião dos jornais; *suelto*, análise sucinta (tópico) acerca de um fato atual; e nota, que se refere a uma determinada ocorrência de modo a apresentar o desenrolar do acontecimento ao leitor. Quanto ao segundo item – topicalidade – Beltrão (1980) destaca as espécies: preventivo, que aborda tema novo do qual podem advir mudanças ou prosseguimentos; de ação, voltado ao impacto da ocorrência

enfocada; e de consequência, que centraliza repercussões e efeitos. Quanto ao conteúdo, os editoriais são informativos (esclarecem); normativos (enunciam procedimentos); e ilustrativos (ênfaticam a educação do cidadão). No que diz respeito ao estilo, os editoriais abrangem duas linhas: intelectual (racional); e emocional, visando, com maior vigor, à sensibilização. E, por fim, em relação à natureza, os editoriais podem ser: promocionais, com a finalidade de reforçarem a linha editorial do meio de comunicação; circunstanciais, atentos ao imediato, lançando mão das chances corretas; polêmicos, beirando ao sensacionalismo, com a função de contestar e provocar.

Marques de Melo (2003, p. 104-105) também define o editorial em consonância com os passos delineados por Luiz Beltrão. É bastante incisivo quando faz alusão aos conteúdos dos editoriais na imprensa brasileira, os quais, em sua essência, não tratam de temas diversificados. Permanecem, salvo exceções, atrelados aos interesses do Estado e dos poderosos:

[...] o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de aprender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana.

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam.

Ainda sobre o tema, Marques de Melo (2006, p. 70-71) revisita Luiz Beltrão e acorda que o editorial mantém singularidades: “[...] estruturalmente, reproduz o modelo universal do discurso aristotélico; funcionalmente, orienta-se não como bússola da opinião pública e sim como conversação (ora matreira, ora ostensivamente ameaçadora) com os donos do poder”. Bahia (1990), na ocasião, diferencia o artigo de fundo do artigo de opinião. Um dos aspectos distintivos é o estilo mais “empolado” e bombástico do artigo de opinião, comprovando mudanças constantes quando da utilização do editorial pela imprensa. Dois fatores são, então, considerados. Primeiro, as transformações constantes do jornalismo. Mudanças de técnicas (avanço das TIC); mudanças de conteúdos, com a maior participação dos indivíduos rumo ao jornalismo cidadão. Segundamente, a reorganização das redações por meio da implantação de editoriais obedecendo à segmentação gradativa e sistemática dos mercados.

Segundo Bahia (1990), na atualidade, o editorial evolui frente à multiplicidade, à abrangência e à atualização das funções do jornalismo, com tal intensidade que, em seu perfil contemporâneo, o jornalismo situa, sim, o editorial no universo do gênero opinativo. As demais

matérias, praticamente em sua totalidade, priorizam os critérios noticiosos observados quando da produção de textos informativos.

Antes, a opinião da mídia é expressa em artigo de fundo, em geral, redigido e assinado pelos proprietários das empresas de comunicação. Hoje, além de não ser assinado, mesmo prosseguindo em seu intuito de fortalecer a opinião dos empresários ou de um conselho diretor (ou qualquer outra terminologia que se use), o editorial dificilmente é escrito por algumas dessas figuras e, sim, por um editorialista – profissional que prepara e assina o editorial. Sobre este fato, Bahia (1990, p. 98) crê que quando o editorialista não integra o conselho de redação, tende a se ver “[...] como quem é pago para escrever e não pensar”. Em qualquer situação, porém, é evidente que o editorial, ao emitir o posicionamento das organizações comunicacionais, pode sofrer distorções. Uma delas é causada pela onipresença da determinação do chefe, por mais que seja escrito por um editorialista e definido por um conselho de redação. O termo manipulação, para esse caso, é empregado pelo autor, quando registra que “o público, ressentindo-se da falta de consenso, percebe na opinião uma unilateralidade e uma parcialidade tão flagrantes que até se chocam com a lateralidade e a imparcialidade das notícias” (p. 99).

É o endosso à posição enunciada por José Marques de Melo, quando denuncia o atrelamento do editorial aos ditames do Estado em vez de fomentar diálogo com a opinião pública:

Historicamente [...] [o editorial] alicerça a intermediação do jornalismo nas relações entre a sociedade e o poder, desde que se propõe a exprimir rejeições essenciais da cidadania e a reconhecer reações objetivas das instituições. Mais do que a notícia, a opinião se nutre da delegação dos cidadãos para exercitar o seu papel crítico (BAHIA, 1990, p. 100).

A criticidade deve figurar como elemento intrínseco ao editorial, ao lado da persuasão e da linguagem direta e acessível. A notícia evidencia os acontecimentos diariamente. O editorial interpreta (ou julga) o sentido do que acontece. A partir daí, possibilidades e efeitos são mitigados ao ponto de antever novos fatos. Para isso, o editorialista precisa ser astuto e “visionário”. Para Bahia (1990, p. 101), um bom editorialista é quem consegue agregar características de criticidade ao editorial e dose significativa de “acuidade crítica, sem a qual não consegue separar o que há de passageiro e acidental do que há de decisivo num acontecimento”.

É possível questionar – o que faz os leitores apreciarem a leitura de editoriais? Bahia (1990) acredita que advém, inicialmente, da credibilidade do veículo, uma vez que o texto redigido pelo editorialista é o reflexo “fiel” da avaliação da empresa sobre os fatos. Afinal, a onda de modernidade que atinge os segmentos da sociedade contemporânea, incluindo o

jornalismo, possibilita acrescentar à dimensão opinativa certo nível de exigência crítica tão consistente quanto a qualidade da notícia. Há, no entanto, que atentar para o risco permanente de o editorial opinar de forma equivocada ou simplesmente se posicionar mal. Assim como a notícia é elaborada, quase sempre, em nível de urgência, ao editorial também se exige a utilização de raciocínio, reflexão e equilíbrio, devendo ser sempre autêntico.

Para ser uma opinião livre e independente, o editorial requer autenticidade. Da mesma forma que a notícia requer exatidão para ser aceita como veraz. Por esse motivo é que, sem perder a sua condição de pensamento oficial do veículo, o editorial deve se revestir de uma elaboração consensual e não impositiva (BAHIA, 1990, p. 104).

No que concerne ao editorial, Beltrão (1980) argumenta que a linha editorial é sempre (ou deveria ser) o ponto de arranque para o editor, cuja atividade está (deveria estar) atrelada a princípios éticos e a normas práticas. Logo, o trabalho diário do editor é pautado tanto nos anseios da comunidade quanto nas diretrizes da empresa de comunicação. É,

[...] através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, tentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum (BELTRÃO, 1980, p. 52, grifo nosso).

No entanto, Marques de Melo (2003) discorda da concepção expressa por Beltrão sobre o editorial no trecho – “orientar o pensamento social para ação da defesa do bem comum”. Para ele, o gênero opinativo acaba por não orientar a opinião pública. E insiste: acaba por nutrir relação de diálogo – geralmente amistosa – com os “donos do poder”. Prosseguindo em seu pensamento, a fim de reafirmar as características do editorial, mormente quanto à forma e ao conteúdo, e tendo como referência central a função da linha editorial, Beltrão (1998) compara o editorial com outro gênero jornalístico da categoria informativa: a notícia. Afirma ser a notícia objetiva no momento em que relata os acontecimentos, incluindo o ocorrido ou ainda o que é possível de ocorrer. Sob este prisma de análise, está claro que a notícia se diferencia do editorial por sua profundidade, além das dimensões de tempo e espaço. Quer dizer, o editorial tanto “[...] pode nascer da notícia ou dela transcender, adiantar-se sobre ela, valendo-se de dados subjetivos e retirando de um fato [...] suas causas e conseqüências, inferências e conclusões” (BELTRÃO, 1980, p. 52).

Em relação ao formato e em confronto com a notícia, o editorial pode ser visualizado como uma notícia qualificada, haja vista que representa o foro íntimo do veículo de

comunicação. O editorial é, assim, uma notícia engajada. É exclusiva, porque emite opinião própria. É profunda, porque vai além da superfície dos fatos, incorporando autoridade, consistência e hierarquia aos conteúdos. Nesse sentido, na visão de Bahia (1990, p. 99), pode ser visto como “uma notícia informativa e opinativa que se caracteriza por uma posição crítica do acontecimento que se analisa e julga”.

Outra característica apontada por Beltrão (1980) é a impersonalidade, na acepção de impessoalidade do editorial. Suas marcas podem ser expressas pelo fato de não constar com assinatura, além de usar ao longo do texto, a primeira pessoa do plural ou a terceira do singular, o que, sob uma visão de ordem psicológica, parece conferir mais autoridade aos conceitos apresentados. Para esse teórico, o editorial também assume o papel de recurso potencializador para fazer a comunidade agir, ou seja, orientar a opinião pública. O gênero age como verdadeiro alto-falante ou porta-voz, que anuncia e enuncia as tendências da empresa por meio do editor. Quanto ao formato, o editorial possui uma estrutura relativamente rígida, mas bem simples, composta por: título, introdução, discussão e conclusão.

Portanto, o discutido até então leva a crer que a função do editor é movida pelo interesse de detectar o que é relevante para a sociedade, ou seja, aquilo sobre o que as pessoas pedem explicação. Nesse sentido, a opinião do editor fundamenta-se em elementos variados, a saber:

1. Convicções filosóficas dos grupos sociais.
2. Informações consistentes e relações que envolvem o tema em pauta.
3. Sondagens e pesquisas executadas na área de circulação e influência.
4. Experiência dos chefes de redação, às vezes, reunidos em conselhos editoriais ou conselhos diretores ou órgãos similares.
5. Outros interesses econômicos do conglomerado comunicacional (BELTRÃO, 1980).

A interferência do último item corrobora Chaparro (1998), no momento em que chama atenção para o caráter histórico da formação da imprensa brasileira em comparação com a imprensa portuguesa. No Brasil, o fato econômico sempre ocupou e ocupa lugar preponderante, agindo como ferramenta que interfere diretamente no conteúdo dos gêneros jornalísticos, inclusive o editorial.

Aqui, é válido rever o pensamento das comunicólogas Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho (2001, 2013) e Jorge Lellis Bomfim Medina (2001), quando lembram a importância de revisão permanente no que se refere aos gêneros jornalísticos e às categorizações propostas frente às mudanças em relação à forma de fazer jornalismo, sustentadas por recursos

tecnológicos que marcam o século XXI. Tal revisão configura-se como desafio que se impõe aos estudiosos da área de Comunicação Social, com vistas à adaptação das tipologias às mudanças das realidades nas quais empresas e profissionais jornalistas estão inseridos. Generalização universal dos gêneros constitui vã utopia, haja vista que estão em processo de mudança permanente. Como visto até então, jornalismo, e portanto, gêneros jornalísticos mudam com o passar do tempo: “gêneros novos e subgêneros emergem e outros desaparecem, enquanto outros permanecem duradouros” ou os gêneros “[...] aparecem, mudam e desaparecem, conforme o desenvolvimento tecnológico e cultural de cada nação e da empresa jornalística” (MEDINA, 2001, p. 49, p. 53).

Por fim, como o ponto forte do editorial é a emissão de opiniões, cabe destacar a conceituação de Beltrão (1980) quanto ao teor opinativo. Segundo ele, opinar se impõe como função psicológica. Informado diante de fatos, notícias, situações pontuais, etc., os cidadãos tendem a expressar seu julgamento ou raciocínio sobre o acontecimento. Isso requer não só a quebra de tabus, como o respeito às opiniões divergentes, além de que o pensamento expresso além dos limites e muros de sua vida pessoal precisa manter um propósito comunicativo, conforme Alves Filho (2011) evidencia.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De início, ainda que sucintamente, o capítulo aborda a definição de regional para fins da pesquisa no sentido de elucidar dúvidas e facilitar a compreensão didática do conteúdo, no momento de se analisar a regionalização midiática dos jornais diários *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* da capital Teresina – PI. Registram-se informações básicas sobre a divisão territorial do Estado do Piauí com suas mesorregiões e microrregiões. Após a descrição da população e dos critérios de amostragem em direção à constituição do *corpus* da pesquisa, são descritos, com detalhes, os métodos e as técnicas de coleta, com ênfase para a análise de conteúdo, estudada por Bardin (1977) e Fonseca Júnior (2012), entre outros teóricos.

4.1 Conceção de regional para fins da pesquisa

Partindo-se do pressuposto de que a pesquisa a ser realizada analisa aspectos ligados à regionalização nos editoriais de impressos piauienses, considera-se de suma importância oferecer subsídios que auxiliem em certas reflexões: o regional, sob o viés territorial, se presente nos editoriais, envolve questões ligadas às regiões do Piauí indistintamente? Aspectos de regionalização enfatizam quais temáticas? As empresas jornalísticas tendem a priorizar temáticas atreladas à capital / ao local?

Afinal, que conceito de regional é possível extrair dos editoriais analisados? Com o objetivo de responder à questão ora enunciada, é preciso entender como se configura uma região. Em termos de Brasil, acentuadas diferenças e singularidades entre as regiões, além da extensão continental, tornou impossível a manutenção do território nacional em sua integralidade. De acordo com dados de Brito e Costa (2012), as primeiras divisões em áreas regionais datam de 1942 e 1945 tomando como parâmetros aspectos naturais – relevo, clima e vegetação. Assim, delimitam-se as regiões Norte (N), Nordeste (NE), Leste, Centro-Oeste (CO) e Sul (S). Em 1967, graças à proposta do geógrafo brasileiro Pedro Pinchas Gêiger, se concretiza nova divisão do país em macrorregiões – Amazônia, Nordeste e Centro-Sul – considerando traços geoeconômicos e, também, a formação histórico-econômica do Brasil.

Dois anos depois, 1969, registra-se nova divisão, a partir, mais uma vez, de critérios relativos a elementos naturais, sociais e econômicos de cada região. Incorpora-se às demais regiões, o Sudeste (SE), compartimentação mantida até os dias de hoje. De fato, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística explica a divisão territorial do país frente às mudanças ocorridas no território por conta do avanço do processo capitalista de produção, pois “enquanto algumas áreas sofreram grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, outras se mantiveram estáveis ou apresentaram problemas socioeconômicos acentuados” (IBGE, 1990, p. 7).

Em seguida, estudo realizado pelo Instituto define o que é mesorregião e microrregião. A primeira se firma como uma área individualizada no âmbito de uma Unidade da Federação,

[...] que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1990, p. 8).

A segunda, a microrregião, é conceituada com base na macrorregião e “apresenta especificidade quanto à organização do espaço” (IBGE, 1990, p. 8). As especificidades nem são sinônimos de homogeneidade nem conferem à microrregião autossuficiência plena em relação à mesorregião a qual corresponde ou ao todo nacional. No entanto, a regionalização, ao tempo em que obedece a limites geográficos, também precisa levar em conta fatores outros que extrapolem as fronteiras territoriais demarcadas. Pretende-se, pois, descobrir quais temáticas, quais aspectos, quais vieses de abordagem são traçados para definição dos editoriais e, dentro disso, qual a posição dos editoriais destinados ao regional.

A conceituação de região de Marques de Melo (2009) oferece a perspectiva de análise amparada na lógica político-administrativa que determina os territórios, levando em consideração, também, as marcas socioculturais antes ressaltadas por Albuquerque Júnior (2006); Hall (2005); Lima (2007, 2008); e Peruzzo (2002). O decano lembra que os aspectos midiáticos do regional vêm sendo trabalhados há décadas. Ainda em 1957, a UNESCO recomenda a realização de diagnóstico da situação midiática a partir de blocos regionais, argumentando que tais zonas geográficas possuem problemas e necessidades comuns.

Verifica-se, por conseguinte, divisão ampla das regiões: as supranacionais (agrupamento de nações com identidades comuns) e as infranacionais (parcelamento do território nacional de acordo com critérios político-administrativos). Ambas estão inseridas na proposta de divisão da

UNESCO, embora em períodos diferentes – décadas de 50 e 70 do século XX, respectivamente. Estudo da geografia das comunicações constitui “[...] critério que conduziu a um mapa do sistema midiático mundial”, e logo depois, os documentos da UNESCO conseguem redimensionar “o conceito de região, contemplando suas peculiaridades dentro dos espaços nacionais”, segundo assertivas de Marques de Melo (2009, p. 40-41). O **Quadro 6** explicita os aspectos regionais por ele estruturados, tendo em vista, ainda, o padrão descrito:

A ideia subjacente era não apenas fortalecer as identidades comunicacionais das regiões, enquanto processos de natureza sociocultural, mas principalmente garantir sua projeção político-econômica na estrutura global ensejada pelos sistemas midiáticos, mundialmente conectados, mas localmente fruídos (MARQUES DE MELO, 2009, p. 47).

Impossível não recorrer à descrição da divisão administrativa do Estado do Piauí. Por mais que sejam claras interferências políticas presentes nas delimitações territoriais, é preciso adotar a divisão territorial / regional de modo a situar a concepção de regional adotada para fins da pesquisa. Retomando a dimensão do NE, uma das regiões administrativas do Brasil, Albuquerque Júnior (2006, p. 23) reforça que se deve pensar a região além dos limites geográficos, isto é, levando em conta o que é vivenciado dentro e além dos limites. Para o autor, o Nordeste “[...] não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudounidade cultural, geográfica e étnica”.

O conceito de região muda com o tempo. O autor ora referendado o considera histórico. Refere-se não apenas ao conceito, mas também aos recortes feitos a partir dele, reafirmando que os espaços inexistem sem conceitos. A região refere-se a uma composição espacial delimitada, construída não apenas pela ação humana e material, mas ainda face à ação discursiva. Ao estabelecer orientações sobre o que é região, refere-se ao espaço regional como “produto de uma rede de relações espaciais entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes”, o que corresponde a afirmar quão importante é visualizar as relações de poder inevitavelmente existentes na esfera regional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 25).

Quadro 6 – Aspectos regionais

REGIÕES SUPRANACIONAIS Agrupamentos de nações que possuem identidades comuns.	REGIÕES INFRANACIONAIS Parcelamento do território nacional de acordo com critérios político-administrativos.
<p>Megarregião Agrupamento determinado por variáveis políticas, em função da proximidade geográfica.</p> <p>Exemplo: Região Pan-Americana – as nações situadas no continente americano.</p>	<p>Macrorregião Agrupamento resultante da divisão territorial estabelecida pelo Estado, concentrando, para fins administrativos, Unidades da Federação brasileira.</p> <p>Exemplo: Região Nordeste.</p>
<p>Multirregião Agrupamento determinado por variáveis culturais, independentemente da proximidade geográfica.</p> <p>Exemplo: Região Latino-Americana – nações que têm raízes culturais latinas, o que inclui as comunidades francófonas (Haiti); lusófonas (Brasil); e comunidades hispânicas (Uruguai / Argentina).</p>	<p>Maxirregião Agrupamento resultante de recortes determinados por fatores de natureza político-cultural.</p> <p>Exemplos: Região Amazonense, balizada pela Floresta Amazônica; Região Baiana, balizada pelas afro-tradições.</p>
<p>Mesorregião Agrupamento determinado pela contiguidade geográfica, constituindo espaço fragmentado composto por parcelas de territórios nacionais com identidade comum.</p> <p>Exemplo: Região Amazônica – parcelas do território brasileiro-peruano-boliviano-venezuelano-equatoriano, formando zona fronteira, cujo referente ecológico é a bacia Amazônica.</p>	<p>Midirregião Agrupamento formado por municípios ou trechos contíguos ou adjacentes, numa mesma Unidade Federativa, cuja integração se dá por fatores aleatórios ou conjunturais.</p> <p>Exemplo: Região Médio Tietê, balizada pelo fluxo do rio Tietê.</p>
	<p>Minirregião Agrupamento correspondente à menor unidade político-administrativa do território nacional.</p> <p>Exemplo: Região Paulista (capital de São Paulo).</p>
	<p>Microrregião Fragmento do território municipal, constituído em função de demandas administrativas ou habitacionais.</p> <p>Exemplo: Microrregião de Teresina.</p>

Adaptação da fonte: Marques de Melo (2009, p. 44-46).

As relações de poder estão correlacionadas à visão política e administrativa. Ainda segundo Albuquerque Júnior (2006, p. 25), o regional configura-se a uma visão estratégica “[...] do espaço, ao seu esquadramento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber”, uma vez

que a regionalização das relações de poder “podem vir acompanhadas de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações, o das relações de trabalho e o das práticas culturais”. Tudo constata que, no campo da globalização da informação, a mídia tem aproveitado as potencialidades advindas das TIC para explorar o regional, principalmente como estratégia de mercado e incremento do lucro empresarial. Nas relações de poder, no espaço do regional, destacam-se os grandes grupos midiáticos que brigam por uma “fatia maior do bolo” comercial.

4.2 Área geográfica de execução da pesquisa

A execução da pesquisa limita-se à área geográfica do município de Teresina – PI, onde se localizam as sedes dos diários, objeto de estudo de “Aspectos de regionalização na imprensa piauiense: olhar sobre o editorial dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí”.

4.2.1 Divisão territorial do Estado do Piauí: mesorregiões e microrregiões

Em consonância com informações produzidas pelo IBGE (2013), detalha-se a abrangência territorial relativa ao PI (251.577,738 km² de extensão) e sua territorialização em mesorregiões e microrregiões. Sobre a divisão regional do Piauí, Brito e Costa (2012, p. 41) são enfáticos: o Estado possui áreas individualizadas e com características particulares. São especificidades “constatadas na organização do espaço regional a partir das considerações apresentadas pelo quadro natural daquelas que se manifestam no decorrer da [...] evolução econômica, cultural e social”. O Estado abriga 224 municípios aglutinados, a princípio, em quatro mesorregiões e, a seguir, em 15 microrregiões conforme síntese do **Quadro 7**.

À mesorregião do Norte Piauiense corresponde uma área em torno de 8,8% da área total do Estado. Seu centro sub-regional é a cidade de Parnaíba, a segundo mais populosa do PI, perdendo apenas para a capital Teresina. Parnaíba é um dos quatro municípios litorâneos do Piauí, e, por isso, é denominada, carinhosamente, de “Princesa do Igarçu”, “Capital do Delta” e “Capital do Baixo Parnaíba”. A mesorregião se desmembra em duas microrregiões – a do Baixo Parnaíba e a do Litoral Piauiense.

A seguir, vem a mesorregião do Centro-Oeste Piauiense que, em termos territoriais, corresponde a 21,97% da superfície do Estado. Como Brito e Costa (2012, p. 44) afirmam, é a mesorregião “mais urbanizada, responsável por mais de 50% da população urbana do Piauí”.

Tem como centro sub-regional a capital Teresina e é constituída pelas microrregiões geográficas de Teresina, Campo Maior, Médio Parnaíba Piauiense e Valença do Piauí.

Quadro 7 – Estado do Piauí – mesorregiões e microrregiões

MICRORREGIÕES	MESORREGIÕES			
	Norte Piauiense	Centro-Oeste Piauiense	Sudoeste Piauiense	Sudeste Piauiense
	Baixo Parnaíba.	Teresina.	Alto Parnaíba Piauiense.	Picos.
	Litoral Piauiense.	Campo Maior.	Bertolínea.	Pio IX.
		Médio Parnaíba Piauiense.	Floriano.	Alto Médio Canindé.
		Valença do Piauí.	Alto Médio Gurgueia.	
			São Raimundo Nonato.	
		Chapadas do Extremo Sul Piauiense.		

Adaptação da fonte: Brito e Costa (2012, p. 41-51).

Outra mesorregião é a do Sudoeste Piauiense, a maior em relação às demais, somando 50,96% do território do Estado. Possui como centro sub-regional o município de Floriano, abrangendo as microrregiões: Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínea, Floriano, Alto Médio Gurgueia, São Raimundo Nonato e Chapadas do Extremo Sul Piauiense. Por fim, a quarta mesorregião, Sudeste Piauiense, corresponde a 18,25% de terras piauienses. A cidade sub-regional é Picos e as microrregiões geográficas são: Picos, Pio IX e Alto Médio Canindé (**Quadro 7**).

4.3 Descrição da população da pesquisa

Para a consecução dos objetivos, analisam-se os editoriais dos jornais *O Dia* (www.portalodia.com), *Meio Norte* (www.meionorte.com) e *Diário do Povo* (www.diariodopovo-pi.com.br) visando identificar possíveis aspectos de regionalização. Exceto o *Diário do Povo*, *O Dia* e *Meio Norte* fazem parte de um conjunto de mídias que compõem o *Sistema O Dia*

de Comunicação e o Sistema Integrado de Comunicação Meio Norte, respectivamente. Informações complementares estão nos endereços eletrônicos mencionados.

Quanto à tiragem dos títulos e à sua abrangência aos demais municípios do Piauí, incluindo a capital, em sondagem feita junto aos próprios veículos, obtêm-se os seguintes dados: *O Dia* distribui 8.500 jornais / dia com cobertura de 80% do Estado; e o *Meio Norte* possui tiragem de 10 mil com cobertura de 70% dos municípios piauienses. Por fim, no caso do *Diário do Povo*, são seis mil impressos por dia e alcance a 80% dos municípios.

4.4 Amostragem e amostra: critérios de seleção e caracterização

Como antevisto, o universo da pesquisa remete aos editoriais dos três jornais (*O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*) distribuídos comercialmente no Piauí. Durante o mês de setembro de 2013, todos os dias, domingo a domingo, selecionam-se os respectivos editoriais, o que resulta em 90, 30 para cada um dos três diários. Para Marconi e Lakatos (2010), trata-se de técnica de amostragem não probabilística porque não lança mão de uma forma aleatória de seleção, nomeando-se o período segundo a conveniência do pesquisador e das variáveis subjacentes às metas estabelecidas. Setembro é considerado um período “neutro” para as coletividades do PI, por não conter eventos ou datas comemorativas de relevância para o Estado ou para a capital, em particular. Em agosto, por exemplo, o fluxo de informações nos jornais enfatiza o aniversário de Teresina (16 de agosto), enquanto em outubro, festeja-se o Dia do Piauí (19 de outubro).

Dentro da concepção de pesquisa descritiva, em que a finalidade central é observar, registrar e analisar os fenômenos sem qualquer interferência sobre eles, ou seja, inexistente intromissão do investigador, os editoriais dos jornais impressos *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* são analisados conforme a ordem do dia, dos temas, assuntos e problemas. Nas palavras de Richardson (1999, p. 71), o estudo descritivo é adotado quando “o pesquisador deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influem sobre determinado fenômeno” com vistas a descobrir e observá-lo, ao tempo em que o descreve, o categoriza e o interpreta de forma a mais precisa possível.

Coletados os editoriais, seus conteúdos são, então, categorizados em classes que expressam as temáticas convergentes que enfoquem regionalização, registrando-se, como imprescindível, a frequência de sua incidência no decorrer do período em que os dados são recolhidos. Ademais, verifica-se o uso de expressões ou palavras-chave vinculadas à regionalização, como recurso essencial para garantir a efetivação dos objetivos específicos,

dentre os quais está a identificação das temáticas dos editoriais e o tratamento jornalístico a elas dedicado. Resumindo: é vital analisar temáticas / categorias de análise / palavras-chave / dimensões espaciais.

4.5 Métodos e técnicas de coleta da pesquisa

No que concerne à delimitação de métodos e técnicas de coleta de dados, a pesquisa configura-se como descritiva, segundo explicação constante do item anterior. Possui natureza quali-quantitativa, devido ao uso de técnicas e instrumentos que possibilitem análise tanto interpretativa / subjetiva / qualitativa quanto objetiva / quantitativa dos dados coletados. Para concretização do estudo, como técnica de análise de dados, opta-se pela análise de conteúdo ou AC. Quanto ao método quantitativo, Richardson (1999, p. 70-71), enfatiza que representa “[...] a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. O autor explica que, dentro desse tipo de método, cabe o estudo descritivo, caracterizado como uma proposição que visa “investigar ‘o que é’, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal”, conforme antes discutido.

Enquanto isto, o método qualitativo, quando o pesquisador se propõe a trabalhar com estratégias qualitativas “atua com matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entendem-nas como ação humana objetivada”, conforme Minayo (2010, p.24) afirma. Dizendo de outra forma, o qualitativo permite mensurar aspectos do fenômeno estudado para além da quantificação. Afinal, não adianta apenas quantificar os dados e tabulá-los. É imprescindível interpretá-los conforme o referencial teórico proposto no estudo e em consonância com os objetivos. Nesse sentido, o viés qualitativo pode:

[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

4.5.1 Técnica de análise de conteúdo

Quanto à análise de conteúdo, para a autora de referência na temática, Laurence Bardin, professora-assistente de Psicologia na Universidade de Paris V, trata-se de um conjunto de

instrumentos metodológicos em constante aprimoramento e aplicáveis a conteúdos de discursos diversificados, incluindo os da grande área de Comunicação Social, em particular, do jornalismo. Permite ao pesquisador desvendar elementos escondidos, ou seja, não aparentes e, então, retidos nas mensagens: “[...] analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura normal do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião [...]” (1977, p. 9).

Na mesma linha de pensamento, Richardson (1999) acrescenta que a AC possui traços metodológicos nítidos e diferenciados, com ênfase para sistematização, objetividade e ampla possibilidade de inferências:

Analisar as características de um texto (mensagem) sem referência às intenções do emissor ou aos efeitos da mensagem sobre o receptor.

.....
 Analisar as causas e antecedentes de uma mensagem, procurando conhecer as suas condições de produção (RICHARDSON, 1999, p. 225-226).

Após mapeamento dos editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, mediante o uso da AC, analisa-se o material catalogado com vistas a sondar tendências de regionalização nesse tipo de formato de relato jornalístico, a fim de identificar quais aspectos do regional são trabalhados pelos impressos piauienses. De início, na fase de pré-análise, efetiva-se leitura flutuante dos editoriais, tipo de leitura que constitui a primeira atividade quando se usa a AC, uma vez que propicia contato preliminar com os documentos e análise primeira do texto, de modo a obter e registrar impressões e orientações. Ainda na pré-análise, ocorre o reconhecimento de determinados índices, apontados por Bardin (1977), dentre os quais a menção explícita de determinados temas dentro de um texto.

Na etapa posterior, se dá a exploração efetiva do material, mediante a sistematização advinda da análise inicial. É quando o tratamento dos resultados acontece. Dessa forma, delimitado o *corpus* (empregado na acepção de conjunto finito de materiais significantes) da pesquisa, a codificação dos textos avaliados segue etapas indicadas por Laurence Bardin (1977):

1. Recorte: escolha as unidades de registro

As unidades de registro são concebidas como “unidades de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e à contagem referencial” (BARDIN, 1977, p. 104). Dois tipos de unidades de registro são usados na pesquisa: a presença de palavras-chave nos editoriais analisados; e a utilização de temáticas (análise temática) relacionadas aos pressupostos e aos objetivos de

estudo. Ambos permitem explorar minuciosamente cada unidade de registro para a identificação de opiniões, atitudes, crenças e demais valores contidos nos textos jornalísticos.

2. Enumeração: estabelecimento dos modos de contagem

Os tipos de enumeração escolhidos com base na classificação bardiniana são assim circunstanciados: presença e frequência. A primeira corresponde às unidades de registro (temáticas) com base no conjunto dos textos. A identificação dos aspectos de regionalização acontece quando as temáticas ligadas à regionalização são detectadas (ou não) nos editoriais. A frequência, por seu turno, indica a relevância de uma unidade de registro, mensurada mediante a frequência de aparição no texto.

3. Categorização

A categorização consiste em momento importante de definição das categorias de análise. São elas, nas palavras literais de Bardin (1977, p. 117), “rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, o caso da análise de conteúdo) [...], agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres destes elementos”. Após analisar os dados brutos, a classificação serve como representação simplificada dos dados.

4. Inferência e interpretação dos dados obtidos

A inferência é a fase na qual é possível utilizar a indução tomando como referência os fatos analisados, como Bardin (1977) e Fonseca Júnior (2012) concordam.

4.6 Amostra e identificação

Após os procedimentos inerentes à amostragem, para fornecer ao leitor o panorama dos 90 editoriais estudados, distribuídos nos três diários *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, acrescentam-se os respectivos títulos que compõem o extenso **Quadro 8**.

Quadro 8 – Editoriais analisados em *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, ano 2013

N	JORNAL O DIA – TÍTULOS DOS EDITORIAIS	Data
1	Violência na escola.	1 set. 2013
2	O b-r-o-bró começou.	2 set. 2013
3	A missão de educar.	3 set. 2013
4	Em defesa da mulher.	4 set. 2013
5	Aberto já.	5 set. 2013
6	Falta água e energia.	6 set. 2013
7	O brasileiro e os gritos por independência.	7 set. 2013
8	Desfile cívico.	8 set. 2013
9	O recurso e a gestão.	9 set. 2013
10	Fim de jogo.	10 set. 2013
11	Piauí em chamas.	11 set. 2013
12	Tragédias pessoais e coletivas.	12 set. 2013
13	Cultura do erro.	13 set. 2013
14	Assinatura falsa.	14 set. 2013
15	Depósito de gente.	15 set. 2013
16	Radiografia do trânsito.	16 set. 2013
17	Justiça é outra coisa.	17 set. 2013
18	Falta de investimentos.	18 set. 2013
19	Ignorada a voz do povo.	19 set. 2013
20	Falta prevenção.	20 set. 2013
21	Sufrimento temporário.	21 set. 2013
22	Protegendo o meio ambiente.	22 set. 2013
23	Morosidade na justiça.	23 set. 2013
24	Telecomunicações.	24 set. 2013
25	Doação de órgãos.	25 set. 2013
26	Violência contra a mulher.	26 set. 2013
27	Polícia na rua.	27 set. 2013
28	Poluição e Poti.	28 set. 2013
29	Improvisando justiça.	29 set. 2013
30	Notícias do final de semana.	30 set. 2013
N	JORNAL MEIO NORTE – TÍTULOS DOS EDITORIAIS	Data
1	Resgatar dinheiro sujo.	1 set. 2013
2	Otimismo com razão.	2 set. 2013

3	Futuro econômico e energia.	3 set. 2013
4	Negócios e irrigação.	4 set. 2013
5	A água sob risco.	5 set. 2013
6	Salvação orgânica.	6 set. 2013
7	Amadurecimento democrático.	7 set. 2013
8	Trânsito e transporte público.	8 set. 2013
9	Agricultura e mercado.	9 set. 2013
10	Recursos carimbados.	10 set. 2013
11	A arte de ousar.	11 set. 2013
12	Menos Estado, mais família.	12 set. 2013
13	Violência crescente.	13 set. 2013
14	Sobre política e mudanças.	14 set. 2013
15	Chega de prúidos estadistas.	15 set. 2013
16	Baratear a comida.	16 set. 2013
17	Ápice da violência.	17 set. 2013
18	Serviços e investimentos.	18 set. 2013
19	Novo pacto.	19 set. 2013
20	O tamanho da tragédia.	20 set. 2013
21	Educação, futuro e riqueza.	21 set. 2013
22	A boa educação.	22 set. 2013
23	Ainda o adensamento urbano.	23 set. 2013
24	Segurança como qualidade.	24 set. 2013
25	Pesquisa agrícola.	25 set. 2013
26	O que está faltando.	26 set. 2013
27	Cobras no caminho.	27 set. 2013
28	Um velho problema.	28 set. 2013
29	Campo mais produtivo.	29 set. 2013
30	Conservar águas subterrâneas.	30 set. 2013
N	JORNAL DIÁRIO DO POVO – TÍTULOS DOS EDITORIAIS	Data
1	Médicos e reféns.	1 set. 2013
2	Uma polícia que mata...	2 set. 2013
3	Outros tempos, outros conceitos.	3 set. 2013
4	Convenções do asilo.	4 set. 2013
5	A praça é o povo.	5 set. 2013
6	Está tudo muito bem...	6 set. 2013

7	Aos olhos da vantagem.	7 set. 2013
8	Barulho insuportável.	8 set. 2013
9	Os protestos na Independência.	9 set. 2013
10	Permanência incomum.	10 set. 2013
11	No rastro da enganação.	11 set. 2013
12	Retaliação à vista?!	12 set. 2013
13	O país.	13 set. 2013
14	Indicação da “ilha da fantasia”.	14 set. 2013
15	Melhores práticas.	15 set. 2013
16	O mensalão e o Supremo.	16 set. 2013
17	Assalto e reação.	17 set. 2013
18	Em que direção?!	18 set. 2013
19	O que não precisamos.	19 set. 2013
20	Sistema anárquico.	20 set. 2013
21	O transporte como solução.	21 set. 2013
22	Mais rigor.	22 set. 2013
23	Pelo sossego público.	23 set. 2013
24	Discurso que se renova.	24 set. 2013
25	Os “comensais” da morte.	25 set. 2013
26	E a cultura?!	26 set. 2013
27	Um diário plural.	27 set. 2013
28	Propaganda x investimento.	28 set. 2013
29	O palco do “banguê banguê”.	29 set. 2013
30	Obras que resistem.	30 set. 2013

Fonte: Crédito direto do autor, 2013 / 2014.

5 EDITORIAIS DOS JORNAIS *O DIA*, *MEIO NORTE E DIÁRIO DO POVO*

De posse dos dados coletados e retomando a importância do editorial como gênero opinativo segundo os teóricos dedicados à temática, tais como Beltrão (1980); Chaparro (1998); e Marques de Melo (1985, 1994), revisitam-se os objetivos operacionais sumarizados no capítulo introdutório. Na verdade, a pesquisa de campo contempla a apreciação crítica dos editoriais a partir de eixos de análise, a saber: temáticas; categorias de análise; palavras-chave mais recorrentes; e dimensões espaciais (PERUZZO, 2002) que aparecem com mais frequência, seja global, nacional, regional ou local.

5.1 Temáticas dos editoriais: presença e frequência

Em se tratando de estudo quali-quantitativo e em observância às modalidades de enumeração propostas por Bardin (1977), isto é, presença e frequência, inclui-se a **Tabela 1**. Ela permite visão panorâmica da incidência quantitativa dos temas contemplados nos editoriais, apontando os que prevalecem e, ao mesmo tempo, permitindo confronto “natural” entre os três títulos, embora a dissertação não objetive, em qualquer momento, estabelecer julgamento comparativo minucioso entre eles.

No geral, política, violência e meio ambiente ocupam os três primeiros lugares, com respectivos 25 (27,78%); 10 (11,11%) e nove (10%) menções. É interessante que os três itens – desenvolvimento, trânsito e economia – recebam idêntico tratamento, conseguindo o percentual 8,89%, cada, o que corresponde a oito pontos. Também chama atenção o índice elevado para a alternativa – outros – aquém apenas de política. Refere-se a tópicos pontuais, como habitação, educação, alimentação, justiça, cultura e saúde. De fato, é um dado que constata a função do editorial como artigo que exprime a opinião do meio de comunicação (BELTRÃO, 1980; CHAPARRO, 1998; MARQUES DE MELO, 1985, 1994), e, portanto, age como “artigo de fundo”, retratando o nível de atualização que se espera da mídia, e, também, da abrangência que precisa impor à abordagem dos assuntos cotidianos.

Tabela 1 – Presença e frequência dos temas contemplados nos editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, ano 2013

TEMAS	JORNAIS						TOTAL	
	<i>O DIA</i>		<i>MEIO NORTE</i>		<i>DIÁRIO DO POVO</i>			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Política	5	16,67	4	13,33	16	53,32	25	27,78
Violência	4	13,33	4	13,33	2	6,67	10	11,11
Meio ambiente	5	16,67	2	6,67	2	6,67	9	10,00
Desenvolvimento	1	3,33	5	16,67	2	6,67	8	8,89
Trânsito	5	16,67	2	6,67	1	3,33	8	8,89
Segurança pública	4	13,33	1	3,33	2	6,67	7	7,78
Economia	---	---	8	26,67	---	---	8	8,89
Outras temáticas	6	20,00	4	13,33	5	16,67	15	16,66
TOTAL	30	100	30	100	30	100	90	100

Fonte: Crédito direto do autor, 2013 / 2014.

5.2 Temáticas dos editoriais: análise qualitativa

Seguem observações acerca dos temas predominantes ao longo do estudo em cumprimento ao objetivo explícito de detectar as temáticas dos editoriais e o tratamento jornalístico a elas dedicado

5.2.1 Política

A temática sobre política está presente nos editoriais dos três jornais. Há diferença nítida entre eles, porquanto o *Diário do Povo* alcança mais de 50% (16 pontos) do total de menções dirigidas aos temas abordados em contraposição a 16,67% (cinco) de *O Dia* e 13,33% (quatro) para o *Meio Norte*, **Tabela 1**. Entretanto, as abordagens são bastante próximas rumo a críticas sobre atitudes da classe política, reiterando diferentes teóricos. Ao alertar para a inaptidão das instituições políticas, Castells (1999, p. II) coloca o Estado-nação como incapaz “[...] em lidar com os problemas globais e as demandas locais: tudo isso são expressões diversas de um processo de mudança multidimensional e estrutural que se dá em meio à agonia e incerteza. Estes são, de fato, tempos conturbados”. E como Medina (2001) repete, o processo

desenvolvimentista das nações incluem os mais diferentes setores, indo além da C&T para incorporar questões culturais, sociais, tecnológicas, e, naturalmente, de cunho político.

O Dia não segue linha editorial distinta dos dois outros periódicos. Reforça, em momentos variados, a necessidade de mudanças de atitudes dos políticos, a frequente incapacidade técnica dos gestores, como também o tratamento ilícito de alguns deles na administração de bens públicos. A diferença reside no fato de que insere a política como temática de forma contextual. Aproveita o debate suscitado em nível nacional a respeito da abertura da votação no Senado e na Câmara dos Deputados, e faz menção fervorosa às manifestações populares ocorridas a partir de junho de 2013 em território brasileiro e as vitórias daí advindas.

Em tom de represália ao caráter dos políticos, o editorial “Aberto já” pede maior transparência do sistema político, condenando a prática de votação fechada, antes vigente no Senado e na Câmara. E diz: “[...] A tentativa do Senado de manter a votação secreta diante de algumas pautas comprova o quanto o nosso Parlamento legisla em favor das alianças políticas desenhadas nos gabinetes, onde os partidos trocam apoio político por votos”. O viés de criticidade é mantido ao problematizar o porquê do caráter secreto em votações sobre vetos presidenciais e ganha aspecto conclusivo, ao expressar que “o voto [...] não é uma escolha do parlamentar e sim de seu partido, que deseja manter junto ao Governo Federal ‘os lugares’ conquistados no rateio dos cargos públicos [...]” (*O DIA*, 5 set. 2013).

Em abordagem similar ao *Meio Norte*, quando da data alusiva à Independência do Brasil, o editorial de *O Dia*, “O brasileiro e os gritos por independência”, sobressai conquistas provenientes das manifestações populares, como a redução na passagem de transporte público. É como se a população não se contentasse mais apenas em votar. Deseja acompanhar a atuação dos parlamentares e gestores eleitos, como elemento fiscalizador: “O certo é que os brasileiros parecem ter despertado para seu papel dentro de uma sociedade democrática” (*O DIA*, 7 set. 2013). No dia seguinte, o editorial “Desfile cívico” tece críticas à representatividade do desfile de 7 de setembro, tendo como mote o evento organizado pelo Governo do Piauí, na capital Teresina. Acredita que o simbolismo da data remete à Ditadura Militar e exorta o dever de se examinar a reverência impressa à solenidade, uma vez que é preciso manter visão crítica face à reprodução de costumes:

A reprodução de costumes sem a devida crítica, como no caso de hoje, expressa a desatenção da sociedade e a falta de discussão sobre o real papel do cidadão dentro de um regime democrático de direito. Outra coisa estranha, que se reproduz sem nenhuma crítica e que é um costume que remonta também ao

Regime Militar é a inserção de quadro, com a fotografia do gestor, em órgãos públicos (*O DIA*, 8 set. 2013).

Em “O recurso e a gestão”, o editorialista trata da falta de capacidade técnica de gestores públicos do Piauí. Acredita que não sabem capitanear recursos públicos e aplicá-los em prol do Estado. Há dinheiro, sim, mas os administradores e respectivas equipes técnicas não apresentam projetos para consegui-los, indiferentes às demandas da população, e acrescenta: “enquanto se gerenciar a coisa pública observando-se apenas os interesse pessoais e políticos dos gestores, vamos continuar como Estado [Piauí] lanterninha” (*O DIA*, 9 set. 2013).

No *Meio Norte*, a abordagem é mais voltada para o comportamento dos políticos, principalmente, quanto à ineficiência no gerenciamento do dinheiro público. A este respeito, em particular, o editorial de 1 de setembro de 2013, “Resgatar dinheiro sujo” (**Quadro 8**), destaca o desvio de verbas públicas por políticos corrompidos. Alerta para a urgência de mudanças na legislação com maior fiscalização da máquina governamental e a imposição de penas mais rigorosas para quem pratica corrupção, como o confisco dos bens adquiridos com “dinheiro sujo”, e, então, com retorno garantido a favor da coletividade.

O *Meio Norte* aproveita o dia 7 de setembro de 2013, Independência do Brasil, para no editorial “Amadurecimento democrático” elaborar breve retrospectiva acerca das conquistas alcançadas desde a Independência do país, com destaque para os desafios vencidos pela democracia. Ao rememorar a Ditadura Militar, o editorialista enfatiza a premência de processos mais populares na escolha de candidatos, como prévias no interior dos partidos para a escolha dos representantes aptos a disputarem eleições. O tom de animosidade contra os governantes é perceptível em trechos, como este:

Nunca como agora o país foi tão democrático, não por obra de um governante benevolente, mas pelo amadurecimento da sociedade, pela consolidação de instituições como o Judiciário e o Ministério Público, além de uma crescente e necessária intolerância contra a corrupção e a permissividade (*MEIO NORTE*, 7 set. 2013).

O título “Sobre política e mudanças” já adianta o teor do conteúdo do editorial, 14 de setembro de 2013. O *Meio Norte* cobra postura coerente e lícita dos políticos, reiterando a necessidade de consciência mais acurada da classe política frente às suas obrigações com vistas a assegurar o combate à corrupção e, por conseguinte, garantir o progresso nacional como um todo. Na realidade, as censuras são bem evidentes:

Um dos erros mais comuns dos políticos é não se dar conta que o mundo não se resume àquilo que gravita em volta deles. Há sempre interesses mais importantes e urgentes, demandas a serem atendidas e respondidas, conjunturas que precisam ser observadas com mais cuidado (*MEIO NORTE*, 14 set. 2013).

De forma similar, o campeão no quesito – política – com 53,32% de incidência, o *Diário do Povo* assume postura crítica diante do desempenho do Governo do Piauí. Além de enfatizar o mau comportamento da classe política do Estado e do Brasil, em geral, faz alusão à má operacionalização das políticas públicas e traz à tona arranjos e rearranjos políticos à época de eleições em qualquer instância. Condena as promessas enganosas feitas aos eleitores, e tal como os dois outros jornais, a falta de capacidade técnica dos gestores públicos e a conduta inadequada de membros do Poder Executivo e Poder Legislativo. Alerta, também, para a inabilidade do Governo estadual em conseguir recursos da União e a visível fragilidade no gerenciamento de obras públicas, tal como *O Dia* o faz, com veemência.

Em “Outros tempos, outros conceitos”, o editorial do *Diário do Povo*, ao tempo em que enfoca o crescimento da nação nas últimas décadas, acredita inexistir avanço no campo político:

O país regrediu. E tudo indica que o próprio Governo é o maior responsável por isso. Os recursos públicos são usados para tornar reféns aquelas pessoas de condição financeira precária, ou que possuem condição nenhuma. Todos ficam gratos aos detentores do poder como se lhe estivesse sendo feito um favor, e não fosse aquilo uma obrigação do Governo (*DIÁRIO DO POVO*, 3 set. 2013).

A ausência de visão política por parte dos governantes constitui o argumento central do editorial “Convenções do asilo”. Discorre sobre a questão do asilo político, tópico constante em convenções internacionais, mas cuja prática de anistia política a indivíduos latino-americanos ganha resistência no Brasil na gestão da presidenta Dilma Rousseff. A partir de então, o editorial avalia tal atitude como errônea porque renega os avanços obtidos em outras áreas, ressaltando que “liberdade é fundamental em política. Quando isso é negado, o que se tem?!” (*DIÁRIO DO POVO*, 4 set. 2013).

Prosseguindo em atitude crítica direcionada ao Governo do Estado, no editorial “Está tudo muito bem...”, o jornal em pauta acredita nas potencialidades do PI e atribui seu subdesenvolvimento à inoperância dos gestores públicos que não sabem tirar proveito do potencial do Estado, na área econômica, turística, natural e histórica. Para o editorialista, os detentores do poder decisório desconhecem quão o Piauí necessita de auxílio do Governo Federal. Mantêm, por outro lado, programas sociais de transferência de renda, à semelhança do denominado Bolsa Família, como instrumento para sua permanência no poder. A prática de quem possui cargo no Governo é inversamente proporcional ao descobrimento e aproveitamento

do potencial do Estado, diz o editorial: “O Piauí conta com enorme potencial para o desenvolvimento, mas ao mesmo tempo as práticas de seus dirigentes apontam na direção contrária” (*DIÁRIO DO POVO*, 6 set. 2013).

No editorial “Aos olhos da vantagem” (*DIÁRIO DO POVO*, 7 set. 2013), enquanto *O Dia* e *o Meio Norte* fazem referência à Independência, o jornal questiona a atuação do Governo do Estado administrativamente e pontua articulações políticas realizadas com o fim de eleger o governador para o pleito 2010-2014. Aliás, a atitude dos políticos é recriminada em dois editoriais subsequentes. “Retaliação à vista?!” (12 set. 2013) condena a opção dos deputados, em votação unânime, a favor da cassação da autonomia do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Em conformidade com o texto do editorial, a medida é incentivada por Themístocles de Sampaio Pereira Filho [Themístocles Sampaio], presidente da Assembleia Legislativa para os biênios 2005 / 2007, 2007 / 2009, 2009 / 2011, 2011 / 2013 e 2013 / 2015. O pedido de revisão de sua prestação de contas referente ao ano de 2009 foi negado pelo TCE / PI, gerando uma provável retaliação.

No dia seguinte, “O país” condena a corrupção presente na esfera política, mesmo com os manifestos populares ocorridos em 2013 com alcance a diferentes regiões e Estados brasileiros. Segundo o editorial, os movimentos “que tinham como alvo, segundo [os próprios] manifestantes, principalmente o combate à corrupção, resultaram em muito pouco, pois os autores dos maiores crimes ainda permanecem impunes [...]” (*DIÁRIO DO POVO*, 13 set. 2013).

(Quadro 8).

A indignação frente ao comportamento contestável de políticos brasileiros e piauienses também está nos editoriais do *Diário do Povo*, “Indicação da ‘ilha da fantasia’” e “Melhores práticas”, de 14 e 15 de setembro de 2013, respectivamente. O primeiro questiona o fato de os políticos acreditarem que o Senado e a Câmara dos Deputados estão acima do bem e do mal, quer dizer, possuem vidas próprias, com regras e leis autônomas e, portanto, estão imunes a qualquer punição, como este trecho exemplifica: “Deputados e senadores imaginam [...] que podem fazer de tudo um pouco, inclusive o mais errado, sem que sejam apanhados pelas malhas da política nem da justiça”. O editorialista acrescenta o caso de um deputado federal do Piauí que aplica dinheiro público em “empresas de fachada”, embora o crime possa terminar impune. O segundo, dia 16, cita o uso desonesto de dinheiro público por políticos piauienses, em referência, mais uma vez, a um deputado federal que aproveita verbas indenizatórias para alugar carros em padarias e contratar assessorias de imprensa, cujas sedes estão situadas em casas de eventos. Segundo o jornal, são fatos que exigem reação da sociedade, no sentido de repudiar comportamentos imorais de seus representantes “legítimos”.

Com o título “Mais rigor”, novamente, o *Diário do Povo* condena o desempenho de políticos brasileiros / piauienses, que recorrem a estratégias de autopromoção durante campanhas eleitorais e ao longo do mandato eletivo. Além de promessas ilusórias à população, no exercício dos cargos eletivos, com regularidade, cometem abusos com o uso da máquina pública para oferta de empregos e realização de obras para beneficiar demandas de eleitores em particular e não a sociedade como um todo. Menciona, ainda, a perda de mandatos de 50 prefeitos do Piauí.

O que estamos assistindo no Piauí, atualmente, é uma verdadeira devassa nesse estilo pouco ético de se fazer política, que deve ser pura e simplesmente o convencimento do eleitor através de propostas – não mais do que isso. Inúmeras sentenças da Justiça Eleitoral têm demonstrado que não é bem assim que se comportam os nossos candidatos (*DIÁRIO DO POVO*, 22 set. 2013).

Em linha análoga ao editorial de *O Dia* (9 set. 2013), o *Diário do Povo*, em “Discurso que se renova” (24 set. 2013), centra-se na ausência de projetos apresentados pelo Governo do PI às instâncias federais com o intuito de captar recursos, o que se dá bem aquém dos vizinhos Maranhão e Ceará. Com conteúdo similar, o texto editorialista “Obras que resistem” (30 set. 2013, **Quadro 8**) também chama atenção do público para a inoperância dos gestores locais. Desmitifica o alardeado crescimento do Estado nos últimos 10 anos, “o que não é verdade. Pelo contrário. Desde então o Piauí começou a enfrentar um processo brutal de sucateamento da estrutura existente sem que houvesse qualquer investimento no sentido de melhorar a sua condição”. O destaque é dado, também, para a construção de rodovias no PI, que apresentam sérios problemas em pouco tempo, o que requer novos e urgentes recursos para sanar a situação das estradas. O interessante e inesperado é que o editorial aproveita a ocasião para ressaltar a atuação de governos anteriores ao ano de 2013.

5.2.2 Violência

O visível crescimento da insegurança pública no Estado, acompanhando as tendências nacionais, é o maior responsável pelo segundo lugar (**Tabela 1**) relativo à violência. Há registro de 10 (11,11%) editoriais dentre o total de 90. Além disso, há proximidade quantitativa entre *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, com iguais 13,33% para os dois primeiros (quatro frequências, cada), enquanto o último fica com 6,67% (duas menções).

Os editoriais focalizam os mais diversos tipos de violência em situações também diversificadas. *O Dia* trata da temática relacionada à mulher e ao ambiente escolar, sugerindo políticas públicas mais eficazes de combate e prevenção, e, foca, também o número maior de

assaltos no Estado. Exemplificando: o editorial do dia 1 de setembro de 2013, “Violência na escola” (**Quadro 8**) como o título anuncia, abre o mês problematizando a selvageria presente em educandários da capital. Ao lado de políticas públicas direcionadas à questão, a escola em tempo integral poderia ser uma medida, dentre outras, capaz de qualificar melhor o educando.

“Em defesa da mulher”, o cerne do editorial é a implantação de um sistema de monitoramento de mulheres em casos de violência. “Após ser implantado [...] no Espírito Santo, o programa ‘Botão do Pânico’ é trazido ao Piauí, passando a ser o Estado a receber o dispositivo de segurança preventiva” (*O DIA*, 4 set. 2013). Adiante, o relato de uma mulher que atropela propositalmente o assaltante, em ato de legítima defesa, é comentado no editorial “Justiça é outra coisa”, que discorre sobre o aumento do índice de barbáries no Estado. O veículo de comunicação repudia a reação da mulher, como está claro em trecho que diz: “[...] choca a atitude de uma pessoa da condição de vítima a de criminoso, no momento em que decide agir por conta própria”. E continua: “[...] a perseguição ao criminoso foi um risco, o atropelamento uma barbárie” (*O DIA*, 17 set. 2013).

Mais um editorial de *O Dia*, “Violência contra a mulher”, tem como cerne pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados colocam o Piauí como o Estado “[...] onde foi registrado o menor número de feminicídios, denominação dada ao homicídio de mulheres em decorrência de conflitos de gêneros, geralmente cometidos por um homem, parceiro ou ex-parceiro da vítima”. Conforme o jornalista, tal estatística pode ser falha porque, no Piauí, homicídios contra mulheres parecem estar sendo registrados como homicídios comuns, o que altera os resultados finais. Isto porque, no Estado, um total desconhecido de mulheres ainda é vítima de violência física e psicológica. Existe homem que se julga proprietário de esposas, namoradas, filhas, enteadas e netas. Existe quem bata em mulher para fazer valer sua autoridade e perpetuar a cultura da subjogação feminina (*O DIA*, 26 set. 2013).

No *Meio Norte*, a violência se equipara à descrença frente à atuação do Estado em lidar com os altos índices de transgressões, decorrentes de fatores, como acidentes de trânsito, homicídios, sistema prisional precário, alcoolismo, tráfico de drogas, violência contra a figura feminina, além de outros itens. O editorial “Violência crescente” descreve o incremento da bestialidade nas maiores cidades do Piauí, Teresina e Parnaíba, neste caso particular, o principal motivo é o avanço do tráfico de drogas: o “[...] consumo e o tráfico de drogas banalizam a violência, porque tanto quem vende quanto quem consome essas substâncias ilícitas perde qualquer noção de valor moral” (*MEIO NORTE*, 13 set. 2013).

Publicado como texto opinativo, “Ápice da violência” também salienta o crescimento da violência, a partir do contexto nacional como um todo. Faz alusão, em especial, ao fato ocorrido

em Teresina e também comentado em *O Dia*, mas, desta vez, o tom é de apoio à vítima do agressor. O editorial acredita que o apoio das pessoas à mulher se explica porque “[...] descreditaram na capacidade do Estado de fazer com que a justiça funcione para conter a violência” (*MEIO NORTE*, 17 set. 2013). Aliás, tal como em *O Dia*, a violência contra a mulher é recorrente em editoriais do *Meio Norte*. Exemplificando: “Um velho problema”, 28 de setembro de 2013, discute o tema e sugere mais rigor na aplicabilidade da Lei Maria da Penha, ao tempo em que posiciona a educação como instrumento de redução de agressões.

Em “Novo pacto”, 19 de setembro de 2013, o editorial do *Meio Norte* atribui o desenvolvimento da violência no Estado à carência de um sistema prisional seguro, além dos muitos acidentes de trânsito e homicídios, o que eleva o total de vítimas e, portanto, os gastos públicos. Por isso, segundo o porta-voz do jornal, “O combate à violência é [...] uma necessidade que se aplica à redução de gastos públicos e privados com a segurança pública, bem assim uma queda no que se consome para atender às vítimas”.

No jornal *Diário do Povo*, o enfoque prevalecente é o crime organizado e a impunidade registrada no Estado. Em “Os ‘comensais da morte’” (**Quadro 8**), de 25 de setembro de 2013, o editorial compara a série de aventuras fantásticas “Harry Potter” da autoria da britânica J. K. Rowling com o crime organizado no Piauí, com destaque para a prisão de mandatários que parecem esperar o momento certo para ressurgirem.

A ideia de criminalidade também é reforçada no editorial “O palco do ‘banguê banguê’”, que desmitifica a concepção do Piauí como Unidade Federativa tranquila. Para o editorialista, “[...] sempre tivemos crimes de grande repercussão que apresentam-se (*sic*) insolúveis aos olhos da maioria”. E ainda para enfatizar seu ponto de vista, acrescenta a informação de que “entre 1989 e 1999, 10 prefeitos e ex-prefeitos piauienses foram assassinados”. Não deixa, também, de criticar os políticos, ao afirmar que “nossos dirigentes costumam afirmar que o Piauí é um Estado tranquilo. É uma verdade apenas relativa. Tranquilo desde que os crimes ocorridos fiquem impunes. Desde que se lance um manto de silêncio sobre eles” (*DIÁRIO DO POVO*, 29 set. 2013).

5.2.3 Meio ambiente

No eixo temático meio ambiente (terceiro posto = 10%, **Tabela 1**), em geral, os itens trabalhados giram em torno da preservação do leito de rios e de águas subterrâneas, repúdio a desmatamentos, prevenção a incêndios, fiscalização da poluição sonora no Estado e aumento da temperatura, acompanhando a linha teórica vigente neste século. Em termos mais restritos, *O*

Dia figura como o diário, dentre os três, com o percentual mais elevado, ou seja, cinco pontos (16,67%). A constatação da elevação das temperaturas em setembro, em parte do NE (sobretudo no sertão e semiárido) e no Piauí, conduz à elaboração do editorial “O b-r-o-bró começou”, 2 de setembro de 2013, reforçando não só a incidência de temperaturas altas, como também, os problemas que podem causar e, então, recomendações para maior proteção.

“Piauí em chamas”, por sua vez, conta sobre os incêndios comuns na zona rural e em cidades do Piauí, motivados pelas queimadas agrícolas e pela não conservação de terrenos baldios, no âmbito da capital. É importante a população se conscientizar e tomar medidas preventivas, uma vez que, “[...] seja na zona rural ou dentro das cidade (*sic*), os incêndios são uma ameaça grave à vida das pessoas” (*O DIA*, 11 set. 2013). Em linha similar de pensamento, o editorial “Falta prevenção” também externa preocupação com os incêndios, detalhando os males que acarretam à saúde pública, por conta do calor excessivo e da inalação de fumaça. A educação merece posição de destaque no processo de conscientização contra essas ações nocivas (*O DIA*, 20 set. 2013).

A preservação do leito dos rios, com destaque para o rio Poti, consta de dois textos opinativos e expressivos da linha editorial de *O Dia*. São eles “Protegendo o meio ambiente” e “Poluição e Poti” (**Quadro 8**), respectivamente dos dias 22 e 28 de setembro de 2013. O primeiro acentua o desempenho de uma organização não governamental (ONG) do Piauí contrária aos desmatamentos, a exemplo de um iniciado às margens do rio Parnaíba, em Teresina, para a construção de um bar. O segundo trata exclusivamente da poluição do Poti, com acúmulo de aguapés e canaranas. O fato despertou atenção e motivou o Ministério Público Federal (MPF) a intervir junto a órgãos públicos para a resolução do problema:

[...] o Ministério Público Federal entrou em cena e convocou AGESPISA, IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], Secretaria Estadual e Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Agência Nacional de Águas (ANA) para tratar de ação cautelar que pede a retirada da vegetação que vem formando um tapete sob as águas do rio Poti seja feita periodicamente, até que 100% do esgoto de Teresina seja (*sic*) captado e encaminhado à estação de tratamento, antes de ser despejado no rio (*O DIA*, 28 set. 2013).

O *Meio Norte* aparece com dois (6,67%) editoriais, da mesma forma que o *Diário do Povo*, **Tabela 1**. A matéria opinativa “A água sob risco” afirma que conseguir água de qualidade é ação conjunta do Estado e da sociedade. E acrescenta: “[...] nosso comportamento – Governo e sociedade – em relação à água é, no mínimo, de omissão”. A poluição dos rios reflete desatenção, ao trazer à tona a situação do Poti, que após a última enchente teve suas margens

poluídas com lixo urbano: “[...] junto com o Longá e o Canindé, [o Poti] é um dos três rios mais ameaçados pela alta demanda e ações ambientalmente reprováveis ao longo de seus percursos”. O editorial atribui, ainda, ao Estado, o dever de fiscalizar com rigor “quem utiliza irracional e criminosamente a água, recurso comum a todas as pessoas, cujo controle não pode ser abandonado pelo Governo [...]” (*MEIO NORTE*, 5 set. 2013) (**Quadro 8**).

O segundo editorial “Conservar águas subterrâneas” do *Meio Norte* trata da relevância de preservação das águas subterrâneas no Piauí, que “se inscreve entre as regiões brasileiras com maior potencial de água de subsolo [...]” É preciso atenção sistemática para a conservação e o uso racional de lençóis freáticos e aquíferos. O texto enumera medidas de preservação, tais como: proibição de escavação de poços; cuidados mais rigorosos para evitar riscos de contaminação; e atividades contínuas de fiscalização por parte dos governantes:

[...] é fundamental que o Estado comece a ser mais diligente quanto às concessões para a escavação de poços. Isso porque é a partir deles que se faz o rebaixamento dos lençóis freáticos e aquíferos, bem assim se possibilita a contaminação das águas subterrâneas (*MEIO NORTE*, 30 set. 2013).

A angulação dos editoriais do *Diário do Povo* no tocante à temática meio ambiente se direciona aos mecanismos de fiscalização da poluição sonora em território brasileiro. Em “Barulho insuportável”, de 8 de setembro de 2013, o editorialista reclama da poluição sonora causada por paredões de som em carros de Teresina e de cidades do interior do Estado. Portanto, questiona a falta de atitudes eficazes por parte da polícia, sem infraestrutura, por exemplo, para medir o som dos carros a cada intervenção. Há, ainda, carência de equipamentos na delegacia do silêncio, a qual segundo o jornal, “[...] não tinha sequer um decibelímetro, para medir a potência do som”.

Prosseguindo com o mesmo enfoque, “Pelo sossego público” expressa a falta de rigor dos gestores públicos em fazer valer a lei do silêncio. Decerto, é pouco praticada no Estado devido ao “[...] silêncio das autoridades responsáveis: da polícia; dos órgãos de meio ambiente; do Ministério Público; das câmaras municipais; dos senhores prefeitos; das assembleias legislativas [...]” Porém é preciso admitir que a responsabilidade também é do povo. Por vezes se cala, porque “se for reclamar com quem faz barulho, corre o risco de morrer”. O editorial acrescenta que os políticos estão sempre voltados para a próxima eleição e temem perder eleitores se lutarem em prol da população graças à aplicação à risca da legislação. E continua: “por isso, o cidadão deve lutar: em toda cidade, em toda comunidade, bairro, localidade rural” (*DIÁRIO DO POVO*, 23 set. 2013).

5.2.4 Desenvolvimento

A **Tabela 1** mostra coincidências, em termos de presença e frequência, no que diz respeito a algumas categorias em discussão, criadas segundo os critérios de Bardin (1977) e Fonseca Júnior (2012). Assim, as grandes classes – desenvolvimento, trânsito e economia – atingem igual índice de 8,89%, o que significa a existência de oito editoriais, ao total, para cada um dos três temas.

Em se tratando do eixo temático – desenvolvimento –, os editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* destacam, com regularidade, a falta de investimentos no setor de saneamento e de fornecimento de água e energia, o que acaba por afastar do Estado empresas e indústrias. No caso de *O Dia* um único (3,33%, **Tabela 1**) editorial destina-se ao tema. Ao contrário do que se observa no *Meio Norte*, cujo texto opinativo, comentado adiante, se preocupa com a falta de recursos no Piauí como um todo, em “Falta água e energia”, o enfoque maior é para a capital. Há menção aos transtornos causados à população devido a problemas no fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA) e Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) Piauí, respectivamente. Na ocasião, o editorial, como porta-voz do veículo de comunicação, reivindica a implantação de medidas capazes de sanar as dificuldades vivenciadas em vários bairros da cidade.

Já hoje, trazemos o drama dos moradores do bairro Ininga, zona Leste, área nobre de Teresina. Na semana passada, o rodízio de sofrimento vitimou os moradores do Saci, que passaram horas sem energia elétrica. Dias atrás o sofrimento havia chegado ao bairro Macaúba (*O DIA*, 6 set. 2013).

O jornal *Meio Norte*, com cinco editoriais ou 16,67%, em “Serviços e investimentos”, publicado em 18 de setembro de 2013, também adverte sobre a má qualidade na prestação de serviços de água e energia no Piauí. Menciona a privatização como medida para resolver o problema e, ao mesmo tempo, reconhece que é uma recomendação arriscada, uma vez que “a privatização é ainda mais incerta, porque essa é uma decisão que cabe a Brasília”. Além dessas considerações, o texto lamenta a perda de investimentos do Estado por conta desse fator, tal como o faz o editorial de *O Dia* referente ao dia 6 de setembro de 2013 (**Quadro 8**).

O tópico – falta d’água em Teresina e no Piauí – é veiculado, também, em “O que está faltando”. Saneamento e sistemas de fornecimento de água e luz são elementos que alicerçam o progresso de qualquer cidade. O editorial cita reunião entre deputados estaduais do Piauí e o presidente da AGESPISA. Na oportunidade, diante das dificuldades no abastecimento de água de

Teresina e de municípios do Estado, mais uma vez, a entrada da iniciativa privada é vista como possível solução (*MEIO NORTE*, 26 set. 2013).

Indo além do fornecimento de água e luz, “Campo mais produtivo” clama por maior atenção para a agricultura familiar por parte dos governantes piauienses, haja vista que, em algumas áreas do Estado, nem sequer houve plantio no ano de 2013. O editorial elenca medidas capazes de garantir mais eficiência na aplicação de recursos públicos no setor, visando não somente que “se façam apenas políticas compensatórias e de transferência de renda. É essencial que se construam condições nas quais a agricultura familiar, mesmo com apoio público, possa produzir o suficiente para manter milhares de pessoas no campo” (*MEIO NORTE*, 29 set. 2013). É preciso incrementar programas de acesso ao crédito voltados ao homem do campo para que o PI possa manter “[...] uma economia rural fortalecida pelo aumento de renda das famílias”.

No caso dos editoriais sobre o item desenvolvimento, o *Diário do Povo*, tal como os dois outros títulos, também dá prioridade à falta de água e de energia. A diferença está na maior ênfase com que culpabiliza e responsabiliza o Governo do Estado pela gravidade da situação. Assim, “Em que direção?!” fala sobre o processo de subdelegação da concessionária de saneamento e abastecimento de água no Piauí a uma empresa privada, o que merece críticas contundentes em relação à ineficiência dos gestores públicos na administração dessa empresa. O editorial afirma que “[...] o Estado perdeu completamente o controle para os políticos” (*DIÁRIO DO POVO*, 18 set. 2013). No mesmo rumo, apresenta comentários negativos dirigidos à Assembleia Legislativa do Estado, na condição de fiscalizadora em potencial da concessionária e dos projetos apresentados aos deputados estaduais pelos sucessivos presidentes da AGESPISA, que, sistematicamente, são sabatinados pelos parlamentares antes de assumir o cargo.

Se esta sabatina é apenas de “faz de conta” este é um caso que os deputados têm que resolver com a população, que os paga (*sic*) para fiscalizar em seu nome. Mas ocorre que eles não prestam contas, efetivamente, para ninguém. Este é mais um gargalo. Cabe uma reflexão muito importante. O Legislativo não consegue fiscalizar o Poder Público de modo a impedir tamanho descalabro [...] (*DIÁRIO DO POVO*, 18 set. 2013).

No dia seguinte, o editorial “O que não precisamos” (**Quadro 8**), descreve, novamente, a deficiência de investimentos no fornecimento de energia elétrica no Piauí e as consequências sofridas pelos cidadãos, como a queima de eletrodomésticos. Na mesma linha dos dois outros jornais piauienses, o *Diário do Povo* reforça como o Estado perde com a desistência da vinda de indústrias por conta da qualidade precária de energia. O editorial diz: “[...] o setor é vulnerável e não suporta grandes empreendimentos industriais. Pode-se mencionar como exemplo recente a

decisão da empresa Suzano Papel e Celulose [segunda no *ranking WWF Paper Company*], que já tinha começado a [...] implantar uma unidade [...] no Piauí” (*DIÁRIO DO POVO*, 19 set. 2013).

5.2.5 Trânsito

Sobre o trânsito, *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* mantêm direcionamentos bem próximos, quando se pretende identificar o tratamento jornalístico dedicado às temáticas com incidência na amostra. São unânimes em pedir melhorias no transporte público de Teresina (ônibus e metrô) e denunciar o número elevado de acidentes de trânsito com aumento de infrações e imprudências de naturezas variadas, que atingem, também, o interior do Estado. É a constatação de argumentos defendidos por Lima (2007, 2008) e Peruzzo (2002, 2005), quando afirmam que, não obstante o anseio por lucros crescentes, os meios de comunicação não podem perder de vista sua função da formadora de opinião contextual e cidadã, e, portanto, lutar em prol das coletividades, denunciando os malefícios que atingem seu cotidiano.

Neste item, *O Dia* apresenta frequência superior (cinco textos ou 16,67%, **Tabela 1**), com tópicos mais abrangentes e mais restritos. Contempla, por exemplo, os investimentos precários em transportes públicos, em termos gerais e vai até a elevação de infrações de trânsito no Estado como um todo, como antevisto. No editorial “Tragédias pessoais e coletivas”, de 12 de setembro de 2013, rememora os atentados terroristas dos EUA, 11 de setembro de 2001 em confronto com perdas coletivas, a exemplo de acidente ocorrido no PI, quando um caminhão desgovernado causa a morte de duas pessoas. A aproximação dos dois acontecimentos se explica a partir da lógica da dor vivida pelas famílias envolvidas nas tragédias, reforçando a relevância que deve ser dada pelas autoridades às questões de trânsito.

A abordagem de “Radiografia do trânsito” polariza o aumento estatístico de acidentes de trânsito na capital, até porque “o número de acidentes registrados em agosto de 2013 também chamou atenção, foram 300”. Outro ponto diz respeito aos resultados nefastos da combinação álcool e direção ainda adotada por condutores brasileiros e piauienses, figurando como elemento determinante no cenário de acidentes nas rodovias. E prossegue: “Muito embora os órgãos responsáveis pela prevenção e fiscalização do trânsito estejam realizando o seu trabalho, o piauiense ainda parece manter o velho hábito de beber e conduzir veículo automotor” (*O DIA*, 16 set. 2013).

O profissional que prepara e assina o editorial, não obstante o risco de, ao emitir a posição das empresas de comunicação, sofrer eventuais distorções, como Bahia (1990) assegura, no caso de *O Dia*, de novo, no texto intitulado “Falta de investimentos” denuncia o descaso na

locação de recursos para os transportes públicos, ênfase para os ônibus, sobretudo, na capital. Arrola, ainda, outros pontos de estrangulamento, como “frota reduzida e da quantidade de veículos por rota, da falta de treinamento dos motoristas e finalmente, do valor da passagem” (*O DIA*, 18 set. 2013). Indo além, a ampliação do total de tragédias causadas pelo uso de drogas lícitas e ilícitas em Teresina é o viés do editorial de 30 de setembro de 2013: “Notícias do final de semana”. Relembra a ocorrência de acidentes e mortes violentas aos finais de semana na capital, o que traz sérios reflexos para o funcionamento dos prontos-socorros.

Em “Trânsito e transporte público” (**Quadro 8**), um dos dois (6,67%, **Tabela 1**) editoriais do *Meio Norte* coleta dados estatísticos de 2012 que justificam o expressivo aumento da frota de veículos. O trânsito caótico demanda melhor transporte público para a população de Teresina. O texto acrescenta, então, que a Prefeitura de Teresina estaria tomando duas medidas pontuais e, talvez, resolutivas: “uma licitação do sistema de transporte e criar corredores de tráfego, com vias segregadas apenas para o uso de ônibus, em um sistema integrado que pode tirar as pessoas dos carros e colocá-las em transporte coletivo” (*MEIO NORTE*, 8 set. 2013).

Outra perspectiva relacionada com a temática chama atenção para a exigência das famílias dedicarem maior atenção aos filhos diante do acréscimo de acidentes de trânsito envolvendo jovens. “Menos Estado, mais família” explana justamente sobre isso, com destaque para a responsabilização de conscientizar os jovens para a não ingestão de bebidas alcoólicas antes de conduzir veículos automotivos, conscientização esta, que é dever não apenas do Estado e de políticos, mas também da família e da escola.

Quando se diz que nestes casos falta mais família que ação do Estado, não se está de modo algum querendo eximir o setor público de suas responsabilidades. Contudo, é da família que devem partir as barreiras mais fortes e mais duras contra o uso de bebida por adolescentes e também contra o ato infracional de dirigir com idade não permitida em lei (*MEIO NORTE*, 12 set. 2013).

A aparição da temática trânsito nos editoriais analisados é bem menor (um editorial ou 3,33%, **Tabela 1**) no *Diário do Povo*, tão somente em “O transporte como solução”. Bem próxima à abordagem do editorial de *O Dia*, relaciona entraves advindos da falta de recursos destinados aos transportes públicos em Teresina – ônibus e metrô. De acordo com o editorial, aí estaria a solução para aliviar o trânsito da cidade. “Por isso é que não adianta apenas obras de engenharia. É preciso mais. Em países da Europa, investe-se em transporte de massa” (*DIÁRIO DO POVO*, 21 set. 2013).

5.2.6 Economia

Neste momento, como consensual entre diferentes teóricos, Castelo Branco (2001) renova a relevância do elemento econômico no processo de globalização e glocalização, até porque a interveniência das TIC é tão forte no dia a dia de povos e nações em todos os aspectos, incluindo o elemento econômico, que, ainda na década de 90, emerge nova concepção de tecnologia:

Além das técnicas audiovisuais, de telecomunicações e de automação, incorpora à concepção de tecnologia as decorrências econômicas e sociais daí advindas, numa perspectiva temporal e também espacial. É o preceito de que os recursos tecnológicos não constituem um fim em si mesmo. Ao contrário. Existem a partir de realidade social definida, de forma que sua adequação é determinada pela possibilidade de imprimir melhor qualidade de vida às comunidades que integram contextos socioculturais, históricos, econômicos e políticos citado por (TARGINO, 2010, p. 109).

Não obstante a força da economia no século XXI, nem *O Dia* nem o *Diário do Povo* incluem em seus editoriais relações que possam ser inseridas no respectivo eixo temático, **Tabela 1**. Em contraposição, o *Meio Norte* privilegia a economia nacional e / ou em nível do Piauí (oito pontos, 26,67%), com foco prevalecte em itens responsáveis pelo aceleração crescimento da economia do Estado. Dá prioridade às alternativas para engendrar a economia no Estado, por meio da agricultura irrigada; fomento à produção agropecuária; investimentos maciços na produção agrícola; e, ainda, trata da inflação na área econômica. O saneamento e o fornecimento de água e de energia precários voltam a ser mencionados como entraves ao crescimento da economia local.

O editorial do *Meio Norte* intitulado “Otimismo com razão” assinala as consequências da inflação na economia. Em complementação, mostra a importância do setor agropecuário para o crescimento econômico do país, que vem apresentando sinais de alavancagem devido à elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e ao referido segmento, uma vez que há cenário internacional favorável à agropecuária. “As *commodities* agrícolas podem ganhar mais espaços em razão da recuperação da economia dos Estados Unidos [da América], bem assim de um início de retomada de crescimento das economias da zona do euro [...]” (*MEIO NORTE*, 2 set. 2013).

Em “Futuro econômico e energia” (3 set. 2013, **Quadro 8**), emerge no grande bloco – economia – um item abordado pelos dois outros títulos, porém num ângulo distinto. Refere-se à falta de água e de energia no Piauí, o que causa significativos impactos na economia estadual, exigindo, portanto, mais recursos em transmissão e instalação elétrica no Piauí para fortalecer

seu crescimento econômico. O aumento de consumo “em maior parte, motivado pela entrada de novos usuários, através do Programa Luz para Todos, tem demonstrado a necessidade de se investir cada vez mais em linhas de transmissão e na instalação de subestações elétricas [...]”

O potencial da agricultura irrigada e as benesses do agronegócio estão presentes na abordagem temática do *Meio Norte* convergentes à economia. Em “Negócios e irrigação”, o editorialista concebe a agricultura irrigada como elemento favorável à economia do Piauí.

O assentamento Marrecas deverá ter uma área total de mil hectares irrigados, que podem se somar a mãos dois mil hectares no projeto de irrigação para a barragem Salinas, situada no município de São Francisco do Piauí. Existem ainda os projetos de Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe, já em operação, a indicar que temos em curso uma grande oportunidade para fazer da irrigação para cultivo de frutas um grande negócio para o Piauí (*MEIO NORTE*, 4 set. 2013).

No mesmo editorial, porém, o jornal não deixa de tecer críticas ao Governo estadual no trato com o setor, ao reiterar que o Estado não possui diagnóstico para mensurar os ganhos com a agricultura irrigada. Tudo isso, mesmo quando se sabe que “a agricultura irrigada no Piauí é um dos segmentos da agroeconomia com maior rendimento, mais empregos formais e maior regularidade na produção de alimentos”.

No tocante ao agronegócio, em “Salvação orgânica” (**Quadro 8**), o *Meio Norte* dá notoriedade às vantagens da agropecuária orgânica como negócio. Evidencia, mais uma vez, as conquistas que podem ser alcançadas com a irrigação como perspectiva empresarial do Piauí, de modo a servir de suporte para alavancar duas atividades econômicas ora em decadência: a cajucultura e a apicultura. No entanto, a descrença das autoridades políticas figura como fator desestimulador, uma vez que “desacreditam na agricultura e pecuárias orgânicas, achando tratar-se de um sonho, quando na verdade é uma boa realidade econômica para quem acredita nessas atividades como um agronegócio” (*MEIO NORTE*, 6 set. 2013).

De maneira genérica, no editorial “Educação, futuro e riqueza”, 21 de setembro de 2013, a educação é percebida como fator indissociável ao avanço econômico do país, “[...] em face da quantidade de atores envolvidos nesse setor e os efeitos da educação sobre setores-chave da economia”. Por isso, a determinação da presidência da República em aplicar parte dos *royalties* do petróleo no setor educacional.

“Pesquisa agrícola”, por sua vez, lembra a oportunidade de cultivo de culturas e de criação de animais mediante pesquisas agropecuárias continuadas com a finalidade de analisarem clima, solo e a escassez de água no NE, o que viria a incrementar a produção e, por conseguinte, a produtividade da região e do Piauí. “O exemplo mais clássico de como a pesquisa pode

interferir positivamente na economia agropecuária é a adaptação da soja às latitudes de Estados como Piauí, Bahia e Maranhão” (*MEIO NORTE*, 25 set. 2013).

No editorial “Cobras no Caminho”, as críticas ao Governo para com o potencial de produção agrícola do Estado persistem. O texto alerta para a urgência de solucionar problemas básicos, dentre os quais a carência de energia no cerrado piauiense. A solução seria, talvez, a locação de subestações para condução de energia às regiões de demanda reprimida, como Bom Jesus, Uruçui e Baixa Grande do Ribeiro, produtores de grãos no Piauí.

A falta de energia é um problema crônico no cerrado do Piauí, ainda que se anunciem aos quatro ventos que o Piauí recebeu alguns bilhões de investimentos em linhas de transmissão, que só cruzam o Estado, mas que não são rebaixadas através de subestações [...] Diante de problemas que deveriam ser solucionados, mas que têm um elevado custo financeiro para tanto e de um imobilismo político que não compreende as necessidades de se melhorar a infraestrutura do cerrado piauiense [...] Mais temores se têm pela incapacidade de se dar soluções a problemas seculares que atrapalham o nosso desenvolvimento econômico (*MEIO NORTE*, 27 set. 2013).

5.2.7 Segurança pública

A congruência de assuntos na categoria segurança pública é perceptível nos três periódicos, com frequências numéricas bem próximas, como a **Tabela 1** sintetiza: *O Dia* sai na frente com quatro (13,33%) editoriais, seguido do *Diário do Povo* (dois ou 6,67%), e, por último, o *Meio Norte*, com um (3,33%) só texto opinativo sobre o assunto.

As condições do sistema penitenciário do Piauí constituem a essência do editorial “Depósito de gente”, jornal *O Dia*: “[...] pessoas amontoadas num cômodo escuro que exala um cheiro, ou melhor, um mal (*sic*) cheiro – uma mistura de suor, excrementos e todo tipo de sujeira”. Com esse olhar, o editorialista questiona a superlotação de presos nas unidades prisionais do Piauí, apontando como uma das saídas para a problemática, não necessariamente a construção de novos presídios, pois demandaria tempo, mas a realização de mutirão carcerário, com oportunidade de abrir novas vagas. Ao longo do texto, reforça-se a ideia de péssimas condições estruturais e de higiene das prisões no / do Estado (*O DIA*, 15 set. 2013).

O tema aparece, também, no editorial “Improvisando justiça”, **Quadro 8**. Além da insegurança pública do Estado do Piauí – reflexo da não manutenção de policiais nas ruas – é inadmissível o não investimento em unidades carcerárias, como na delegacia de flagrantes de Teresina, cujos presos são mantidos em condições sub-humanas. De forma clara, a morosidade da solução para problema tão sério é atribuída ao Estado pelo jornal:

Diante desse quadro lastimável, o Tribunal de Justiça do Estado determinou a construção de um centro de triagem de presos, no prazo de 11 meses, algo inimaginável para o atendimento de todas as questões burocráticas que envolvem o planejamento e a construção de uma obra pública.

Enquanto o Estado não se entende, e não mostra resultados, a população cansada, revoltada, sem ter a quem recorrer ameaça fazer justiça com as próprias mãos (*O DIA*, 29 set. 2013).

No editorial “Telecomunicações”, *O Dia* se contrapõe à decisão do Supremo Tribunal Federal, que proíbe acesso à localização de telefones celulares por órgãos de segurança pública do Piauí. A medida é vista como inconstitucional pelo STF, com a alegação de que “cabe somente à União legislar sobre temas relacionados às telecomunicações”. No entanto, o jornalista se posiciona a favor do trabalho da polícia, a fim de diminuir o montante de registros de criminalidade. (*O DIA*, 24 set. 2013).

Poucos dias depois, 27 de setembro de 2013, como em outros editoriais, *O Dia* dirige palavras de reconhecimento ao trabalho da polícia do Estado, em texto intitulado “Polícia na rua”. Confirma a necessidade de manter profissionais policiais nas ruas para combater e prevenir crimes de diferentes naturezas. Vai além e afirma que a criminalidade crescente não está atrelada somente ao desempenho do Estado, mas também da família e da escola, consideradas, no editorial, como instituições em decadência.

O jornal *Meio Norte*, em seu único (3,33%) editorial, denuncia a falta de investimentos no setor da segurança no país e a desatenção dada à polícia. Em “Segurança com qualidade”, reitera a escassez de investimentos na segurança pública do país, incluindo a desvalorização da polícia pelos governos, embora, sem dúvidas, esses profissionais enfrentem, no cotidiano, “rotinas policiais antiquadas, falta de treinamento, corregedorias contaminadas pelo corporativismo e a falta de apoio médico-psicológico [...]”, aliados aos baixos salários incompatíveis com uma ocupação de risco. Daí, o editorial reforça a necessidade de se discutir e, sobretudo, decidir sobre as inúmeras questões que rondam a segurança pública:

Exige-se um trabalho de eficiência da polícia e dos policiais mas não se discute com profundidade a questão da qualidade do serviço prestado, assim como não se vai a fundo à eficácia da lei, na aplicação da lei, seja por quem a fiscaliza, seja por quem a executa, ou seja, o MP [Ministério Público] e a Justiça (*MEIO NORTE*, 24 set. 2013).

Enquanto isso, em linha contrária ao jornal anterior, o editorial do *Diário do Povo*, “Uma polícia que mata...”, constrói uma imagem negativa em relação à polícia e ao combate à criminalidade. Rememora o comportamento da corporação quando da Ditadura Militar no Brasil

e lembra mortes acontecidas no Estado. Comentários negativos também vão em direção ao governador:

É preciso que o Governador do Estado tome, de imediato, as rédeas da situação. No momento, já se veem alguns indícios de que a situação está começando a ficar fora do controle. Há alguns meses houve a morte do gerente do Banco do Brasil na cidade de Miguel Alves. Está provado, segundo o secretário estadual da Segurança, que o tiro que matou partiu da polícia.

A execução de um adolescente no bairro Água Mineral pode ser um indício de que algo não está seguindo o caminho no combate à criminalidade (*DIÁRIO DO POVO*, 2 set. 2013).

Tal como os dois outros títulos, o *Diário do Povo* também trata do relato da mulher assaltada e que atropela seu agressor. O editorial “Assalto e reação” nem condena a atitude da mulher, como *O Dia* nem direciona a responsabilidade exclusivamente à corporação policial, como o *Meio Norte*. Divide responsabilidades e cobra dos gestores públicos mais recursos e planejamento para o segmento da segurança pública. Afirma categoricamente: “é preciso atitude planejada e de forma permanente. O Poder Público não pode mais ficar jogando para a plateia” (*DIÁRIO DO POVO*, 17 set. 2013).

5.2.8 Outras temáticas

Além das sete temáticas predominantes em *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, itens 5.2.1 a 5.2.7) outras categorias aparecem ao longo do *corpus*, com 15 menções ou 16,66%, **Tabela 1**. Neste caso, para fins de descrição, recorrem-se àquelas com maior presença e frequência, seguindo as diretrizes de Bardin (1977). Como mencionadas em momento anterior, são elas: habitação, educação, alimentação, justiça, cultura e saúde. *O Dia* dá ressonância à educação em editorial publicado, em 3 de setembro de 2013, com o título “A missão de educar”. O ponto central é a responsabilidade dos pais na formação dos filhos. O assunto justiça está contemplado no editorial “Ignorada a voz do povo” (*O DIA*, 19 set. 2013), quando o artigo portavoz do jornal discorda da decisão do STF quanto à concessão de novo julgamento para os condenados do “mensalão”.

Quanto ao *Meio Norte*, alimentação é tema do editorial “Baratear a comida”, de 16 de setembro de 2013. Ao tempo em que discute os preços mais altos para os alimentos, coloca a retomada da agricultura familiar como alternativa de barateamento. Mais adiante, “O tamanho da tragédia” faz um alerta sobre a urgência de medidas contra a expansão do *crack*, que sem dúvida, representa uma questão de saúde pública. E mais, demanda estudos minuciosos sobre

tratamentos de usuários e métodos de combate aos traficantes, uma vez que quatro em cada 10 usuários estão no Nordeste (*MEIO NORTE*, 20 set. 2013). Em “Ainda o adensamento urbano”, o editorialista trata de questões relacionadas com habitação, discutindo a aglomeração urbana da capital Teresina, com a construção de unidades habitacionais em áreas centrais da cidade, o que requer vigilância do Poder Público (*MEIO NORTE*, 23 set. 2013).

O jornal *Diário do Povo*, no texto “Médicos e reféns”, de 1 de setembro de 2013, discute a vinda dos médicos cubanos para o Brasil em tom crítico e de atenção, devido às condições escravistas impostas aos profissionais pelo regime de Cuba, incluindo a impossibilidade de as famílias os visitarem ou eles viajarem para outros locais, salvo a Ilha. A temática cultura, por seu turno, está no editorial “E a cultura?!” , 26 de setembro de 2013, com ênfase para a valorização dos valores piauienses.

5.3 Editoriais: temáticas / categorias de análise / palavras-chave

Para facilitar a compreensão didática, no que concerne à execução dos objetivos operacionais mencionados na introdução de “Aspectos de regionalização na imprensa piauiense: olhar sobre o editorial dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí”, o **Quadro 9** apresenta visão panorâmica (e, por isso, ampla e exaustiva) da análise frente às temáticas antes discutidas, item 5.2; às categorias de análise; e às palavras-chave mais recorrentes. São procedimentos coincidentes com as diretrizes da teórica clássica Laurence Bardin (1977), quando faz alusão aos itens não necessariamente sequenciais: recorte (seleção das unidades de registro ou unidades amostrais); enumeração (modos de contagem); categorização (distribuição em grandes classes de análise); explanação sobre os dados obtidos.

Quadro 9 – Editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*: temáticas / categorias de análise / palavras-chave, ano 2013

JORNAL O DIA – EDITORIAIS			
TÍTULO	TEMÁTICA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	PALAVRAS-CHAVE
Violência na escola.	Violência.	Aumento de violência nas escolas e carência de políticas públicas eficazes para combater a violência.	Teresina. Município.
O b-r-o-bró começou.	Meio ambiente.	Aumento de temperatura no Piauí e parte do Nordeste.	Nordeste. Sertão. Semiárido. Teresina.
A missão de educar.	Educação.	Responsabilidade dos pais na educação dos filhos.	Comunidade. Povo norte-americano.
Em defesa da mulher.	Violência.	Prevenção da violência contra a mulher por meio de sistema de monitoramento.	Piauí. Espírito Santo. Estado (territorial).
Aberto já.	Política.	Necessidade de mudanças de atitudes dos políticos.	Brasília. Parlamento brasileiro. Governo Federal. País.
Falta água e energia.	Desenvolvimento.	Urgência de investimentos em água e luz em Teresina.	Piauienses. Bairro Ininga. Zona Leste. Área nobre de Teresina. Moradores do Saci. Bairro Macaúba. Bairros. Eletrobras.
O brasileiro e os gritos por independência.	Política.	Alusão ao dia da Independência: avanços e conquistas do país.	Portugal. Brasil. Várias cidades do país. Brasileiros.
Desfile cívico.	Política.	Crítica à representatividade do desfile de 7 de setembro.	Brasil. Governo do Estado. Avenida Marechal Castelo Branco.
O recurso e a gestão.	Política.	Falta de capacidade técnica de gestores públicos do Piauí.	Municipal. Brasil. Prefeitos piauienses. Piauienses. Estados (território).
Fim de jogo.	Saúde.	Menção de suicídios no país.	Interior de São Paulo.
Piauí em chamas.	Meio ambiente.	Aumento de incêndios na zona rural e cidades do Piauí.	Capital. Estado. Zona Leste de Teresina. Centro da capital. Zona rural. Cidade. Piauí. Estados (território). Entre os Estados. Estados da Federação. Interior do Piauí.
Tragédias pessoais e coletivas.	Trânsito.	Acidentes de trânsito causados por veículos inadequados para circular.	Povo norte-americano. 11 de setembro. Famílias piauienses. Estados Unidos. Piauí. Cidade.
Cultura do erro.	Trânsito.	Incremento de infrações de trânsito em Teresina.	Teresinenses. Capital.
Assinatura falsa.	Política.	Comportamento ilícito de políticos brasileiros.	Presidenta Dilma Rousseff. Nação. Estados (território).
Depósito de gente.	Segurança pública.	Condições inadequadas das unidades prisionais do Piauí.	Segurança pública piauiense. Sindicato dos Policiais Cíveis de Carreira do Estado do Piauí (SINPOLPI).

Radiografia do trânsito.	Trânsito.	Estatísticas de imprudências no trânsito no Piauí como um todo.	Teresina. Estados (território). Condutores piauienses. Piauienses.
Justiça é outra coisa.	Violência.	Violência em decorrência de assaltos.	Bairro Morada do Sol. Estados (território).
Falta de investimentos.	Trânsito.	Necessidade de melhorias no transporte público de Teresina.	Linha Mocambinho. Assembleia. Empresas teresinenses.
Ignorada a voz do povo.	Justiça.	Atuação do Supremo Tribunal Federal quanto a novo julgamento para condenados do “mensalão”.	Supremo Tribunal Federal.
Falta prevenção.	Meio ambiente.	Consequências motivadas por incêndios em Teresina.	Capital. Piauienses. Parque Zoobotânico. Polo Industrial Sul de Teresina. BR 316. Região. Avenida Miguel Rosa. Cidade. Teresinenses.
Sufrimento temporário.	Saúde.	Emissão de monóxido de carbono (CO) com altas temperaturas e com produção de caieiras em Teresina.	Piauienses. Nossas cidades. Pontos da cidade (Teresina). Cidade.
Protegendo o meio ambiente.	Meio ambiente.	Preservação do leito dos rios e repúdio a desmatamentos em Teresina.	Ponte Rodoviária. Bairro Tabuleta. Zona Sul de Teresina. Rede Ambiental do Piauí (Reab-PI). Teresina. Dia Mundial Sem Carro. Prefeitura de Teresina. Pedala Teresina.
Morosidade na justiça.	Justiça	Acúmulo das demandas do Poder Judiciário.	População piauiense. Estados (território). Constituição Federal. Piauienses. Brasileiros. Mundial. Poder Público municipal, estadual, federal.
Telecomunicações.	Segurança pública.	Lei estadual do Piauí considerada inconstitucional pelo STF.	Lei estadual. Piauí. STF. União.
Doação de órgãos.	Saúde.	Relevância da doação de órgãos.	São Paulo. Brasileiros. Semana Nacional de Doação de Órgãos.
Violência contra a mulher.	Violência.	Violência contra a mulher e ineficiência de dados no Piauí.	Piauí. Estado brasileiro (Piauí dentro do Brasil). Estados (território).
Polícia na rua.	Segurança pública.	Exaltação à atuação da polícia.	Comunidades. Morros cariocas. Estado. Governo.
Poluição e Poti.	Meio ambiente.	Necessidade de preservação do rio Poti.	Rio Poti. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ministério Público Federal. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Teresina. Zona sul de Teresina
Improvisando justiça.	Segurança pública.	Falta de investimentos em unidades prisionais e ineficiência da segurança	Nosso Estado (território). Tribunal de Justiça do Estado. Estado. Governo.

		pública do Piauí.	
Notícias do final de semana.	Trânsito.	Aumento de acidentes de trânsito em Teresina causados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas.	Pontos da cidade. Cidade. Avenida Raul Lopes.
JORNAL MEIO NORTE – EDITORIAIS			
TÍTULO	TEMÁTICA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	PALAVRAS-CHAVE
Resgatar dinheiro sujo.	Política.	Roubo de dinheiro público.	Brasileiros. Estado (Governo). País.
Otimismo com razão.	Economia.	Consequências da inflação e o setor agropecuário como alternativo.	PIB brasileiro. Estados Unidos. Zonas do euro. Brasil.
Futuro econômico e energia.	Economia.	Falta de investimentos no setor energético <i>versus</i> economia.	Piauí. Crescimento econômico do Estado. Áreas do Piauí.
Negócios e irrigação.	Economia.	Potencial e benefícios da agricultura irrigada.	Ministro da Integração Nacional. São João do Piauí. São Francisco do Piauí. Piauí.
A água sob risco.	Meio ambiente.	Investimentos para água de qualidade x preservação de rios.	Agência Nacional de Águas (ANA). Nordeste. Minas Gerais. Rio Poti. Rios Longá e Canindé. Estado (Governo).
Salvação orgânica.	Economia.	Benefícios do agronegócio orgânico e da irrigação.	Semiárido do Piauí. Piauí.
Amadurecimento democrático.	Política.	Alusão ao dia da Independência: avanços e conquistas do país.	Brasil. País. Debate amplo e nacional.
Trânsito e transporte público.	Trânsito.	Necessidade de melhorias no transporte público de Teresina.	Teresina. Timon. Área conturbada. Cidades. Prefeitura de Teresina. Capital do Piauí.
Agricultura e mercado.	Economia.	Potencial da agricultura familiar.	Piauí. Estado brasileiro. Piauienses. Local.
Recursos carimbados.	Política.	Atuação do Governo na aplicação de <i>royalties</i> .	Presidenta Dilma Rousseff.
A arte de ousar.	Desenvolvimento.	Medidas para promover o desenvolvimento do Estado / de Teresina.	Teresina. Cidade. Centro regional.
Menos Estado, mais família.	Trânsito.	Aumento de acidentes envolvendo jovens e a responsabilidade dos pais.	Estado (Governo). Piauí.
Violência crescente.	Violência.	Aumento da violência em Teresina e Parnaíba em decorrência do tráfico de drogas.	Piauí. Estados brasileiros. Santa Catarina. Aglomerados urbanos do Estado (território). Teresina. Parnaíba. Comunidade. Áreas periféricas de Teresina.
Sobre política e mudanças.	Política.	Sobre a postura dos políticos.	Brasil.

Chega de prúdos estadistas.	Desenvolvimento.	Carência de investimentos em água e luz no Estado [território].	Estados (território). AGESPISA. Eletrobras. Piauí.
Baratear a comida.	Alimentação.	Aumento do preço dos alimentos. Agricultura familiar como alternativa.	Piauí. Estados (território). Cidades do Estado. Brasileiros.
Ápice da violência.	Violência.	Aumento da violência no país / descrença no poder do Estado [Governo].	Estado (Governo). Brasil.
Serviços e investimentos.	Desenvolvimento.	Carência de investimentos em água e luz no Estado.	AGESPISA. Eletrobras. Piauí. Prefeitura de Teresina. Brasília. Alagoas. Acre. Amazonas. Rondônia. Roraima. Estado (Governo).
Novo pacto.	Violência.	Aumento da violência em decorrência de acidentes de trânsito, homicídios e sistema prisional precário.	Estados (território). Cidade. Piauí (confunde-se Piauí com cidade [Teresina]).
O tamanho da tragédia.	Saúde.	Uso e tráfico de drogas.	Brasil. Nordeste. Capitais da região.
Educação, futuro e riqueza.	Economia.	Desenvolvimento com investimentos em educação no país.	Presidenta Dilma Rousseff. País. Brasil. União. Estados. Municípios.
A boa educação.	Educação.	Necessidade de mais investimentos na educação do país.	Brasil. Ensino público brasileiro. Teresina. País. Educação brasileira.
Ainda o adensamento urbano.	Habitação.	Desenvolvimento habitacional por meio do adensamento urbano.	Prefeitura de Teresina. Cidades brasileiras.
Segurança como qualidade.	Segurança pública.	Falta de investimentos no setor de segurança pública no país. Desatenção para investimentos na polícia.	Brasil. País.
Pesquisa agrícola.	Economia.	Benefícios da produção agropecuária.	Piauí. Estado. Bahia. Maranhão. País. Clima do Nordeste. Produção agropecuária do Nordeste. Região.
O que está faltando.	Desenvolvimento.	Carência de investimentos no sistema de abastecimento de água do Estado [território].	Deputados estaduais do Piauí. Estados (território). Teresina. Outras cidades do interior. Estado do Piauí.
Cobras no caminho.	Economia.	Carência de investimentos em produção agrícola.	Brasil. Bom Jesus. Agricultura brasileira. Tabuleiros de Bom Jesus. Piauí. Tocantins. Bahia. Maranhão. Regiões com o Piauí. Municípios de Bom Jesus, Uruçui e Baixa Grande do Ribeiro. Cerrado piauiense.
Um velho problema.	Violência.	Violência contra a mulher.	Estado (Governo). Cultura brasileira.
Campo mais produtivo.	Desenvolvimento.	Carência de investimentos na agricultura familiar do	Áreas do Estado (território). Recursos do erário.

		Piauí.	
Conservar águas subterrâneas.	Meio ambiente.	Preservação de reservas de águas subterrâneas no Piauí.	Piauí. Restante do Nordeste. Regiões brasileiras. Região de Picos. Estado. Piauí.
JORNAL DIÁRIO DO POVO – EDITORIAIS			
TÍTULO	TEMÁTICA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	PALAVRAS-CHAVE
Médicos e reféns.	Saúde.	Vinda dos médicos cubanos para o Brasil.	Brasil. Cubanos. Regime brasileiro. Miami. Argentinos. Portugueses. Governo brasileiro. Salário brasileiro. Cuba. Governo cubano. Governo brasileiro. Bolívia
Uma polícia que mata...	Segurança pública.	Questiona a ação da polícia no combate à criminalidade no Piauí e em Teresina.	Rede Globo de Televisão. São Paulo. Rio de Janeiro. Brasil. Polícia paulista. História brasileira. Piauí. Governador do Estado. Banco do Brasil. Secretário Estadual de Segurança. Bairro Água Mineral. Cidade de Miguel Alves.
Outros tempos, outros conceitos.	Política.	Crítica à política social no país / mau uso dos recursos públicos.	Governo Federal. Nação. Brasil. Situação internacional. País. Brasil.
Convenções do asilo.	Política.	Entraves de anistia política no Brasil.	Brasil. Situação internacional. Países. Convenções internacionais. Governo brasileiro. País. Nação. Ditadura Militar brasileira. Tratado internacional. Países europeus. Política do Brasil. Dilma Rousseff. Bolivianos. Cubanos. Venezuelanos. Equatorianos. Vida latino-americana. Senador boliviano. Presidente Evo Morales. Bolívia.
A praça é o povo.	Política.	Intervenção do Poder Público municipal em Teresina.	Poeta baiano Castro Alves. Prefeito Firmino Filho. Praça do Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA). Centro da cidade. Teresina. Cidade. Centro de Teresina. Sociedade teresinense. Nova capital. Moda europeia. Rio Parnaíba.
Está tudo muito bem...	Política.	Inoperância de gestores públicos do Piauí e do Governo do Estado.	Piauí. Universidade de São Paulo. País. Região Norte. Cidades históricas. Médio Parnaíba. Sul. Solo piauiense. Região de Gilbués. Pio IX. Nosso Estado. Piauienses. Governo

			Federal. Famílias piauienses. População local.
Aos olhos da vantagem.	Política.	Questionamento sobre atuação do Governo do Piauí / crítica aos arranjos e rearranjos políticos.	Governo do Estado. Teresina. Ponte JK. Caciques políticos do interior. Liderança nacional. Universo político do Estado. São João do Piauí.
Barulho insuportável.	Meio ambiente.	Falta de fiscalização da poluição sonora em Teresina e em cidades do interior.	Capital. Cidades do interior. Cidades interioranas. Zona leste (Teresina). Comunidade. Bairros da periferia. Cidades.
Os protestos na Independência.	Educação.	Carência de investimentos em educação.	Independência brasileira. Povo brasileiro. País. Brasileiros. Padrão europeu. Brasil.
Permanência incomum.	Política.	Crítica às promessas de campanhas por políticos do país.	Política.
No rastro da enganação.	Saúde.	Forjamento dos índices de mortalidade infantil em Cuba.	Saúde cubana. Cuba. Organização Mundial de Saúde. Ilha caribenha. Dilma Rousseff. Bedel cubano. Estados Unidos. Barack Obama. Nação mais rica do planeta. Ilha.
Retaliação à vista?!	Política.	Sobre a postura de políticos do Piauí.	Tribunal de Contas do Estado. Órgãos públicos piauienses. Deputados estaduais. TCE / PI. Poder Legislativo do Estado.
O país.	Política.	Crítica à ação de políticos corruptos no país.	Brasil. Nosso país. Lugar do planeta. Procuradoria Geral da República. Supremo Tribunal Federal. Corte Judiciária do país. País.
Indicação da “ilha da fantasia”.	Política.	Conduta aética de políticos brasileiros.	Congresso Nacional. País. Assembleia Legislativa do Estado. Rede Globo. Piauí. Globo.
Melhores práticas.	Política.	Práticas positivas e condutas de políticos piauienses.	Políticos piauienses. Território de origem. Rede Globo. Deputados federais. País.
O mensalão e o Supremo.	Política.	Crítica ao novo julgamento dos condenados do “mensalão”.	STF. Sociedade brasileira. Autoridades brasileiras. Congresso Nacional. Cancun. Tailândia. Planeta.
Assalto e reação.	Segurança pública	Falta de investimentos e prioridades para a segurança no Piauí.	Zona sul de Teresina. País. Estado (Governo).
Em que direção?!	Desenvolvimento.	Falta de investimentos no fornecimento de água e a falta de gerência do Estado (Governo) para com o	Teresina. Estados (território). AGESPISA.

		assunto.	
O que não precisamos.	Desenvolvimento.	Falta de investimentos no setor de energia do Piauí.	Estrutura energética do Estado. Piauí. Parque Industrial de Teresina. Polo sul. Bancada piauiense. Lugar da capital (localização). Cidade do interior. Deputado federal. Deputado piauiense.
Sistema anárquico.	Política.	Ingerência de governantes do Piauí.	País. Capital federal. Municípios. Presidência da República.
O transporte como solução.	Trânsito.	Carência de investimentos em transportes públicos.	População teresinense. Pontos da cidade. Teresina. Várias capitais. Grandes cidades brasileiras. Mundo inteiro. Capital. Países da Europa. Teresinenses. Países desenvolvidos. Bairros da cidade.
Mais rigor.	Política.	Crítica à atuação de políticos brasileiros e piauienses.	Políticos brasileiros. Piauienses. Piauí. Brasil. Municípios.
Pelo sossego público.	Meio ambiente.	Desrespeito à lei do silêncio no país.	Câmaras Municipais. Toda cidade. Toda comunidade. Bairro. Localidade rural.
Discurso que se renova.	Política.	Atuação insatisfatória do Governo do Estado do Piauí na captação de recursos junto ao Governo Federal.	Cidade de Caxias. Maranhenses (povo). Governo do Estado. Recursos estaduais. Estados federais. Teresina. Nossa capital. Estado vizinho. Rodovia federal. Cidade do interior. Economia regional. Estados (território). Piauí. Deputados federais.
Os “comensais” da morte.	Violência.	Crime organizado no Piauí.	Piauí.
E a cultura?!	Cultura.	Importância da valorização da cultura piauiense.	Cultura piauiense. Nossa história. Nossos valores. Aldeia global. Uganda. País. África. Estados Unidos. Nação norte-americana. Outros Estados. Nossa própria seara. Outras Unidades da Federação. Nações estrangeiras. Nossos autores. Nossa ancestralidade. Nossos “causos” e lendas. Estados (território). Nossa aldeia. Nossa identidade. Nossa cultura.
Um diário plural.	Desenvolvimento.	Atuação do jornal <i>Diário do Povo</i> no Piauí.	Jornalismo piauiense. Piauí. Estado. Comunidade. Sociedade piauiense.

Propaganda x investimento.	Violência.	Falta de investimentos no setor de energia do Piauí.	Governo piauiense. Ministro das Minas e Energia. Áreas periféricas de Teresina.
O palco do “banguê banguê”.	Política.	Impunidade da criminalidade no Piauí.	Estados (território). Piauí. Poder provincial. Ex-prefeitos. Prefeitos piauienses.
Obras que resistem.	Política.	Crítica à atuação do Governo do Piauí no tocante a má qualidade das obras de estradas.	História do Piauí. Estados (território). Piauí. Rio Poti. Rodovias estaduais. Estado. Banco do Estado do Piauí. Capital. Região sul de Teresina. Área da cidade. Piauí.

Fonte: Crédito direto do autor, 2013 / 2014.

Tomando como referência o **Quadro 9**, segue descrição quantitativa que mostra a incidência das palavras-chave mais recorrentes, exatamente as sete com índices mais elevados, além de citadas em comum pelos três jornais, **Tabela 2**.

Tabela 2 – Palavras-chave com maior frequência nos editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, ano 2013

PALAVRAS-CHAVE	JORNAIS						TOTAL	
	<i>O DIA</i>		<i>MEIO NORTE</i>		<i>DIÁRIO DO POVO</i>		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%
Piauí	6	5,13	10	8,32	12	5,15	28	5,95
Brasil	3	2,55	7	5,84	8	3,43	18	3,83
Estados (território)	7	5,99	5	4,17	6	2,57	18	3,83
País	1	0,86	5	4,17	10	4,29	16	3,40
Estado (Governo)	3	2,55	7	5,83	5	2,15	15	3,19
Teresina	6	5,13	5	4,17	4	1,72	15	3,19
Piauiense	4	3,43	1	0,83	2	0,86	7	1,50
Outras palavras	87	74,36	80	66,67	186	79,83	353	75,11
TOTAL	117	100	120	100	233	100	470	100

Fonte: Crédito direto do autor, 2013 / 2014.

Outras *keywords*, a exemplo de cidade, comunidade, brasileiro, nação, Presidente Dilma Rousseff, Prefeitura de Teresina e muitas outras aparecem computadas na categoria – outras palavras. Eis o agrupamento que alcança o percentual mais significativo, qual seja, 75,11%, que corresponde a uma dispersão de 353 termos adotados dentre as 470 palavras arroladas no conjunto total das palavras-chave, como descritos no **Quadro 9**. Tal dispersão não é em si mesma um ponto negativo, haja vista que aponta uma provável distinção no tratamento jornalístico dos temas constantes dos editoriais, ainda que eles coincidam em distintos e variados momentos, como no caso da mulher que atropela o agressor ou em questões alusivas à classe política, à precariedade da energia e água no Estado e assim sucessivamente.

E mais, dentro das expectativas, as palavras-chave mais usuais se direcionam, sobretudo, para as dimensões nacionais – (Brasil) e Estados (território) – , com o mesmo índice de 3,83%, cada, seguidos de perto por País, com 3,40%. Os elementos que conduzem à dimensão local, no caso particular do Piauí, ocupa o primeiro posto, com 28 pontos (5,95%), enquanto Estado (Governo) e Teresina recebem 15 menções, ou seja, 3,19%, cada um dos itens (**Tabela 2**).

5.4 Editoriais: dimensões espaciais e palavras-chave

As quatro dimensões espaciais analisadas – global, nacional, regional e local – constam em estudos de autores, como Haesbaert (2010); Hall (2005); Ianni (1999); Lima (2007; 2008); Martín-Barbero (2003); Peruzzo (2002; 2005), dentre outros. A fim de verificar de que modo a dimensão sobre o regional está nos editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, é preciso englobar na análise a presença de outras dimensões espaciais, seguindo a lógica do contraponto. É inevitável traçar referenciais quando da delimitação de quaisquer umas dessas dimensões, uma vez que sua observância envolve não enfrentamentos, mas tensões que podem ser equilibradas.

5.4.1 Editoriais: dimensão global

Ao longo dos 90 editoriais dos três jornais, observa-se a presença de conteúdos, cujo foco está voltado para o global, não obstante a baixa presença e a pouca frequência (BARDIN, 1977) de aparição nos editoriais. Aspectos do global podem ser percebidos, segundo Ianni (1999, p. 44), quando da amplitude do globalismo, em que subsistem as “forças sociais, as controvérsias políticas, as opções econômicas e os movimentos da história”. Essa corrente teórica dá margem para se alcançar maior diversidade temática. Exemplo: o editorial do *Diário do Povo*, “No rastro da enganação” (11 de setembro de 2013), em meio à discussão sobre a vinda de médicos cubanos

contratados pelo Governo Federal brasileiro, trata dos índices de mortalidade infantil em Cuba, apontados como menores do que os dos EUA e do Brasil, ou seja, o contexto internacional é inserido na temática saúde. No caso, o global é utilizado muito pouco pelos jornais (duas únicas menções, **Tabela 3**) como contraponto de reforço para outras dimensões, apesar de os índices nacionais de mortalidade também constarem do texto. A tendência ao global também está presente graças às palavras-chave (**Quadro 9**) que remetem à dimensão global, como: Cuba, Organização Mundial de Saúde, Estados Unidos [da América].

Tabela 3 – Editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*: dimensões espaciais, ano 2013

JORNAIS	DIMENSÃO								TOTAL	
	GLOBAL		NACIONAL		REGIONAL		LOCAL		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>O Dia</i>	1	50,00	7	25,93	11	26,82	11	55,00	30	33,33
<i>Meio Norte</i>	--	--	11	40,74	15	36,59	4	20,00	30	33,33
<i>Diário do Povo</i>	1	50,00	9	33,33	15	36,59	5	25,00	30	33,33
TOTAL	2	100	27	100	41	100	20	100	90	100

Fonte: Crédito direto do autor, 2013 / 2014.

A globalização aproxima nações e reduz a extensão de barreiras geográficas (VILCHES, 1997), fragmentando muito mais o mundo por conta da deslocalização que o global acarreta, como Martín-Barbero (2003) acredita. Para ele, mesmo assim, o global pode ser capaz de proporcionar a revalorização do local como esfera, na qual se resiste, e, ao mesmo tempo, a globalização é complementada. No entanto, como a **Tabela 3** prova, o estudo dos editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* atesta certa inabilidade ou falta de interesse e de motivação dos diários para desenvolverem temáticas cujo viés principal esteja voltado para o global, como mecanismo de valorização do regional e do local. Não basta dar ênfase ao global de maneira genérica. É preciso deixar claro que aquele veículo de comunicação, por meio de seu editorial, na condição de porta-voz oficial, como Marques de Melo (2003) afirma, é capaz de tirar proveito do global em favor das outras dimensões.

5.4.2 Editoriais: dimensão nacional

Em contraposição, a dimensão nacional é constante nos periódicos analisados. É utilizado como contraponto para valorizar aspectos do regional, até porque, como Ianni (1999, p. 44) argumenta, o nacionalismo é “uma força social, econômica, política e cultural decisiva”. Em outras palavras, a presença do nacional nos textos opinativos analisados em *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* se justifica devido à força e à importância desta dimensão, ao permitir a construção de parâmetros para fins predeterminados.

A ancoragem territorial ressaltada por Martín-Barbero (2003) possibilita entender que, no momento em que os editoriais fazem menção ao Brasil, revelam sua percepção em torno da questão territorial. Afinal, o país é territorialmente delimitado em confronto a quaisquer outras nações do globo. Como Marques de Melo (2009) infere, o território, amparado numa lógica política-administrativa, é levado em conta. No entanto, ao longo das discussões teóricas, vê-se que aspectos socioculturais sobrevividos do nacional merecem menção, como Albuquerque Júnior (2006); Hall (2005); e Peruzzo (2002) aquiescem. A noção de território, espaço geográfico, permite apreender não apenas a dimensão nacional, mas também as outras que, a partir dela, podem ser contrapostas.

Os editoriais do *Meio Norte*, por exemplo, com 11 (40,74%) pontos em temáticas sobre política, violência, economia e educação recorrem a facetas que valorizam a dimensão nacional, sobretudo, em confronto com o *Diário do Povo* (nove = 33,33%) e *O Dia*, com sete casos, que correspondem a 25,93%, **Tabela 3**. Ou seja, os dois últimos utilizam muito pouco um fato ou uma situação em nível nacional para chegar até a questão regional ou local. Em contraposição, “Sobre política e mudanças” do *Meio Norte*, ao criticar, com veemência, a postura aética dos políticos, em nenhum momento, faz alusão direta aos representantes piauienses. Todos os enfoques são de dimensão nacional, tanto que Brasil é a única palavra-chave relacionada com o nacional (**Quadro 9**):

Quanto mais houver entre os agentes políticos – com ou sem mandato – a consciência de que a sua ação é mais para servir e menos para ser servido, maior será o respeito que o eleitor dispensará ao Governo e ao Poder Legislativo em todos os seus níveis e esferas (*MEIO NORTE*, 14 set. 2013).

Essa tendência “equivocada” ocorre em qualquer regime, inclusive em democracias mais consolidadas. Em regimes não democráticos ou em democracias jovens – caso do Brasil – a incapacidade de ver para além do microcosmo consiste em poderoso impeditivo à emergência de

uma classe política mais ciosa de suas obrigações diante do progresso social e econômico, o que pressupõe combater a corrupção e evitar quaisquer práticas nocivas às coletividades.

Outro exemplo que ratifica a pouca referência ao elemento nacional para alcançar o regional e / ou o local, haja vista a magia das pessoas por fatos próximos e que mantêm íntima relação com seu dia a dia (MOTA; CALLOU, 2011), é registrado no editorial “A boa educação”, *Meio Norte*. O enfoque vai para aspectos variados da educação brasileira, como a função e os benefícios da escola em tempo integral; e qualificação e remuneração do corpo docente. Teresina aparece somente como “pano de fundo”, como antevisto no trecho ora transcrito: “[...] Aliás, é preciso lembrar que cidades como Teresina já ultrapassaram a meta do MEC [Ministério da Educação], o que indicaria também outras necessidades [...]” (*MEIO NORTE*, 22 set. 2013). Aqui, as palavras-chave (**Quadro 9**) relacionadas à dimensão nacional são: Brasil; ensino público brasileiro; Teresina; país; educação brasileira.

Enfoques que privilegiam a dimensão nacional também são veiculados em *O Dia*, mas com menos frequência se comparados à presença evidenciada no *Meio Norte*, como mencionado há pouco. No entanto, situações similares como as identificadas no jornal *Meio Norte*, recorrendo ao aspecto nacional sem correlacioná-lo a outros, seja regional ou local, até para servir de contraste, podem ser mapeadas. O editorial “Fim de jogo” (*O DIA*, 10 set. 2013) comprova tal concepção: relembra o suicídio de um músico brasileiro e a ocorrência de um suicídio coletivo, no interior do Estado de SP. A única palavra-chave inserida no editorial é – interior de São Paulo.

Outra matéria de *O Dia*, 5 de setembro de 2013, que privilegia tão somente a dimensão nacional, sob o título “Aberto Já”, questiona o comportamento dos políticos brasileiros, em geral, mas sem direcionar a uma perspectiva regional ou local, principalmente, quando se sabe que tais dimensões podem se entrecruzar, conforme palavras de Haesbaert (2010, p. 3):

[...] se vivemos o tempo de fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, “regiões” minimamente coerentes deste todo espacial pretensamente globalizado?

Em “Aberto Já”, as palavras-chave que revelam a dimensão mais privilegiada, são: Brasília; Parlamento brasileiro; Governo Federal; e país (**Quadro 9**).

No *Diário do Povo*, seus editoriais, inclusos na dimensão nacional, também seguem o viés discutido anteriormente. Destacam assuntos na esfera da temática política, por exemplo, cuja centralização gira quase sempre no contexto nacional. Em “Convenções do asilo”, de 4 de setembro de 2013, o editorial trata do asilo político como recurso de convenções internacionais,

referenciando o que acontece no país. Quais os efeitos da anistia política nas regiões? Houve casos de políticos piauienses que tentaram lançar mão do recurso? São questionamentos / parâmetros que podem ser empregados e que justificam as numerosas palavras-chave correspondentes: Brasil; situação internacional; países; convenções internacionais; Governo brasileiro; país; nação; Ditadura Militar brasileira; tratado internacional; países europeus; política do Brasil; Dilma Rousseff; bolivianos; cubanos; venezuelanos; equatorianos; vida latino-americana; senador boliviano; presidente Evo Morales; e Bolívia (**Quadro 9**).

O caso do senador boliviano que pediu asilo ao Brasil e passou 445 dias enclausurado na embaixada, correndo risco de vida, podendo a qualquer momento ser morto por alguma milícia a serviço do presidente Evo Morales num processo de resgate que poderia comprometer também a vida dos funcionários daquela embaixada [...] É uma afronta às convenções internacionais de defesa dos direitos humanos (*DIÁRIO DO POVO*, 4 set. 2013).

Em outro editorial, “Indicação da ‘ilha da fantasia’”, de 14 de setembro de 2013, o *Diário do Povo* aproxima as dimensões nacional e regional, quando discorre sobre a conduta dos representantes do povo brasileiro. No entanto, fica perceptível que a dimensão regional / local – menção a um deputado federal piauiense, que lança mão de dinheiro público – conquista pouco espaço de discussão na extensão do editorial como um todo. A perspectiva é mais presente no texto opinativo do dia seguinte, “Melhores práticas”, que pormenoriza a conduta de políticos do Piauí e o mau uso do dinheiro público, teor perceptível desde o início do editorial:

Alguns políticos piauienses têm mesmo muita força em seu território de origem. Tanto que, mesmo envolvidos em escândalos de repercussão nacional, alguns veículos não dão sequer uma pequena linha sobre o assunto ou então emissoras de rádio e tevê não fazem nenhuma citação. Ou será que isso é algo mais do que força política?! E de onde vem tanto poder?! (*DIÁRIO DO POVO*, 2013, 15 set. 2013).

A presença e frequência das palavras-chave que identificam a dimensão predominante nos citados editoriais dos dias 14 e 15 de dezembro sofrem contrastes perceptíveis. No dia 14, em “Indicação da ‘ilha da fantasia’”, as *keywords* são: Congresso Nacional; país; Assembleia Legislativa do Estado; Rede Globo; Piauí; e Globo. Para o dia 15, eis as palavras representativas: políticos piauienses; território de origem; Rede Globo; deputados federais; e país (dimensão nacional). Vê-se que ora se aplicam à dimensão nacional, como Congresso Nacional; Rede Globo; Globo; deputados federais; e país; ora se aplicam à dimensão regional e local, como Assembleia Legislativa do Estado; Piauí; políticos piauienses; e território de origem (**Quadro 9**).

5.4.3 Editoriais: dimensão regional

Antes de dissertar sobre como as questões de regionalização aparecem em *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, é mister relembrar que a identificação da dimensão regional também é determinada a partir de outros referenciais ou de outras dimensões que servem de contraponto, como o global e o nacional. Para Peruzzo (2002), a globalização não prejudica a identificação de regionalidades. No espaço regional, é possível avaliar melhor os elementos de proximidade, não importa sua natureza. Podem ser geográficos, culturais, sociais e de identidade. Constituem uma identidade que, segundo Hall (2005, p. 13), traz elementos oriundos à imbricação de duas ou mais dimensões. É possível manter uma identidade regional resguardando elementos de uma identidade nacional, mesmo que de forma temporária. “À medida que os sistemas de significações e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”, diz o autor.

Quando se pensa o regional, é importante ratificar que também pode ser visto por meio da concepção de região, em sua condição de entidade geográfica, como Haesbaert (2010) argumenta, ou ainda, como espaço construído não apenas graças às intervenções do homem, mas, segundo Albuquerque Júnior (2012), também por conta da ação discursiva, como discutido em capítulos anteriores. A demarcação geográfica das regiões aparece desde estudo de Marques de Melo (2009) sobre o enfoque midiático em diferentes regiões do país, em que um dos intentos centrais, à época, é corroborar as identidades comunicacionais das regiões e projetá-las em âmbito global explorado pelos sistemas midiáticos.

Para Haesbaert (2010, p. 2), a delimitação espacial favorece a regionalização como “processo de diferenciação e / ou de recorte do espaço em parcelas coesas e articuladas”. A definição de região pode, por exemplo, seguir a lógica da divisão territorial do país adotada pelo IBGE (1990, 2013), que estabelece mesorregiões e microrregiões. Uma mesorregião pode ser determinada com base em fatores, como processo social, aspectos naturais, redes de comunicação e de lugares que garantem certa articulação no interior do espaço delimitado. A este respeito, Marques de Melo (2009) afirma que uma mesorregião, ao ser decidida pela contiguidade geográfica, passa a constituir fragmento composto por parcelas de territórios com identidade comum. Enquanto isto, Peruzzo (2002) insiste na existência de outros tipos de territórios, de base cultural, ideológica, de idiomas ou de circulação do fluxo informacional.

Retoma-se, ainda, o argumento de que a região abrange outra visão, como a que reúne num determinado espaço geográfico o potencial do regional, levando em conta elementos contidos na dimensão simbólica, como Haesbaert (2010) sustenta. Este aspecto é também

perceptível no momento em que Marques de Melo (2009) propõe divisão regional para o Brasil que inclui a inserção do viés identidade, não obstante o enfraquecimento da identidade nacional e o fortalecimento de identidades mais particulares (HALL, 2005).

Os editoriais avaliados de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* se ajustam à visão de que centralizam temáticas numa delimitação espacial: Piauí; cidades do interior do Estado ou mesmo o PI em confronto com outras Unidades da Federação. O alto índice de temáticas nacionais sem contraponto com questões regionais é surpreendente tanto em *O Dia* quanto no *Diário do Povo*, com o agravante de que este último centraliza seus conteúdos editorialistas em cobranças administrativas ao Governo do Estado ou à classe política, relegando a participação do cidadão, sem indicações de como ela poderia acontecer. Por outro lado, mesmo com a pouca frequência de temáticas nacionais (**Tabela 3**), *O Dia* explora itens relacionados com a dimensão local, e assim sendo, favorece a subvalorização do elemento regional.

Diante do exposto, os dados da **Tabela 3** mostram *Meio Norte* e *Diário do Povo* com idênticas incidências referentes à dimensão regional (15 menções ou 36,59%, cada) contra 26,82%, *O Dia*. Na análise qualitativa, o *Diário do Povo* é o que parece estender melhor as dificuldades que afetam o PI e sua capital, ao contrário dos dois outros. Por exemplo, no tópico – desenvolvimento –, a falta de investimentos no saneamento e no fornecimento de água e energia do Estado aparece nos três impressos. Porém, há diferenças nítidas quando os editoriais são estudados à luz das modalidades de dimensões apresentadas, se nacional, regional ou local.

No editorial “Serviços e investimentos” do *Meio Norte*, a escassez de água e energia surge no contexto central de Teresina, embora com menção a outros territórios do Piauí. De fato, é um assunto que afeta muitos municípios, e, conseqüentemente, interfere na vida social e econômica da população do Estado:

Na Eletrobras Piauí, nenhum dirigente é capaz de dar garantias de qualidade para a energia fornecida em pontos mais afastados das cidades – o que se configura em má qualidade da energia nas chamadas franjas urbanas de grandes aglomerados populacionais como Teresina (*MEIO NORTE*, 18 set. 2013).

Decerto, devido à abrangência da temática, o texto “Serviços e investimentos” aparece com as seguintes *keywords*: AGESPISA; Eletrobras; Piauí; Prefeitura de Teresina; Brasília; Alagoas; Acre; Amazonas; Rondônia; Roraima; e Estado (Governo). Do outro lado, o editorial de *O Dia*, “Falta água e energia”, trata da má qualidade da água e da luz do Estado, desta vez, porém, sob perspectiva regional. Explicando melhor: o uso do termo – piauienses – constante do editorial, ao lado de outras palavras-chave (bairro Ininga; zona leste; área nobre de Teresina;

moradores do Saci; bairro Macaúba; bairros; e Eletrobras) parece lembrar que a situação de penúria atinge a todos que residem no Estado, incluindo seus 224 municípios:

O certo na rotina do piauiense é que cedo ou tarde ficaremos sem água, sem energia elétrica ou sem os dois. O motivo é o que menos importa.

.....
Na semana passada o rodízio se sofrimento vitimou os moradores do Saci, que passaram horas sem energia elétrica. Dias atrás o sofrimento havia chegado no (*sic*) bairro Macaúba.

A falta d'água é praticamente generalizada, nos bairros mais baixos a população é feliz, pois tem água nas torneiras durante o dia, porque no turno da noite ela se vai (*O DIA*, 6 set. 2013).

Mesmo perante o excesso de críticas aos mandatários do Estado, “O que não precisamos” (*Diário do Povo*) amplia o debate sobre a problemática de falta de energia e suas consequências para o Estado em sua totalidade. Tal amplitude é observável em várias partes do editorial e não somente em trechos pequenos, ratificando que a discussão precisa envolver Governo Federal, Governo do Estado e a bancada federal de deputados piauienses. Isto se comprova diante do emprego de diferentes palavras-chave: estrutura energética do Estado; Piauí; Parque Industrial de Teresina; polo sul; bancada piauiense; lugar da capital (localização); cidade do interior; deputado federal; deputado piauiense.

Prosseguindo, eis trecho que reforça a abrangência do tratamento jornalístico em “O que não precisamos”:

Por isso soou muito estranha a declaração do ministro das Minas e Energia, que numa reunião com a bancada piauiense, adiada por mais de uma semana, declarou que os investimentos estão acontecendo no Piauí. A população é que não está devidamente informada.

Ou seja, toda vez que falta energia em algum lugar da capital ou cidade do interior, onde os problemas são persistentes e massacram uma boa parcela da população (*DIÁRIO DO POVO*, 19 set. 2013).

Outro aspecto registrado nos editoriais é o destaque imposto ao Piauí como Estado brasileiro e como Estado do Nordeste, talvez pela propensão equivocada de pensar o PI em relação à região como uma “pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica”, em palavras literais de Albuquerque Júnior (2006, p. 23). Essa tendência está subjacente nos editoriais dos três periódicos. Em *O Dia*, os exemplos são: “O b-r-o-bró começou” (2 set. 2013); “Piauí em chamas” (11 set. 2013); e “Violência contra a mulher” (26 set. 2013). No *Meio Norte*, em “A água sob risco” (5 set. 2013); “Salvação orgânica” (6 set. 2013); “Baratear a comida” (16 set. 2013); “Pesquisa agrícola” (25 set. 2013); e “Conservar águas subterrâneas” (30 set. 2013).

Dentre os textos do *Diário do Povo*, citam-se os títulos: “Melhores práticas” (14 set. 2013); “Sistema anárquico” (20 set. 2013); “Mais rigor” (22 set. 2013); e “Discurso que se renova” (24 set. 2013).

Há textos editoriais que mencionam outras regiões do Estado, mas sem qualquer resquício de aprofundamento. A intenção é sempre mostrar exemplos de algum fato ou acontecimento. Observa-se tal recorte em editoriais de *O Dia*, de maneira bastante simples. “Sofrimento temporário”, 21 de setembro de 2013, é uma boa amostra. Recorre a expressões, (piauienses; nossas cidades) como referência às demais regiões do PI, mas o foco central continua sendo a capital, como está claro nas demais palavras-chave: pontos da cidade (Teresina); e cidade.

Também a tendência está nos textos analisados do *Meio Norte*, com ênfase para “Negócios e irrigação” (4 set. 2013) e “Cobras no caminho” (27 set. 2013). No *Diário do Povo*, tal concepção é detectada em editoriais, como “Está tudo muito bem...” (6 set. 2013) e “E a cultura?!” (25 set. 2013). Enfatiza-se ser possível focalizar o potencial de desenvolvimento do Piauí como Estado, que possui regiões com singularidades incontestáveis e potencialidades específicas, segundo estudo minucioso de Brito e Costa (2012). Aliás, a bem da verdade, o editorial “Está tudo muito bem...”, antevê regiões fixadas territorialmente (MARTÍN-BARBERO, 2003) no Piauí, como núcleos regionais com traços próprios (IANNI, 1999). É a perspectiva de um todo coeso e articulado que podem ser conectados não somente por demandas territoriais, mas por aspectos que envolvem identidade, costumes, hábitos e idiomas, dentro do previsto e prescrito por autores, à semelhança de Haesbaert (2010); Hall (2005); e Peruzzo (2002).

Contamos com cenários idílicos, belíssimos, que podem ser aproveitados maravilhosamente para o turismo. Na região norte, praias e cidades históricas. No médio Parnaíba, comunidades que preservam a cultura dos nossos primeiros colonizadores, construções riquíssimas. No sul, inscrições rupestres que apontam a presença do homem em solo piauiense há pelo menos 50 mil anos. Como não bastasse, temos ainda a riqueza natural do subsolo. São jazidas de diamantes da região de Gilbués que vêm sendo exploradas clandestinamente, ininterruptamente, desde mais ou menos 60 anos passados, deixando-nos apenas a terra arrasada, consumada nas erosões. Há também o mármore em Pio IX. E muito mais (*DIÁRIO DO POVO*, 6 set. 2013).

De modo geral, nos editoriais acontece o ato de territorialização de conteúdo (LIMA, 2008). A territorialização, segundo Sousa (2002, p. 4) serve de “conceito chave para se explicitar o que se entende por Comunicação Social regional e local”. O conceito de regional não pode ser notado sem o território, ou seja, sem a percepção de comunidades fisicamente territorializadas e

com vida comercial e dinâmica sociocultural própria. O que acontece nos editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, no ato de territorializar os conteúdos tomando como referência uma região específica, no caso, o Estado do Piauí, é a propensão à generalização, sem valorizar as particularidades de um todo, relegando a relevância de os veículos de comunicação privilegiarem, sempre, a dimensão regional. O leque de chances para abordar o regional se faz possível quando a região é vista segundo a ideia de arte-fato (fato e artifício), descrito por Haesbaert (2010, p. 7). Há dois elementos essenciais: construção teórica “enquanto representação analítica do espaço” ou construção “identitária a partir do espaço vivido”, espaço este construído pelos grupos sociais por meio de práticas econômicas e políticas.

5.4.4 Editoriais: dimensão local

Assim como a dimensão regional, a local é revalorizada sempre que se contrapõe a outras dimensões, seja global ou nacional, recriadas no interior de territórios específicos. Marques de Melo (1998) acredita num cidadão-global que dinamiza identidades culturais quando preserva suas raízes, articula e recria singularidades nacionais, em constante retradução, conforme Bourdieu (2004) menciona. Afinal, a globalização vem permitindo que o local seja revisitado e identidades fortalecidas, mesmo em meio a uma ostensiva tendência de resistência ao global (HALL, 2005; MARTÍN-BARBERO, 2003). Para Peruzzo (2002, p. 69) é no local, que os laços familiares e de vizinhança se estreitam graças aos fatores econômicos e políticos ou à diversidade de identidades que variam como “a partilha de costumes, condições de existência e conteúdos simbólicos”.

Em contraposição a essas colocações de ordem teórica, a **Tabela 3** constata que a dimensão local (20 pontos) perde para as dimensões regional (41) e nacional, com 27. Fica à frente tão somente do elemento global, com duas únicas ocorrências. E o mais surpreendente é que isso se dá, mesmo quando os jornais estudados mantêm suas sedes em Teresina. Isto é, apesar do marco teórico e das circunstâncias favoráveis, em poucos momentos, os editoriais estudados utilizam o local no contexto do regional numa relação de complementaridade, como previsto por Lima (2008), quando chama atenção para a chance de as dimensões locais e regionais se combinarem, se entrelaçarem e, por fim, se completarem.

A valorização da dimensão regional pode emergir quando se escolhe a dimensão local como ponto de arranque para noticiar qualquer assunto. Esta perspectiva, no entanto, passa despercebida, por exemplo, no editorial de *O Dia*, 13 de setembro de 2013 (“Cultura do erro”), alusivo ao caos do trânsito no PI. Em nenhum momento, o editorialista adota palavra-chave que

leve às dimensões global, nacional e regional. Faz uso, inevitavelmente, de dois termos remissivos ao local: teresinenses; e capital. Indo além, noutra editorial do mesmo jornal, “Radiografia do trânsito”, há registro de tentativa em rumo à dimensão regional, na temática violência. Embora os dados estatísticos de acidentes da capital possam servir de parâmetro para o Estado, Teresina permanece no centro da discussão:

Os números apresentados pela Companhia Independente de Trânsito (Ciptran) à equipe do jornal *O Dia*, que produziu matéria especial sobre o trânsito em Teresina, retrata a complicada matemática envolvida no tema, pois os números apresentados pela companhia podem expressar a realidade de todo o Estado.

Os dados indicam que 80% dos condutores que se envolveram em acidentes são do sexo masculino, e que em 2010 a média de acidentes diários na capital era de seis acidentes, em 2013 esse número saltou para 10, um aumento de 60% em apenas três anos (*O DIA*, 16 set. 2013).

No mesmo editorial, mais adiante, a prática das generalizações é perceptível. Utiliza-se o termo piauiense, embora o diagnóstico não se refira às demais regiões do Piauí:

Muito embora os órgãos responsáveis pela prevenção e fiscalização do trânsito estejam realizando o seu trabalho, o piauiense ainda parece manter o velho hábito de beber e conduzir veículo automotor.

Uma passada rápida por bares, restaurantes e casas noturnas comprovam essa hipótese (*O DIA*, 16 set. 2013, grifo nosso).

Consulta rápida ao mais recente Anuário Estatístico de Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN / PI), ano de 2011, passível de consulta no endereço eletrônico <http://www.detran.pi.gov.br>, constata o número elevado de acidentes de trânsito com e sem vítimas fatais em municípios piauienses, somando 11.758 vítimas naquele ano. São dados que poderiam servir como fonte de informação para os diários, incluindo *O Dia*. De forma análoga, esse mesmo jornal, no editorial de 18 de setembro de 2013, “Falta de investimentos”, mantém idêntica delimitação ao tratar do transporte público em Teresina, adotando as seguintes palavras-chave: linha Mocambinho; Assembleia; e empresas teresinenses.

Ainda sobre o caos do trânsito, o *Meio Norte*, em “Trânsito e transporte público” (8 de setembro de 2013) discute a situação progressivamente pior do transporte público, mas se detém à realidade de Teresina sem menção a outros municípios do Estado. É similar a posição do *Diário do Povo*. No editorial “O transporte como solução”, aparecem elementos das dimensões global e nacional via palavras-chave, como: várias capitais; grandes cidades brasileiras; mundo inteiro; países da Europa; e países desenvolvidos. A esfera local é referenciada nas *keywords*:

teresinenses; população teresinense; pontos da cidade; Teresina; capital; bairros da cidade. No entanto, inexistente alusão ao regional, apesar de presente no texto em si:

O grande problema está no crescente número de automóveis. Não é problema exclusivo de Teresina. Trata-se de uma situação enfrentada por várias capitais e grandes cidades brasileiras e do mundo inteiro (*DIÁRIO DO POVO*, 21 set. 2013.).

Finalizando este item, retoma-se o fato do entrecruzamento entre as dimensões global e local conseguir baixa constância em comparação à relação mantida entre local vs. regional. A articulação entre global e local é possível, como Hall (2005) e Marques de Melo (1998) afirmam, sendo possível a adoção do termo glocal sob o ângulo da identidade para nomear identidades culturais, constituídas por tradições culturais distintas num mundo globalizado. Por outro lado, sempre se espera maior atenção à dimensão local (município, cidade, bairro, localidade rural, etc.), porquanto a proximidade é critério valioso para atrair a atenção dos leitores. Tal como Peruzzo (2002), para Mota e Callou (2011), assuntos vinculados diretamente aos interesses cotidianos dos indivíduos contribuem para um sentimento de familiaridade diante do que é veiculado pelos *mass media*.

Diante do exposto, a inquietação maior gira em torno das possibilidades de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* explorarem temáticas com amplitude regional. Afinal, o Piauí, como extensão territorial que incorpora tantos municípios distribuídos em quatro mesorregiões e 15 microrregiões, com certeza, possui afinidades e singularidades, que extrapolam os muros da capital Teresina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regionalização na mídia é o tema central de “Aspectos de regionalização na imprensa piauiense: olhar sobre o editorial dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, Teresina, Piauí”, com a intenção precípua de analisar se questões regionais aparecem nos editoriais dos três jornais impressos que circulam no Piauí. Sem dúvida, a relevância do editor como emissor da opinião oficial dos veículos de comunicação frente aos fatos é incontestável e tem o respaldo em estudos empreendidos por teóricos voltados ao estudo dos gêneros jornalísticos, dentre os quais merecem destaque José Marques de Melo, Luiz Beltrão e Manuel Chaparro.

Por outro lado, reitera-se que o fenômeno da regionalização não é recente no universo midiático. Há unanimidade entre os autores referenciados ao longo do texto de que, há bastante tempo, ocupa posição de destaque na mídia globalizada, e, no Brasil, mais especificamente, desde os anos 90, os meios de comunicação dedicam maior atenção aos conteúdos de cunho regional e local. No entanto, incluir o processo de regionalização como vertente de atuação na esfera dos *media* é assumir a responsabilidade de que são necessários investimentos, por vezes, elevados, objetivando expandir a cobertura regional através de afiliadas ou contratando repórteres em regiões centrais do Estado onde está a sede do veículo. Outra opção é implantar mudanças nas próprias rotinas das redações, com direcionamentos sólidos e estruturados voltados para as questões regionais, reiterando Peruzzo (2002), quando estimula a realização de coberturas jornalísticas atreladas a tópicos não necessariamente de interesse único à localidade onde está a emissora-sede, mas valorizando a realidade de cidades e / ou Estados vizinhos.

Aliás, como antes mencionado, o Brasil conta com dispositivos legais direcionados à regionalização, tais como o Decreto-Lei n. 236 / 67, que modifica a Lei n. 4.117 / 62. Com a instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações, o Estado brasileiro veta a constituição de monopólios midiáticos. De qualquer forma, independentemente da terminologia – regional, regionalismo, regionalização – a tendência vigente na dita sociedade da informação / sociedade do conhecimento / sociedade da aprendizagem / sociedade da educação, em que o fluxo informacional é elemento básico da sobrevivência de indivíduos e profissionais, é a de expandir os recursos midiáticos para as regiões. Não se trata apenas de imprimir destaque a itens

relacionados com as demarcações territoriais e geográficas. A regionalização na mídia prevê e exige o reconhecimento de elementos peculiares de um povo: socioculturais, simbólicos e identitários.

Diante do exposto, ao retomar os primeiros objetivos específicos da pesquisa:

- ❶ Analisar o conceito de regionalização na mídia, considerando-se como contrapontos o global, o nacional, o regional e o local.
- ❷ Identificar a existência (ou não) de projeto de regionalização dos veículos, expresso nos respectivos editoriais, textos que expõem a opinião das empresas de comunicação.
- ❸ Verificar como os editoriais concebem a regionalização, identificando os critérios de abrangência.

é perceptível que os jornais impressos estudados parecem ainda não visualizar o Estado do Piauí em seus 251.577,738 km² de extensão nem tampouco sua territorialização em mesorregiões e microrregiões, que integram os 224 municípios. Há tendência acentuada de privilegiar o regional (41 menções), seguido do nacional (27 menções) para chegar à dimensão local, com meros 20 pontos, **Tabela 3**. E quando isso acontece, a ênfase é sempre ou quase sempre a capital Teresina, local da empresa-sede dos impressos. Elementos de regionalização estão, sim, presentes nas temáticas dos editoriais, mas com dois sérios problemas. Primeiro, a subvalorização da dimensão regional. Segundamente, o entendimento insignificante de quanto uma região é rica, ao ponto de não merecer a devida atenção, haja vista que, paradoxalmente, os aspectos de regionalização são pouco utilizados como recursos para possíveis contrastes / oposições que os jornais poderiam fazer com outras dimensões espaciais – global, nacional e local. Quando o fazem, registra-se, com frequência, um tratamento jornalístico superficial e genérico, sem discutir o fato de que problemas comuns a determinadas coletividades e regiões podem afetar as circunvizinhanças.

A incidência do elevado número de temáticas nacionais no *Meio Norte* (11 ou 40,74%), **Tabela 3**, mesmo na tentativa de utilizar como contraponto o regional, ou mesmo em *O Dia*, quando se percebe maior tendência à dimensão local, com 55%, há a questão de não se primar pela complementaridade por meio de contrapontos entre global, nacional, regional e local. Em se tratando do *Diário do Povo*, apesar de incidência idêntica ao do jornal *Meio Norte* no que concerne à dimensão regional (15 pontos, ou seja, 36,59%), o impasse é maior. Os temas de abrangência nacional ou regional ou local aparecem fragilizados por conta do perfil nitidamente

oposicionista mantido pelo impresso. A discussão em torno de todos os itens contemplados tende sempre a culpabilizar o Governo do Estado e / ou a classe política do Piauí.

A territorialização do conteúdo verificada nos editoriais privilegia o enfoque territorial, porém, quase sempre, sob o prisma de relações políticas e administrativas. Acaba por não destacar as outras possibilidades nas quais a região pode ser percebida, não necessariamente como entidade geográfica, mas plena de possibilidades relacionadas com elementos de identidade e simbolismo. São símbolos contidos numa região, mas, de acordo com Albuquerque Júnior (2012, p. 56), são despolitizados e, por conseguinte, “perdem a particularidade do contexto e ao serem generalizados perdem o gume crítico”. Quer dizer, os editoriais sustentam discussão aquém da divisão territorial do Piauí, sem abarcar suas mesorregiões e microrregiões. Em mais um exemplo, o editorial do *Diário do Povo*, “Propaganda e investimento” deixa antever a perda de criticidade, uma vez que, empiricamente e / ou a “olho nu”, coletividades e administradores sabem que a qualidade da energia e da água afeta indistintamente todos os municípios piauienses, e não apenas Teresina:

[...] Outro dia dois gatos entraram numa subestação e foram carbonizados por choque elétrico. O impacto provocado pelos bichanos provocou falta de energia na metade da cidade. Que investimentos são esses?!

Em áreas periféricas de Teresina há comunidades inteiras que estão há duas semanas sem águas. E formam-se filas de centenas de pessoas andando de um lado para o outro com latas d’água na cabeça. Coisas que não se via há muito e muito tempo (*DIÁRIO DO POVO*, 28 set. 2013).

Diante do exposto e coerente com os três objetivos ora apresentados, tem-se a síntese dos pressupostos antes apresentados:

- ❶ A expressão opinativa dos jornais, refletida nos editoriais, valoriza questões vinculadas à capital Teresina, não abrangendo em seu gênero opinativo conceito regional mais amplo. Isto é, há, sim, aspectos de regionalização nos editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*. No entanto, eles os concebem voltados apenas para a questão territorial, enquanto temáticas do Piauí poderiam ser confrontadas com as de outros Estados do Nordeste e do Brasil. A preocupação incisiva por problemas locais prevalece nos editoriais do jornal *O Dia*, como visto, com mais da metade de seus textos privilegiando a dimensão local, ou seja, 55%, **Tabela 3**.
- ❷ Os jornais impressos de Teresina não mantêm projeto específico de regionalização. Ao longo da coleta e interpretação qualitativa e quantitativa dos dados, é indiscutível a

inexistência de um plano voltado para a regionalização midiática de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*. Apesar de manterem abrangência de distribuição por quase todo o Piauí, o estudo dos textos editorialistas revela a inexistência de vocação regional. É preciso maior sensibilidade por parte dos proprietários das empresas de comunicação do Estado visando ao fortalecimento das respectivas políticas editoriais de forma a incorporarem, sistematicamente, a regionalização mediante projetos de contínuas atualizações.

- ③ Como consequência direta da falta de projetos específicos, os editoriais de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, apesar de formalmente se direcionarem aos leitores – à opinião pública –, mantêm diálogo com o Estado, visando a interesses comerciais, financeiros e políticos, o que influencia diretamente na forma como concebem a regionalização e no tratamento dado às temáticas dos editoriais. Observam-se, em geral, elementos de regionalização sem continuidade e sem aprofundamento, além de subvalorizadas quando contrapostas às demais dimensões espaciais, o que compromete o destaque e a abrangência que poderiam ser impostos a informações regionais, atingindo as características singulares das mesorregiões e microrregiões do Estado. Afinal, não basta investir na tiragem e no processo de distribuição, por sinal, ambos significativos conforme detalhamento anterior: *O Dia* (8.500 jornais / dia e cobertura de 80% dos municípios do Estado); *Meio Norte* (10 mil e 70%); *Diário do Povo* (seis mil e 80%).

Ainda a respeito dos três pressupostos em discussão, é difícil entender a desatenção à adoção de estratégias capazes de fortalecer aspectos de regionalização nos editoriais dos três jornais, em sua função de porta-voz oficial dos veículos de comunicação. Por exemplo, é, no mínimo, paradoxal: ao tempo em que o *Diário do Povo* recorre ao slogan “*Diário do Povo do Piauí*” e o *Meio Norte* reforça, sistematicamente, a expressão “Teresina, região do meio-norte do Brasil”, não fazem valer a importância da regionalização na mídia.

No que diz respeito ao último objetivo operacional – detectar as temáticas dos editoriais e o tratamento jornalístico a elas dedicado, há flagrante confirmação do respectivo pressuposto. De fato, a posição do tema – política – com 25 pontos ou 27,78%, na primeira colocação, aquém apenas da categoria – outras temáticas – e com diferença grande da segunda temática com maior incidência, qual seja, violência, com 11,11% (**Tabela 1**), não permite dúvidas sobre a ingerência do universo político na mídia brasileira, diante do que vem sendo estudado por autores, como

Bazi (2001); Cabral (2006); Haesbaert (2010); Ianni (1990); Lima (2007, 2008; 2010); e Peruzzo (2002, 2005), dentre outros.

Reitera-se, mais uma vez, a fala de Bahia (1990), quando afirma ser essencial ao editorialista manter acuidade e exigência crítica consistente. Porém, percebe-se, no caso de *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, certa fragilidade nas críticas construídas, além de flagrante descontinuidade. Isto é comprovado em dados quantitativos da **Tabela 1**, em que a alternativa – outras temáticas – ocupa a segunda posição, com 15 (16,66%) menções, aquém tão somente do item política, como há pouco mencionado. De forma similar, a **Tabela 2** denuncia a incidência muito alta para a categoria – outras palavras-chave. Dentre o total de 470, as “outras” somam 353, ou seja, 75,11%. São dois resultados que provam elevada dispersão nos editoriais dos impressos piauienses. Podem eles ser vistos como diversidade. Podem ser indícios de falta de continuidade ou de observância a uma linha editorial firmemente consolidada. Dizendo de outra forma, tal disparidade tem dupla interpretação: distinção no tratamento jornalístico dos temas (ponto positivo); dispersão excessiva face à fragilidade editorial (ponto negativo).

Finalizando, reforça-se a ideia inicial de que o direcionamento dos meios de comunicação está expresso no editorial. As informações nele contidas servem de canal para o grande público conhecer o posicionamento de determinado veículo de comunicação diante de variados e que afetam o cotidiano das coletividades. No caso dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, não se questiona a relevância dos temas tratados (não obstante a prevalência da política), mas, sobretudo, a ausência de angulação regional. Não se pode olvidar que a identidade nacional vem sofrendo impactos da globalização devido à homogeneização cultural acentuada. Do outro lado, há fortalecimento e resistência de identidades locais ou particularistas (HALL, 2005).

Assim, é preciso instrumentalizar o leitor, mesmo numa abordagem temática de dimensão nacional, a fim de disponibilizar meios, informações e dados para retraduzir em nível regional e / ou local o que se caracteriza, de início, como nacional. Não obstante as controvérsias conceituais acerca das dimensões de espaço – global, nacional, regional e local – por seu entrelaçamento e limites frágeis, reitera-se, neste momento final, a ênfase do regional na mídia ao longo da pesquisa, seja pelo viés territorial, geográfico, seja levando em conta elementos outros, existentes nas regiões: aspectos simbólicos, de identidade, culturais.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 19-39.

_____. Sobre Nordeste, gênero, cultura e outras invenções. **@metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, ano 3, n. 11, p. 52-63, 2012.

ALVES FILHO, F. **Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 9-46.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 97-112.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BAZI, R. E. R. **TV Regional: trajetória e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2001. p. 11-34.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITO, J. C. de; COSTA, A. R. da. **Geografia do Piauí: conhecer para valorizar**. Teresina: EDUFPI, 2012. p. 41-51.

CABRAL, E. D. T. A regionalização da mídia brasileira. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61277046/A-regionalizacao-da-midia-brasileira>>. Acesso em: 14 out. 2013.

CAMPONEZ, C. Jornalismo regional: proximidades e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética de proximidade no jornalismo. In: CORREIA, J. C. (Org.). **Ágora: jornalismo de proximidade: limites desafios e oportunidades**. Portugal: LabCom, 2012. p. 35-47.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELO BRANCO, S. **Internacionalização da mídia brasileira: a trajetória da Gazeta Mercantil**. 2001. 381 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2001.

_____. Reflexões sobre a opinião no jornalismo brasileiro. In: ARAGÃO, I. P.; MORAIS, O. J. de.; JACONI, S. **Fortuna crítica de José Marques de Melo: jornalismo e midiologia**. São Paulo: Intercom, 2013. v. 1, p. 211-222.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. Santarém: Jortejo, 1998.

FADUL, A. Internacionalização da mídia brasileira. In: MOREIRA, S. V. (Org.). **Uma filósofa em campo na comunicação: geografias e crítica de mídia na produção de Anamaria Fadul**. São Paulo: Intercom, 2012. p. 43-53.

FONSECA JÚNIOR, W. C. da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. T. de. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012. p. 280-305.

GOMES, A. D. **Educomunicação e formação de cidadãos**. Teresina: Faculdade Santo Agostinho, Halley, 2014. (No prelo).

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Revista Antares**, Caxias do sul, n. 3, p. 2-24, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IANNI, O. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. In: BOLAÑO, C. (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 29-50.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. v. 1. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. **Piauí**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

LIMA, M. E. de O. Comunicação local / regional. In: GADINI, S. L.; WOITOWICZ, K. J. **Noções básicas de folkcomunicação**: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 74-77.

_____. **Mídia regional**: indústria, mercado e cultura. Natal: UFRN, 2010. 254 p.

_____. Regionalização midiática: conceitos e exemplos. In: MARÇOLLA, R.; OLIVEIRA, R. R. de. **Estudos de mídia regional, local e comunitária**. São Paulo: Arte e Ciência, 2008. p. 43-76.

MacBRIDE, S. (Ed.) **Un sólo mundo, voces múltiples**: comunicación e información e información en nuestro tiempo. México, DF: Fondo de Cultura Europea, 1980.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 198-216.

MARQUES DE MELO, J. Estrutura do jornalismo: a questão dos gêneros. In: _____. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006. p. 67-75.

_____. História da morfologia: gênero e formatos. In: _____. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012. p. 219-251.

_____. As imagens do Natal na mídia paulista. In: MARQUES DE MELO, J.; KUNSCH, W. L. (Org.). **De Belém a Bagé**: imagens midiáticas do Natal brasileiro. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998. p. 29-58.

_____. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis : Vozes, 1985.

_____. _____. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1994.

MARTÍN-BARBERO J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 57-86.

MEDINA, J. L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**. Recife, ano 5, n. 1, p. 45-55, jan. / jun. 2001. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

MIÈGE, B. **A sociedade tecida pela comunicação**: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social. São Paulo: Paulus, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORAES, D. A dialética das mídias globais. In: MORAES, D. *et al.* (Org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997. p. 11-77.

MORONI, B. de G.; RUAS, R. L. A imprensa regional: o jornal do interior. In: _____. **Jornalismo regional**: 6º aniversário do *Correio do Porto*. Presidente Epitácio: Epitaciana, 2006. p. 25-44.

MOTA, I. P.; CALLOU, A. B. F. Regionalização midiática: o local como fonte de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. **Anais...** São Paulo, Recife: Intercom, Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0432-1.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

OLIVEIRA, R. R. de. **Mídia regional**: proximidade e mercado: a TV TEM. 2012. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-roberto-midia-regional.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

PERUZZO, C. M. K. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Comunicação: Veredas**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 65-89, nov. 2002.

_____. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 26, n. 43, p. 67-84, set. 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom, 2009. p. 1-14

SOUSA, J. P. Comunicação regional e local na Europa Ocidental: os casos português e galego. **Comunicação: Veredas**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 11-64, nov. 2002.

TARGINO, M. das G. Recursos tecnológicos e informacionales: la certeza de un presente virtual y la incertidumbre de un futuro de paz. In: GIANNASI-KAIMEN, M. J; CARELLI, A. E. (Org.). **Recursos informacionales para compartir información**: acceso, disponibilidad y uso. Buenos Aires: Alfagrama, 2010. p. 107-120.

TELLAROLLI, T. M.; IJUIM, J. K. Comunicação no mundo globalizado: tendências do século XXI. **Revista Ciberlegenda**, Niterói, ano 10, n. 20, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/viewFile/161/61>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

VILCHES, L. Globalização comunicativa e efeitos culturais. In: MORAES, D. *et al.* (Org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997. p. 77-113.